

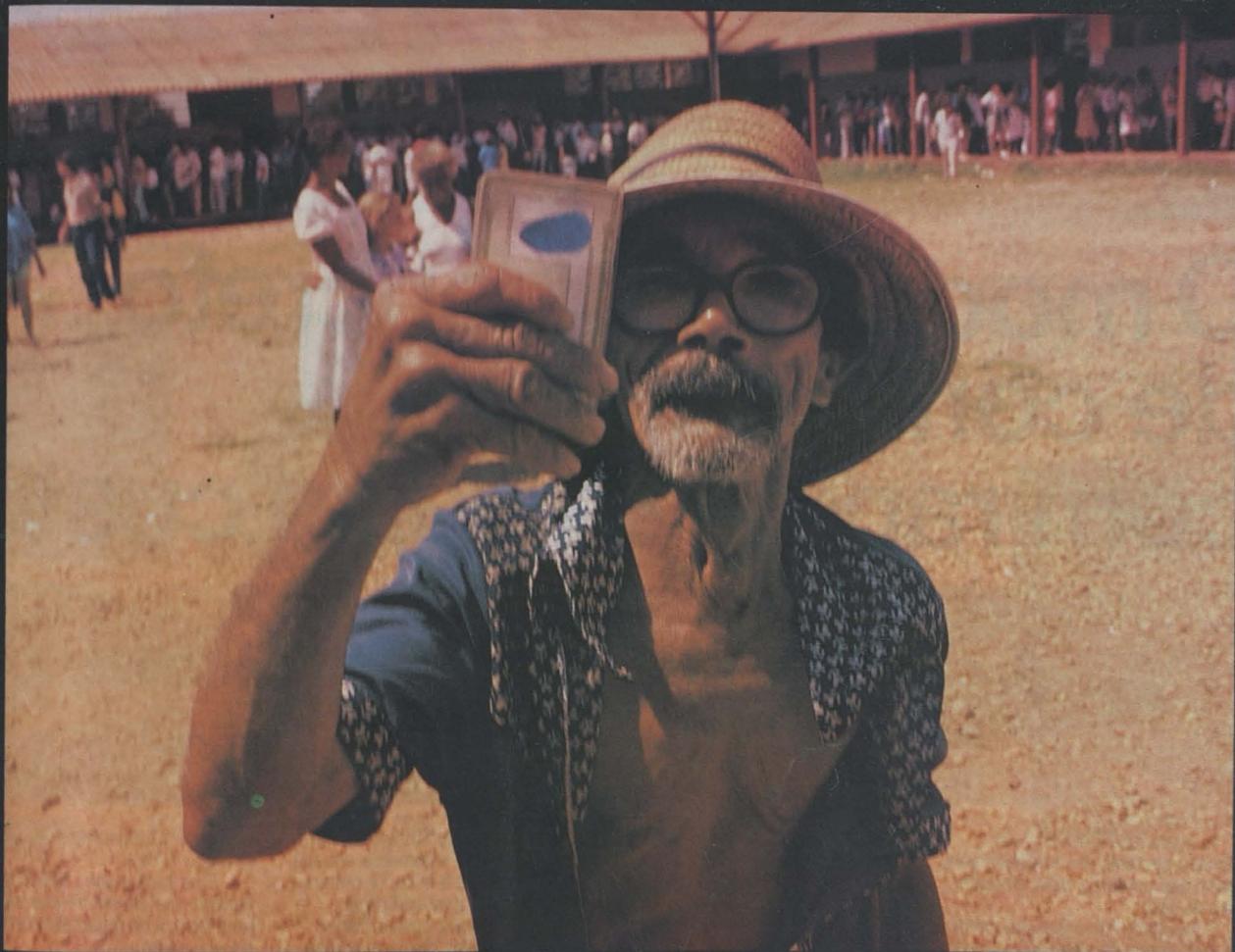
PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XIV • Cr\$ 9.000,00

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

150

QUEM GOVERNA O PERU?

IDOSOS LUTAM PELA CIDADANIA



2

CARISMÁTICOS
CATÓLICOS
DESAFIAM
A IGREJA

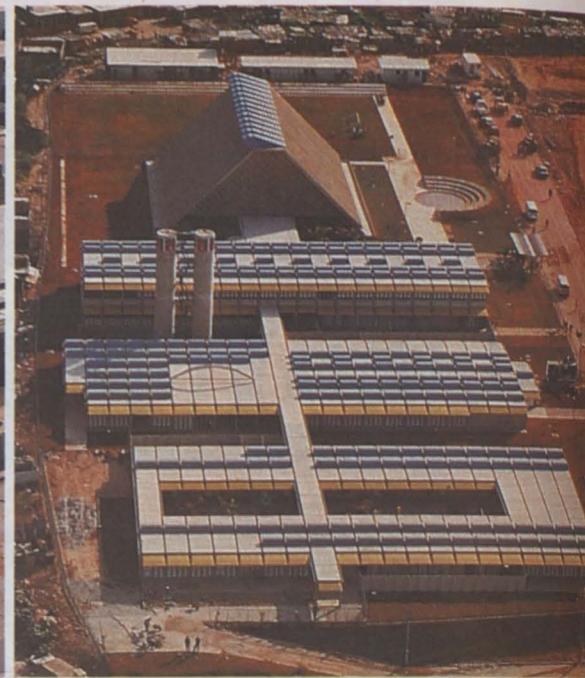
ENTREVISTA
COM SARAIVA
GUERREIRO

TENSAS
RELACÕES
ENTRE EUA
E ISRAEL

O AVANÇO
DO ISLÂ
NA ÁSIA

PERSPECTIVAS DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

Argamassa Armada.



O modo mais concreto de construir com rapidez e baixo custo.



A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop que combina areia, cimento e tela de aço.

O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita a qualquer tipo de terreno.

Graças a esta revolucionária tecnologia, em apenas 5 anos a Riocop já construiu 2 CIACs (tem mais 3 em andamento, com uma previsão de 21 para 1992), mais de 50 escolas, 30 casas da criança, 30 postos de saúde, diversas casas comunitárias, creches, CIEPs e uma série de outras obras em benefício da população.

Hoje a Riocop fabrica mensalmente 900m³ de argamassa armada que equivalem a 6 mil m² e produz, além de peças para edificação, abrigos de ônibus, caixas d'água, bancos de jardim, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Da próxima vez que você for construir, contrate os serviços de

quem lidera a tecnologia da argamassa armada no País.

E se você quiser, a Riocop também instala em poucas semanas uma fábrica da argamassa armada em seu estado.

Para seu esclarecimento, escreva para o nosso endereço e solicite, sem compromisso, maiores informações.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS

BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-396

EcoLoGIA

E DESENVOLVIMENTO

Neste momento e daqui por diante, a questão do meio ambiente concentrará o interesse do Norte e do Sul.

A Terra é o nosso lar e dela não podemos nos mudar. Portanto, devemos todos nos sentir comprometidos com o futuro do nosso planeta.

Assine **Ecologia e Desenvolvimento** e participe do fascinante debate sobre os caminhos do desenvolvimento humano.

Leia e Assine



Preencha os cupons abaixo em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021) 252-8455 • Tel.: (021) 252-7440

CUPOM DO REMETENTE

Assinale a forma de pagamento do seu pedido:

Nome

Endereço

Bairro

Cidade Estado

CEP Tel

Profissão

- Cheque nominal em anexo
 Vale Postal – Agência Lapa (Rio)
 Reembolso Postal
 Autorizo débito no meu cartão
referente ao meu pedido no valor de

Cr\$ [View Details](#) [Buy Now](#)

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO.

Data:...../...../..... Assinatura do comprador

RESENTE O ANO INTEIRO PRA VOCÊ E 3 AMIGOS.

Assine

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

BRINDE ESPECIAL

Traga 3 amigos
como assinantes e **ganhe** 1 assinatura
anual de Cadernos.



Assinatura: 1 ano 2 anos 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinatura: 1 ano 2 anos 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinatura: 1 ano 2 anos 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

CUPOM DO REMETENTE

Assinatura: 1 ano 2 anos 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).

- () Cheque(s) nominal(is) em anexo
() Vale Postal – Ag. Lapa
() Reembolso Postal
() Autorizo débito no meu CREDICARD referente ao meu pedido no valor de Cr\$
() Autorizo débito no meu CREDICARD dos pedidos para meus amigos totalizando Cr\$

Cartão Nº

Validade: até 01.07.92

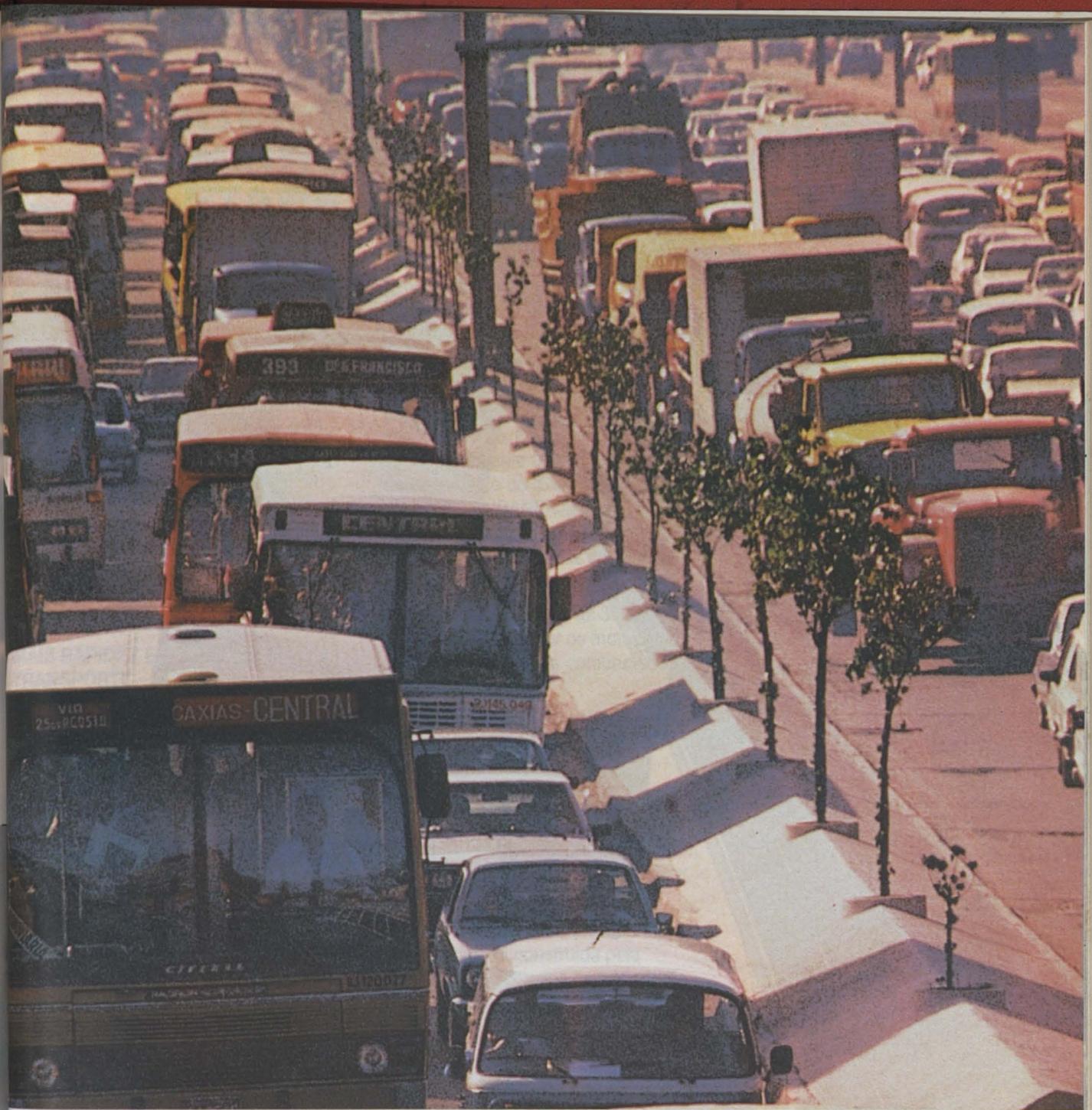
ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO.

Edição 150

Data:...../...../.....

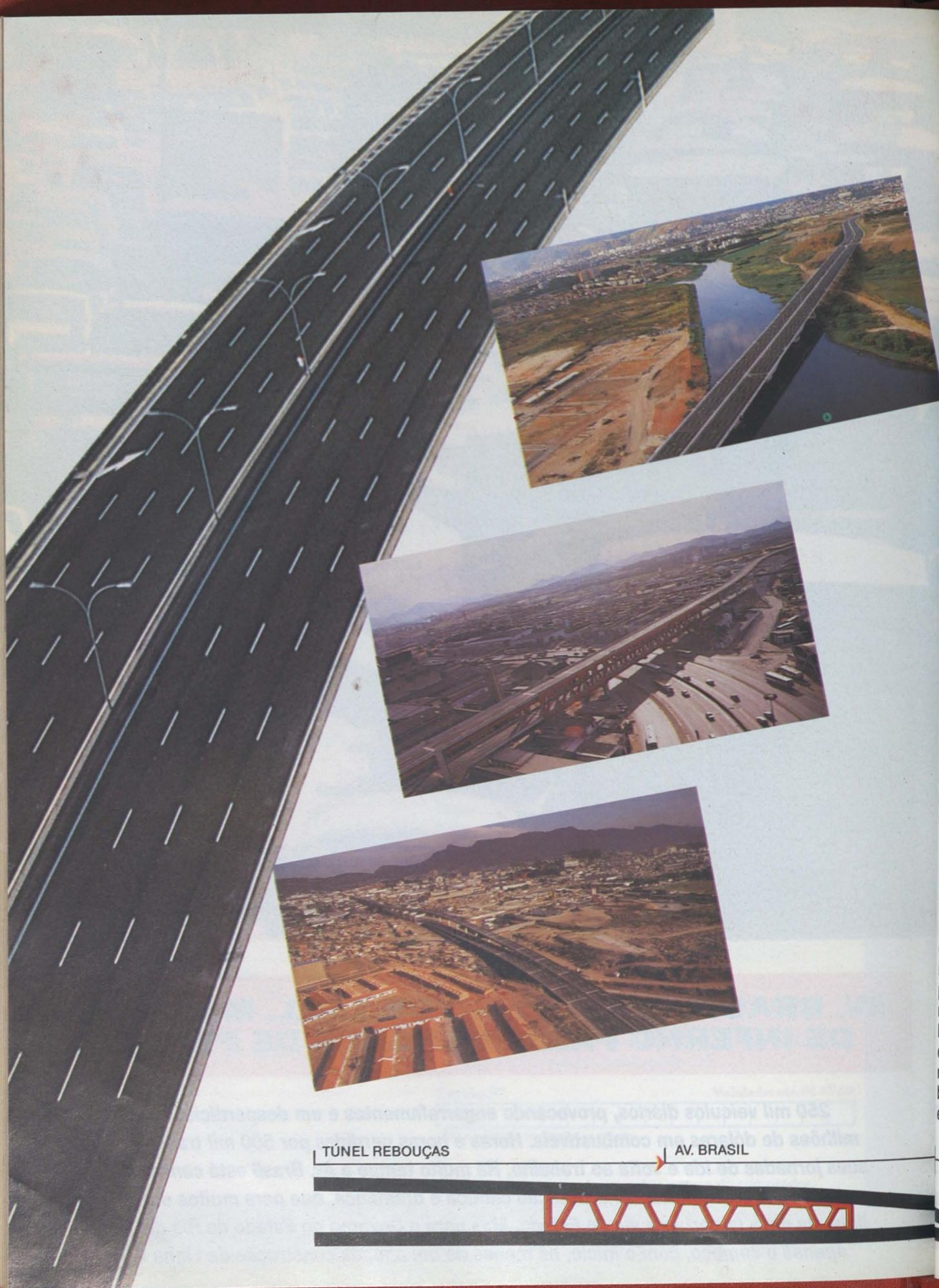
Assinatura do comprador

Preencha os cupons em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021) 252-8455 • Tel.: (021) 252-7440



AV. BRASIL. 3 DE JUNHO DE 1991. MAIS UM DIA DE INFERNO PARA MILHARES DE PESSOAS.

250 mil veículos diários, provocando engarrafamentos e um desperdício anual de 80 milhões de dólares em combustíveis. Horas e horas perdidas por 500 mil trabalhadores em suas jornadas de ida e volta ao trabalho. Há muito tempo a Av. Brasil está cansada, esgotada em todos os sentidos. Uma situação caótica e dramática, que para muitos era o fim da linha da mais importante via do Estado. Mas para o Governo do Estado do Rio de Janeiro era apenas o começo, com o início, há menos de um ano, da construção da Linha Vermelha.



TÚNEL REBOUÇAS

AV. BRASIL

30 DE ABRIL DE 1992. O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INAUGURA A PRIMEIRA ETAPA DA LINHA VERMELHA.

A Linha Vermelha, com 21,4 Km, é a solução para um antigo problema do Rio de Janeiro. Ela é uma ligação expressa que vai desafogar a Av. Brasil, ajudando a recuperar e integrar toda a economia do Estado. A 1.ª etapa, com 7,2 Km, é apenas o começo de uma obra prioritária que, em breve, quando estiver totalmente concluída, vai interligar a Zona Sul - São Cristóvão - Ilha do Governador - Baixada Fluminense - (Rio-Petrópolis, Av. Kennedy e Via Dutra), melhorando a qualidade de vida de milhões de trabalhadores.

MAIS RAPIDEZ E ECONOMIA NO TRANSPORTE.

As pessoas que se utilizam habitualmente da Av. Brasil serão as maiores beneficiadas com a Linha Vermelha. Já na primeira etapa, os usuários vão sentir a redução no tempo das viagens, o que vai proporcionar mais conforto, economia e menos desgaste para a população.

A AVENIDA BRASIL VAI RESPIRAR ALIVIADA.

A Linha Vermelha vai diminuir, de imediato, cerca de 25% do fluxo de veículos na Av. Brasil, em seu trecho de tráfego mais intenso. Serão menos 70 mil veículos/dia rodando em suas pistas. Isso significa menos poluição, menos congestionamento, menos acidentes, menos buracos e menos transtornos para quem vive ou trabalha naquela região.

E, principalmente, este alívio vai criar as condições para um amplo programa de recuperação da Av. Brasil, hoje inviabilizado pelas dificuldades provocadas em razão do volume de tráfego.

MUITAS MELHORIAS POR ONDE ELA PASSA.

A Rua Bela, em São Cristóvão, teve o antigo sistema de água, luz, esgoto, gás e telefone totalmente recuperado e modernizado. O Governo do Estado do Rio de Janeiro dilatou o prazo de pagamento do ICMS e abriu linhas de crédito no BANERJ para os comerciantes locais. As poucas desapropriações necessárias foram devidamente indenizadas.

Estão sendo entregues as 380 casas previstas para abrigar os moradores mais necessitados da comunidade da Chatuba.

A Ilha dos Pinheiros está ganhando um parque com um mini-zoo e um anfiteatro para shows ao ar livre.

O Parque da Maré - um dos maiores da cidade, estará pronto até 30 de maio próximo, com uma enorme área verde, campos de futebol, diversas quadras esportivas e áreas de lazer.

No Aterro Sanitário do Cajú, conhecido como Lixão, foi construída pela Comlurb a maior usina de tratamento de lixo da América Latina.

A Estação de Tratamento de Esgotos de

UMA OBRA PARA TODOS OS BRASILEIROS

O Rio é o coração do Brasil e o mais importante portão de entrada do nosso país. Por isso, a Linha Vermelha é uma obra de dimensão nacional. Além de servir a milhões de cariocas e fluminenses, ela vai facilitar em muito a vida de quem vem ao Rio de Janeiro a negócios ou simplesmente a lazer.

Alegria começa a ser construída ainda este ano, com recursos do Estado e da Caixa Econômica Federal, deixando de lançar "in natura" 170 milhões de litros de esgoto no Canal do Cunha. É um passo decisivo para o programa de despoluição da Baía de Guanabara, para o qual o Governo do Estado garantiu quase meio bilhão de dólares do BID.

Também o esgoto proveniente das comunidades da área da Maré, com despejo de 120 litros por minuto, foi canalizado para a Estação de Tratamento da Penha.

Além do recém-inaugurado CIAC Tiradentes, no Cajú, a população ganhará outro, próximo à Ilha dos Pinheiros. Um novo CIEP e a recuperação do que estava invadido por mais de 200 famílias vão, ao lado dos quatro CIEPS que já funcionavam na área da Maré, garantir uma escola pública de qualidade aos 300 mil moradores da região.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: UMA PREOCUPAÇÃO DO ESTADO.

A Linha Vermelha não colocou sequer um metro de aterro na Baía de Guanabara.

O Canal do Cunha, um dos mais feios retratos da poluição da Baía, já teve o seu projeto de limpeza iniciado.

A obra também preservou os trechos de manguezal que até hoje resistiam à poluição e que, livres da depredação e do lançamento de lixo, vão se regenerar naturalmente.

Um cuidado social: as desapropriações foram mínimas; apenas 30 em toda a extensão da estrada.



Rebouças/Baixada em apenas 20 minutos

ILHA/AEROPORTO INTERNACIONAL

30 DE ABRIL DE 1992. O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMEÇA A SEGUNDA ETAPA DA LINHA VERMELHA.

Quando a 2^a etapa estiver concluída, a Linha Vermelha vai chegar à Rio-Petrópolis, à Caxias, São João de Meriti e Pavuna. Este anel viário vai servir também à população de Magé, Nova Iguaçu e Nilópolis, beneficiando, no conjunto, quase 8 milhões de moradores do Grande-Rio, Rio e Baixada; mas que nunca, eles vão estar próximos.

Essa união vai favorecer a criação de um novo pólo de desenvolvimento urbano e industrial, adicionando ainda mais valor econômico e social à 1^a etapa.

Serão mais 14,2 Km de estrada, construída nos mais modernos padrões, sem agressões ao meio-ambiente e melhorando a qualidade de vida das comunidades por onde passará.

E a 2^a etapa, como a 1^a é uma obra pública como todas deveriam ser: data marcada para começar, data marcada para terminar: 30 de outubro de 93, daqui a 18 meses.

MAIS ECONOMIA PARA A POPULAÇÃO. MAIS ECONOMIA PARA O PAÍS.

A Linha Vermelha vai melhorar a vida de muita gente, mas sem comprometer as finanças do Estado. Isso foi possível graças à cooperação administrativa entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal.

O dinheiro gasto na 1^a etapa, ficou bem abaixo do previsto. Os US\$ 140 milhões do orçamento inicial foram reduzidos para US\$ 123 milhões, barateando a Linha Vermelha em 12%. E o tempo de execução da obra foi rigorosamente cumprido: tudo foi concluído em 11 meses.

A Linha Vermelha será paga em 8 anos pelos passageiros e cargas embarcados no Aeroporto Internacional do Galeão. Será um acréscimo mínimo nas tarifas: usando como exemplo o preço de uma passagem Rio/B.Horizonte/Rio, que atualmente custa Cr\$ 411.500,00, os Cr\$ 10 mil pagos pelo embarque representarão apenas 2,4% somados ao preço final. Foi evitada a cobrança de pedágio que penalizaria indiscriminadamente os

usuários, além de provocar engarrafamentos e aumento do tempo gasto no trajeto.

Aliás, só a economia de combustível daria para pagar a Linha Vermelha. Senão, vejamos: cada um dos 250 mil veículos que atualmente circulam na Av. Brasil, vão fazer diariamente a economia de pelo menos US\$ 1,0/veículo, em função da distribuição do tráfego, encurtamento de distâncias e diminuição de engarrafamentos. Em 300 dias de operação por ano, a economia obtida será de US\$ 75 milhões/ano, suficientes para pagar a Linha Vermelha em menos de 4 anos e meio.

Por outro lado, a economia de combustível será imediatamente sentida pelos motoristas que utilizarem a Linha Vermelha ou uma Av. Brasil desafogada e recuperada.

Daqui a dezoito meses, quando a Linha Vermelha estiver concluída, oito milhões de pessoas vão ganhar, todo dia, mais tempo para o trabalho, a família e o lazer. Desenvolvimento é isso: vida melhor para toda a população.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**AGORA A LINHA VERMELHA
VAI ATÉ A BAIXADA.**



RODOV. WASHINGTON LUIS

ACESSO RIO/PETRÓPOLIS
CAXIAS/MAGÉ

AV. PRES. KENNEDY

ACESSO DUQUE DE CAXIAS

ACESSO S. JOÃO DE MERITI
VIA DUTRA
NOVA IGUAÇU

ACESSO SÃO PAULO



EM RESENDE, ECOLOGIA NÃO É O ASSUNTO DA MODA

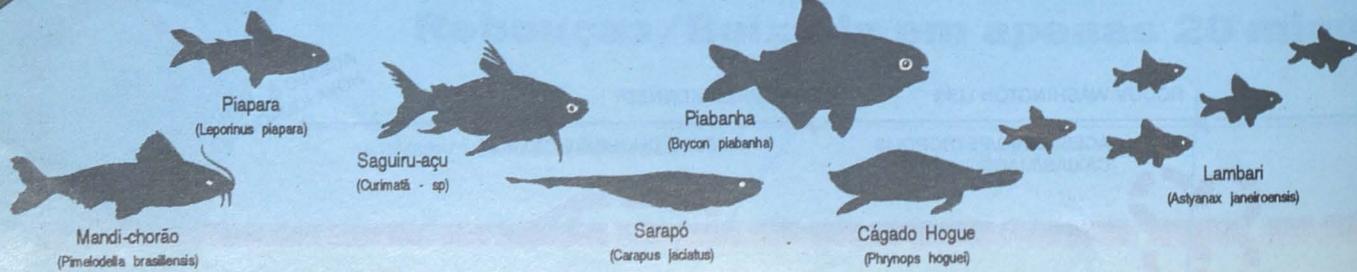
Não adianta apenas falar em Ecologia. A Prefeitura de Resende conseguiu, em pouco mais de três anos, garantir qualidade de vida às próximas gerações. Promoveu a arborização urbana e rural com o plantio de mais de 20 mil mudas. Criou a Área de Proteção Ambiental da Serrinha do Alambari, e uma Guarda Municipal Florestal para preservá-la. Construiu o Aterro Sanitário, desativando uma lixeira irregular que poluía terras e águas. Mantém cursos regulares de construção de fossas sépticas e combate a incêndios florestais para a comunidade.

Apóia a fiscalização ambiental, colaborando com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, FEEMA, nas operações realizadas no

Sul do Estado do Rio de Janeiro.

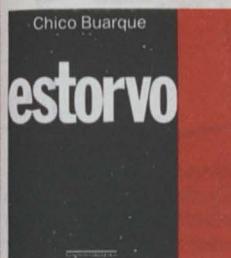
O rio Paraíba do Sul, hoje responsável pelo abastecimento de água de 15 milhões de fluminenses, teve suas margens reflorestadas, ganhou um estudo de macrozoneamento para o seu aproveitamento econômico racional e foi respeitado na elaboração do novo Plano Diretor. Em Resende, a Proteção Ambiental não é mais novidade.

RESENDE
Acontece, porque faz



LIVROS POR

CORRESPONDÊNCIA



ESTORVO
Chico Buarque
Narrado em primeira pessoa, Estorvo se mantém constantemente no limite entre o sonho e a vigília, projeções de um desespero subjetivo e crônica do cotidiano. E o olho mágico que filtra o rosto do visitante misterioso talvez seja a metáfora da visão deformada com que o narrador seguirá sua odisséia.

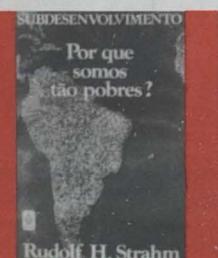
141 p. E-254 Cr\$ 36.000,00



NÓS DIZEMOS NÃO
Eduardo Galeano
A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Estas são algumas questões queimantes que o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatar nesta obra. 88p.
E-226 Cr\$ 16.000,00



O ENIGMA AMAZÔNIA
Desafio ao Futuro
Miranda Neto
Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos. 144 p. E-235 Cr\$ 28.000,00



SUBDESENVOLVIMENTO
Por que somos tão pobres?
Rudolf H. Strahm
Rodolfo H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo. 221 p.
E-230 Cr\$ 18.000,00



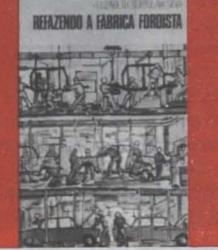
ESCRITOS INDIGNADOS
Herbert de Souza (Betinho)
O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade. 144 p.
E-232 Cr\$ 19.000,00



AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA
(33ª edição)
Eduardo Galeano
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento. 307p.
E-247 Cr\$ 43.000,00



UMA CHAMA NA AMAZÔNIA
Jean-Pierre Leroy
Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia. 307p.
E-238 Cr\$ 19.000,00



REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA
Elizabeth Bortolaia Silva
Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial. 394 p.
E-239 Cr\$ 41.000,00

QUERIDA ILHA
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc.

E-240 Cr\$ 31.000,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS
Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente. 217 p.
E-243 Cr\$ 37.000,00

CHE-PARRA — Latino-América
Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança." Sérgio Ricardo
100 p. E-223 Cr\$ 13.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

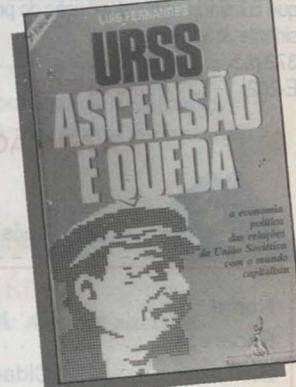
Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou.

Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

José Louzeiro 464 p.
E-208 Cr\$ 18.000,00

DESENVOLVIDO PARA A MORTE - Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo
Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberrantes desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos. 240 p.
E-245 Cr\$ 41.000,00



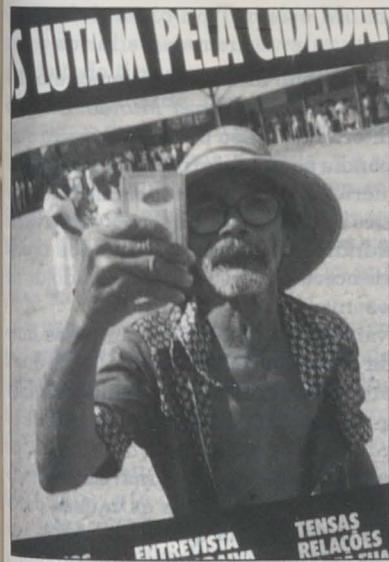
URSS — ASCENSÃO E QUEDA
Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo. 270 p.
E-256 Cr\$ 24.000,00

CAPA:

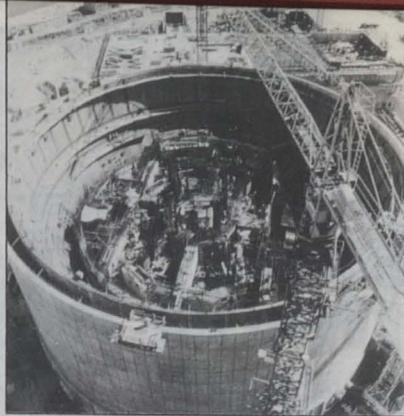
A terceira idade

A maioria dos idosos brasileiros ainda fica em casa, mergulhada na tristeza e vivendo a velhice como decadência. Mas uma parcela cada vez maior invade as ruas, os bailes e as praças para lutar por uma aposentadoria mais digna, para divertir-se e para praticar esportes.



Os idosos estão hoje dando lições de civismo e combatividade. Eles são os guerreiros da terceira idade.

Página 10



O fortalecimento dos vínculos entre as repúblicas islâmicas da ex-URSS pode deslocar o eixo do mundo muçulmano da região árabe para o centro do continente asiático

48

Menos de 20 anos depois de iniciado, o programa nuclear brasileiro fracassou. Apesar disso, deixou algum saldo positivo: o treinamento de 3 mil técnicos brasileiros e a criatividade nas fábricas que estão sendo redirecionadas

18



Fujimori justifica seu golpe dizendo que era a única coisa a fazer. Muitos o condenam. Nossa reportagem exclusiva mostra que o Peru chegou ao fundo do poço

33

SUMÁRIO

2 AO LEITOR

4 PANORAMA NACIONAL

8 CARTAS

9 POLÍTICA

RELIGIÃO

14 Carismáticos católicos

TECNOLOGIA

18 O programa nuclear brasileiro

ENTREVISTA

24 Saraiva Guerreiro: "A miséria dos nossos países também afeta o mundo rico"

CULTURA

28 Brincando de ser gente

VIOLÊNCIA NO CAMPO

30 Tocantins

AMÉRICA LATINA

33 Exclusivo: Quem governa o Peru?

40 O suicídio político de Fujimori

41 Cuba/EUA: Em busca do inimigo perdido

ÁFRICA

44 Egito: Reviravolta política

ORIENTE MÉDIO

46 Israel/EUA: Aliança em crise

ÁSIA

48 Uma potência em gestação

CULTURA

50 Quadrinhos: A hora de Mafalda

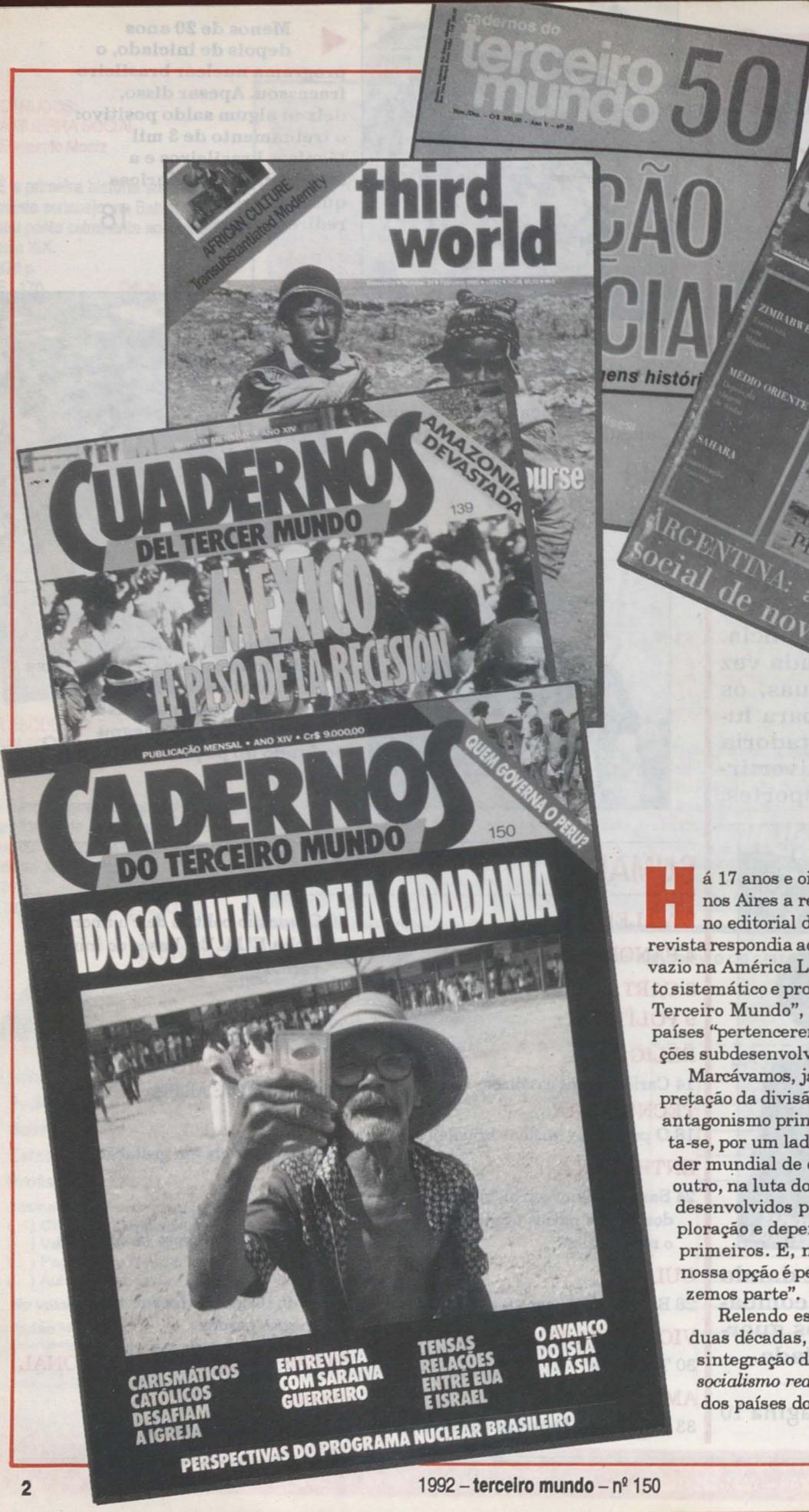
SAÚDE

51 Animais gordos fazem pessoas gordas

54 PANORAMA INTERNACIONAL

OPINIÃO:

60 A hipocrisia de sempre



1974-1992

Há 17 anos e oito meses fundávamos em Buenos Aires a revista *Tercer Mundo*. Dizíamos no editorial do nosso primeiro número que a revista respondia ao “imperativo de preencher um vazio na América Latina: a ausência de tratamento sistemático e profundo de questões relativas ao Terceiro Mundo”, e também ao fato dos nossos países “pertencerem a esse conglomerado de nações subdesenvolvidas e exploradas”.

Marcávamos, já naquela época, a nossa interpretação da divisão mundial, assinalando que “o antagonismo principal do nosso tempo manifesta-se, por um lado, no desejo dos centros de poder mundial de consolidar seu domínio, e, por outro, na luta dos povos marginalizados e subdesenvolvidos para eliminar as causas da exploração e dependência que os submetem aos primeiros. E, nesse antagonismo bipolar, a nossa opção é pelo Terceiro Mundo, do qual fazemos parte”.

Relendo estas linhas, escritas há quase duas décadas, sente-se que mesmo com a desintegração da União Soviética e a queda do socialismo real no Leste europeu, a situação dos países do Sul pouco mudou.

Os nossos primeiros 150 NÚMEROS

Na verdade, houve algumas modificações: antes o regime de Moscou funcionava como um pára-raios de ataques abertos ou velados dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, e a ajuda a projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo proveniente dos países socialistas amenizava muito a fome e as carências de todo tipo que vivem muitas nações do nosso hemisfério explorado, principalmente da África.

Hoje, a divisão entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido é mais nítida, e a solidariedade entre as nações de maior poder econômico se torna evidente até no fato da ajuda que teria que vir para o Sul estar sendo, em parte, desviada para os agora chamados países de economias em transição, as antigas nações socialistas do Leste europeu.

A recomposição de forças a nível mundial, com a aparente vitória das idéias neoliberais sobre os ideais socialistas, foi um golpe duro para o Terceiro Mundo. Não só se perdiam aliados, como também – e isso era o mais grave – muitas forças políticas renovadoras ficavam confusas, perdiam também as referências, o rumo, e, quem sabe, até o direito de acreditar na utopia.

Nesta difícil etapa histórica, em que o próprio nome *Terceiro Mundo* é questionado – pois “desapareceu” o chamado Segundo Mundo, o mundo socialista –, a nossa revista chega à sua edição número 150. Nós, os jornalistas da equipe dos *cadernos do terceiro mundo*, sentimos esta data tão especial a mesma confiança no futuro do nosso projeto editorial que tínhamos há 18 anos e renovamos o nosso compromisso com os ideais que nos levaram a lançar a revista em 1974.

Longe de ter superado os problemas do subdesenvolvimento, hoje estamos mais distantes do que há vinte anos dos avanços técnicos e científicos dos países do Norte e da possibilidade de oferecer à nossa população um padrão de vida digno. E o domínio dos meios de comunicação em mãos de uns poucos grupos de poder se consolidou, a nível local e mundial, enquanto uma profunda crise de identidade e financeira atinge a imprensa independente do Terceiro Mundo.

O desafio de informar à opinião pública se mantém, com a diferença de que são cada vez menos os meios de comunicação – no caso, as revistas – que não respondem a nenhum centro de poder, nem grupo político ou econômico, mas que procuram dar espaço nas suas páginas a todas as correntes progressistas, favorecendo o seu processo de confluência em prol das metas essenciais.

A nossa editora, após todos esses anos, tirou uma lição: para sobreviver é necessário profissionalizar-se e, se possível, diversificar os níveis de atuação. Daí, estarmos, hoje, com três revistas: *cadernos do terceiro mundo*, com suas duas edições, português e espanhol; *Ecologia e Desenvolvimento* e a *Revista do Mercosul*, bilíngue, recentemente lançada, além do anuário *Guia do Terceiro Mundo*, em fase de reestruturação.

Esperamos chegar ao número 300 com a mesma confiança nas potencialidades de nossos países e de nossos povos e, sem dúvida, na certeza de que o futuro é de quem luta e mantém sempre vivos os ideais de justiça social, democracia e liberdade.

O nosso desafio maior é transpor essas nossas convicções para o papel, tornando a nossa revista, mais do que nunca, uma trincheira de defesa desses valores e ideais. Isso porque, num momento histórico que alguns chamam de “pós-moderno”, a batalha não pode ser ganha pelos que detêm o controle do poder e da mídia e apregoam o fim da História, mas sim pelos que acreditam no fim do despotismo e da dominação e lutam para tornar realidade isso que ainda é um sonho.



Sina de Tiradentes

Apesar do patrono forte e das festividades dos 200 anos de enforcamento do herói, os dentistas brasileiros continuam a penar, sem perspectivas de melhoria, no território da antiga metrópole. A corporação dos tiradentes de lá permanece em vantagem, negando reconhecimento aos diplomas e à competência dos profissionais brasileiros. Estes reclamam de subempregos, da clandestinidade e mesmo do que denunciam como um *jeitinho luso*: dividir seus rendimentos com um profissional português, se quiserem algum sossego. Mesmo a explícita boa vontade do presidente Mário Soares não surte efeito.

As gestões do governo brasileiro esbarram na força do corporativismo dos dentistas portugueses, como constatou o novo chanceler, Celso Lafer, na primeira viagem ao exterior após assumir o cargo. Conversou, em Lisboa, com o presidente Mário Soares, com o primeiro-ministro Cavaco Silva e também com os dentistas brasileiros. Mas não conseguiu desatar o nó que sufoca nossos tiradentes da banda de lá. Insistiu, porém, na mensagem que o governo brasileiro vem repetindo desde o início da disputa: a questão é prioridade na agenda de assuntos internacionais pendentes de Brasília.

Pacto pela Infância

O Pacto pela Infância é formado por 100 pessoas das mais diversas áreas – gente de governo como os ministros da Educação e Justiça, parlamentares e líderes partidários, além de entidades da sociedade civil, como a OAB e ABI. O Pacto está lançando uma campanha, coordenada pela Unicef, em prol da criança carente como parte de um processo de mobilização da sociedade brasileira. No dia 20 de maio, 23 governadores se reuniram em Brasília e se comprometeram a atuar em defesa dos direitos da criança e dos adolescentes.

Educar para o ambiente

Para discutir como dar uma sequência coerente à Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, professores reuniram-se em seminário, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A Rio-92 foi analisada como uma rara oportunidade de influenciar na mudança de conceitos e práticas da sociedade, quanto às próprias normas de convivência humana e ao relacionamento do homem com o seu meio. Para que haja avanço nesses aspectos, os participantes entenderam que se faz necessário dedicar atenção especial ao fator educação, sem o qual os debates e decisões da Rio-92 produzirão pouco efeito prático.

Segundo os organizadores, a Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento pretende estabelecer bases de um relacionamento sustentável en-



tre a sociedade humana e os bens da natureza. Para tanto, fala-se muito em clima, florestas, fundos globais. Mas pouco sobre informação, ética e participação. Na opinião deles, é preciso falar de educação, que apontam como uma das chaves para promover mudanças reais e duradouras, tanto na relação do ser humano com a natureza quanto na própria prática social.

Um dos aspectos interessantes do seminário foi o relato de algumas experiências bem-sucedidas em termos de defesa ambiental e ação conscientizadora. Entre outras, foram relatadas as experiências da Rádio Comunitária de Queimados; o programa Baía Viva, da organização não-governamental Apedema; o Movimento Antinuclear de Angra dos Reis; e o projeto O Mundo da Lama, da UFRJ.

Terra na Amazônia

Um amplo exame dos problemas fundiários da Região Amazônica reuniu técnicos, políticos, cientistas e pesquisadores de diversas áreas, além de representantes de organizações não-governamentais, em seminário organizado pela Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia - CNDDA e pelo Clube de Engenharia do Rio, onde os debates se estenderam por três dias, no início de maio.

Segundo os participantes, o desenvolvimento amazônico só se fará de forma ecológica e socialmente equilibrada quando se derem soluções aos desajustes que ali imperam.

A ocupação desordenada lançou milhões de brasileiros sobre a região, seguindo ou não grandes projetos governamentais que não chegaram a se completar. Assim, áreas imensas, sobretudo as de maior potencial agropecuário, transformaram-se em zonas de conflitos, envol-

vendo grileiros, posseiros, fazendeiros, índios. E também grandes grupos financeiros, industriais e comerciais, que se aventuraram a desbravar a floresta, atraídos por facilidades de toda espécie que os governos lhes proporcionaram.

Restaram os conflitos e a devastação, que lançam um desafio ao país, devido a seu potencial destruidor a curto, médio e longo prazos, numa região que ocupa quase dois terços do território nacional.

Os participantes do seminário apontaram algumas soluções possíveis, a começar pela realização de uma reforma agrária, que elimine tanto o clima de guerra quanto o assente de milhões de famílias. São essas massas desamparadas que incham as já hipertrofiadas cidades, ou desbravam, sem garantias de propriedade, terras que logo depois serão reivindicadas por grileiros e seus pistoleiros.

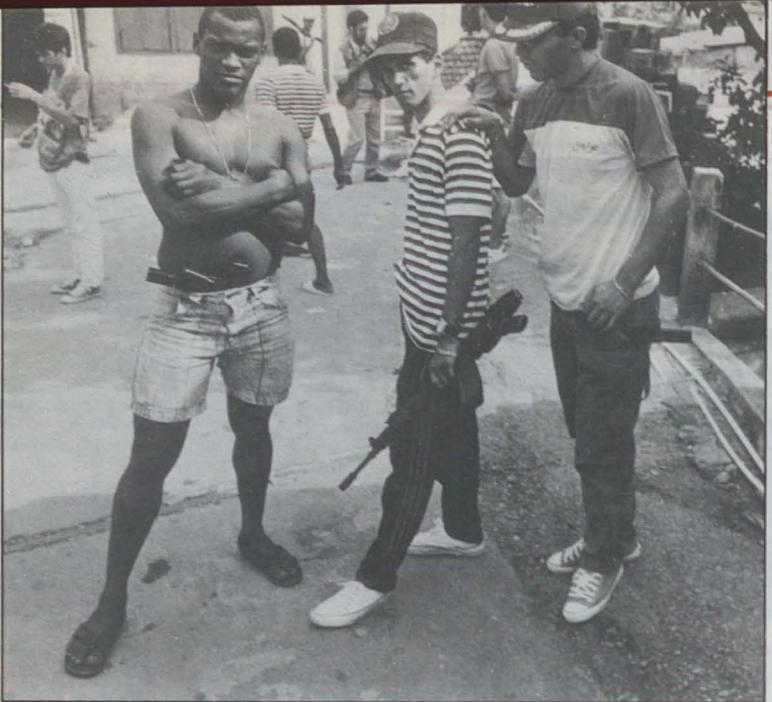
Privatização em debate

Espaço de antigos e às vezes históricos debates, o Clube Militar adquiriu um caráter mais recreativo pós-64. Mas no último dia 7 de maio lotou seu auditório para discutir um tema da atualidade, que vem provocando efeitos preocupantes pelo continente. Tendo como convidado especial o ex-parlamentar, ex-governador e ex-vice-presidente Aureliano Chaves, os sócios do Clube Militar participaram de uma conferência-debate sobre privatização, a alma da onda neoliberal que varre os países em desenvolvimento, principalmente os da América Latina.

Aureliano tem se destacado como um dos mais articulados críticos do modelo da privatização a qualquer preço. Junto com outras lideranças políticas, participou, em outubro do ano passado, de um almoço-manifestação a favor da Petrobrás, e não se furtou a levar suas preocupações a auditórios os mais variados.

Segundo Aureliano, privatizar as grandes empresas estatais, responsáveis por serviços que sustentam a infra-estrutura industrial, significa deixar o país numa situação de incerteza. A estratégia de desenvolvimento nacional, segundo ele, sofre ameaça quando os recursos básicos ficam fora de mãos nacionais.





Traficantes agitam

Lideranças do tráfico de entorpecentes estiveram por trás dos saques a supermercados que se verificaram no Rio. Segundo o delegado Jorge Mário Gomes, da delegacia do bairro de Bangu, os traficantes Joáozinho, Lobão, Tigela e Caluca foram os inspiradores dos saques verificados no primeiro semestre, quando mandavam arrombar os estabelecimentos e convocar moradores de favelas das vizinhanças para o saque, sempre nas madrugadas.

Para o delegado, tratava-se de um movimento do tráfico, com vistas a reforçar seu poder no interior das comunidades carentes, dando-lhes melhores condições de enfrentar o poder público.

Nova direção

Recriado o Ministério de Minas e Energia, sua principal empresa ganhou um novo presidente. Benedito Moreira assumiu a Petrobras (na foto, a sede no Rio) com a missão de modernizá-la, na expressão do ministro Pratini de Moraes. A nomeação ocorreu no mesmo dia em que a empresa recebia o maior prêmio internacional da área petrolífera, o Offshore Technology Conference, em solenidade realizada em Houston, Texas, em reconhecimento a seu avançado padrão empresarial. A Petrobras é a mais capacitada empresa do mundo na exploração de petróleo em águas profundas, por ter criado tecnologia para atuar na Bacia de Campos, em lâmina d'água de até 752 metros.

Uma das orientações de Benedito Moreira é a de dar prosseguimento ao programa de privatizações das empresas subsidiárias, nas áreas de petroquímica e fertilizantes.

Homem ligado à área do comércio exterior, Benedito Moreira dirigiu a Cacex por 15 anos, durante o regime militar, e nos últimos anos atuava como presidente da Fundação Comércio Exterior e vice-presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros. Nessa área, conheceu bem a atuação da Petrobras como um motor das exportações nacionais, através de subsidiárias. Seus auxiliares diretos na empresa são funcionários de carreira, exceto na diretoria financeira, que ficou a cargo de Arnin Lore, ex-diretor do Banco Central.

Limites da sobrevivência

A fome pode levar à vertigem, ao desmaio e à morte. Tanto no plano físico, quanto no plano ideológico. É a conclusão que se pode extrair das respostas dadas por 600 pernambucanos à pesquisa realizada pelo Instituto de Defesa da Cidadania - Idec, que procurou levantar os sentimentos da população com relação à crise econômica e à situação política.

A prioridade, para a maioria, é acabar com a miséria - uma posição muito lógica. O preocupante, porém, é que 50% dos entrevistados trocariam, de bom grado, a democracia por um regime que resolvesse o problema da miséria. Mas, curiosamente 90% descartam uma nova ditadura militar como um regime capaz de resolver os problemas.

Um dado muito positivo é que 53% atribuem à verdadeira democracia um conteúdo social. Ou seja, só consideram democracia real um regime que assegure a melhoria das condições sociais, como trabalho, educação e renda mínima para um padrão digno de vida. Por isso, 31% consideram que o Brasil continua longe de um regime democrático autêntico.

A pesquisa do Idec deixa à mostra a fragilidade das democracias que se assentam em projetos sem visão popular, como é o caso da política imposta aos nossos países pelo FMI. Desinformada, a população atribui o problema à democracia e não à gerência equivocada. E corre o risco de reforçar o equívoco, como ocorre com o aplauso de algumas camadas de peruanos ao agora ditador Fujimori.



CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio e Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1967/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães, Elias Fajardo e Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléa Márcia Soares e Valdenir Peixoto. DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e projeto gráfico), Silvia H. Pompeu, Sylvio Paixão, João C. Monteiro. FOTOS: France Press, André Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:

Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iotti, Roberto de Oliveira, Alba Caldas, Silvia Arruda e Mônica Pérez

BANCO DE DADOS e EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Kátia Prado

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador),

Capa: Carlos Gomes (Criação) e João R. Ripper (Foto)



SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Nueva* (Equador), *Novembro* (Angola), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (llet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP).

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

4 Acre □ 542-2329

4 Aracaju □ 211-1912

4 Alagoas □ 521-4047

4 Belo Horizonte □ 224-3610

4 Belém □ 222-7286/222-7203

4 Brasília □ 226-2202

4 Ceará □ 245-1679

4 Cuiabá □ 321-3529/316-8356/322-7442

4 Curitiba □ 254-2384

4 Florianópolis □ 44-7683

4 Paraíba □ 322-7536

4 Pernambuco □ 231-1485

4 Porto Alegre □ 27-1025

4 Rio de Janeiro □ 252-7440/252-1742

4 São Paulo □ 573-8562/571-9871

4 Vitória □ 229-9247

INTERCÂMBIO

• Elisa Astorga S.

Casilla 387

Valparaíso - Chile

• Graciela Morales Suarez

Apartado 347, Habana 1. C.P 10100

Habana - Cuba

• Mayra Delgado Novoa

Apartado 347, Habana 1. C.P 10100

Habana - Cuba

• Carlos Garcia Castañeda

Apartado 30, Sagua la Grande

C.P. 52300

Vila Clara - Cuba

• Ana Clara de Assis

Rua Brás Cuba, 60 - Vila Santana

18090 Sorocaba - SP

• Jobson Ferreira Barbosa

Rua Irmãos Caetano nº 2

São Gonçalo do Retiro/Cabula

41100 Salvador - BA

• Geraldo Sola Junior

Caixa Postal 346

07111 Guarulhos - SP

• Sósto Ulisses Tenório

Rua João Dias Vergara, 35-A

Jardim Olinda

05765 São Paulo - SP

• Carlos Avalone Wolff

Av. Brasil, nº 1312

93700 Campo Bom - RS

• Benedito Almir Faria

Caixa Postal 196

09701 São Bernardo do Campo - SP

• Wagner Lopes Pereira

Rua Baby Faro nº 2

Bairro General

26150 Belford Roxo - RJ

• Elias de Oliveira Filho

Rua Beira Serra, 295

25250 Xerem - RJ

• Maria Bernadete de Almeida

Rua Padre Faustino 345 - Nova Vista

31080 Belo Horizonte - MG

• Milena Monteiro

Rua Costa Gomes, 71 - Jardim Maronal

75900 Rio Verde - GO

• Carla R. S. Campos

Av. Mato Grosso, 96

78000 Cuiabá - MT

• José Arimá Rocha Brito

Rua Padre Guerra, 1161 - Parquelândia

60455 Fortaleza - CE

• Euclide José Carlos

Caixa Postal 3677 F.A.T.

Luanda R.P.A.

• Gilmara Silva

Av. Nereu Ramos, 515

Caixa Postal 25

88380 Piçarras - Santa Catarina

• Omar Corcho Abreus

Apartado Postal # 3

Cumanayagua C.P. 57600

Cienfuegos - Cuba

• José Wanderley Borges

Rua Glaziou, 83 - ap.302

20750 Pilares - RJ



Carta da prisão

A brasileira Lamia Maruf Hasan é presa política em Israel. Por intermédio do comitê de solidariedade a ela, criado recentemente no Brasil, entramos em contato com Lamia, visando ajudá-la a manter-se minimamente informada sobre o que acontece no Brasil e no mundo. Ela tem recebido as publicações da editora e nos agradeceu através de um belo postal com um desenho palestino e do seguinte texto:

Hasharon Prison, 31/03/92.

Lara Beatriz Bisio:

Quero muito agradecer pelo envio das revistas "CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO" e "ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO". Vejo nessa atitude um ato de solidariedade que não hei de esquecer, por mais que fique aqui na prisão.

النمر - إوان فارس
الفنان الفلسطيني طالب دويك
The Dawn
Palestinian Artist TALEB DWEIK

mpis que passe aqui [na prisão].
Estas publicações estão sendo muito úteis para mim assim como eram em meu tempo de estudante. Mais uma vez, obrigada!

Amadas Solidariedades

Lamia Hasan.

Quero muito agradecer o envio das revistas CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO e ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. Vejo nesta atitude um ato de solidariedade que não hei de esquecer, por mais que fique aqui na prisão. Estas publicações estão sendo muito úteis para mim, assim como eram em meu tempo de estudante.

**Lamia Maruf Hasan,
Hasharon Prison, Even Yehudah - Israel**

Carro e álcool

A região Sudeste responde por 85% da produção brasileira de álcool. A safra 92/93 de cana começou agora com uma produção de álcool carburante 500 milhões de litros menor do que os 12,6 bilhões obtidos na safra anterior. Apesar da recessão e da estimativa de que a frota de veículos movidos a álcool tenha se reduzido de 4,5 milhões para 4,2 milhões, a produção será novamente insuficiente para atender à demanda. Isto obrigará o país a importar cerca de 900 milhões de litros de metanol. Além disso, implicará em dispêndio de divisas maior, pois o metanol está em alta no mercado europeu, face à indefinição das exportações da antiga URSS, o maior fornecedor da CE. Esse quadro mostra claramente a importância de se contingenciar severamente a montagem de carro a álcool para 40% do total produzido. O governo federal deve estar atento para dar a orientação de reduzir ao mí-

nimo a produção de carros a álcool até cessar a necessidade de importação desse combustível.

**Roldão Simas Filho
Rio de Janeiro - RJ**

Na sala de aula

Sou professor em escola pública do estado de São Paulo e, constantemente, corroço às vossas matérias para atualização do meu próprio conhecimento e também em sala de aula. São matérias que, por seu alto teor de seriedade e atualidade, muito motivam os nossos educandos. Para nós, intencionados na transformação da realidade de opressão e miséria em outra que seja sinônimo de liberdade, é fundamental existirem publicações comprometidas sómente com a verdade.

**Eduardo Luiz Barbosa
Itaquera - SP**

Neoliberalismo

Venho solicitar uma reportagem sobre a economia em países como a Argentina, o México e o Chile, onde foi adota-

do o modelo do neoliberalismo. Não se pode esconder o sucesso desta doutrina. Amigos meus que visitaram esses países contam maravilhas sobre inflação baixa, economia estabilizada e franco progresso.

**Rafael Valença
Vila Buarque - SP**

Na próxima edição você encontrará um artigo sobre o México, mostrando aspectos do neoliberalismo nem sempre divulgados na grande imprensa e nem sempre visíveis aos turistas, mas que têm profundas consequências sociais.

Comunicação

Venho pedir que divulguem o Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação no Brasil. Existem Comitês em 15 estados, e eles lutam não só pela concessão mais democrática dos meios de comunicação pelo Estado, mas também por um maior espaço para as mani-

festações culturais. A luta não é somente dos profissionais de jornalismo, mas também de músicos, escritores, radialistas, cineastas. Existe também a Coletiva Nacional de Rádios Livres, que pretende democratizar as ondas do rádio e se tornar uma alternativa aos modelos tradicionais. Endereço do nosso comitê: Rua Evaristo da Veiga, 16/17º andar, Rio de Janeiro - CEP 20031

**Júlio Cesar Lobo
Barra da Tijuca - RJ**

Correção

Gostaria de dar uma contribuição às próximas edições do guia do terceiro mundo: na página 640 do citado livro, há a informação de que a área de Sergipe é de 21.954 km². Na realidade, a área de Sergipe é 21.994 km². Sou professor da rede estadual de ensino e do município de Aracaju.

**Washington Pereira
Vasconcelos
Nossa Senhora do Socorro - SE**

A vez de Marcílio

Política econômica do embaixador ganha contestadores de peso

Procópio Mineiro

A reforma do ministério Collor parece ter chegado ao fim, na opinião presidencial, mas não no ânimo de outros setores, dos quais tem sido porta-voz o governador Antônio Carlos Magalhães. O político baiano apimentou as críticas na hora em que o ministro da Economia se encontrava em viagem ao exterior, negociando com credores externos e emprenhado em melhorar a imagem financeira do país. O alvo é o próprio ministro Marcílio Marques Moreira, cuja imperturbabilidade monástica desagrada a setores aos quais interessariam, talvez, taxas inflacionárias mais altas ou procedimentos mais flexíveis da área econômico-financeira do governo. Os ataques já manifestados, contudo, utilizam os argumentos a favor do combate à inflação, considerando que a política *soft* da era Marcílio tem produzido resultados escassos. Aparentam que a taxa inflacionária se mantém em índices elevados, acima dos 20%. Ao fechamos esta edição, por sinal, a taxa do mês de abril poderia registrar elevação de um a três pontos, ameaçando jogar o índice mensal, outra vez, para o patamar dos 23% a 24%.

Expectativas – Apesar disso, o ministro desfruta de um conceito inatacável, é um diplomata cuja atuação vem modificando atitudes de setores financeiros internacionais. E, talvez mais importante que tudo, teve seu peso específico aumentado com a reforma ministerial, embora esteja longe de exibir – talvez por questão de temperamento – aquela presença ofuscante que Delfim Netto propagava no regime militar.

Quando se cochichava que Antônio Carlos Magalhães expressava o pensamento de setores econômicos e financeiros paulistas, interessados em recuperar o domínio da máquina da Economia nacional, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo

(Fiesp), Mário Amato, sentiu-se obrigado a vir a público, negando qualquer disposição de ver o ministro substituído.

Amato reafirmou ter várias restrições à política desenvolvida pelo ministro da Economia. Mas ressaltou que

A força e a disposição de Marcílio Marques

Moreira mostram que uma eventual fritura do ministro teria de consumir muito óleo

consideraria um desastre promover sua substituição nessa etapa do jogo. O líder empresarial paulista acha *soft* demais o estilo marcilioano e repetiu que a recessão atingiu nível insuportável

para o setor industrial. Por isso, sugeriu que o governo estique os prazos para os pagamentos de impostos, de modo a melhorar o perfil do capital de giro das empresas.

Resistir, insistir – A resposta de Marcílio foi clara: “Temos que ser perseverantes. E vamos ser perseverantes”, disse, reafirmando sua confiança na gradativa queda da taxa inflacionária, em consequência da política que vem adotando. Como um dos trunfos principais, ele aponta a liberdade de preços como um fator que o deixa tranquilo. Sua opinião é de que inflação na faixa dos 20%, mas com preços liberados, é menos perniciosa que uma de taxa menor, mas com a economia manietada pelo controle artificial de preços.

Se existe uma *Operação Marcílio*, novos lances deverão acontecer, baixem ou não as taxas de inflação. Mas pela disposição do ministro e pelo destaque que alcançou na configuração do novo ministério, uma eventual fritura consumirá muito óleo.



Marcílio ao lado do ministro das Relações Exteriores do Japão, Taro Nakayama



A maioria deles confunde velhice com decadência, mas uma parcela cada vez mais significativa invade as ruas para reivind

Os bravos guerreiros

A luta pelo pagamento dos 147% de reajuste nas aposentadorias mostrou ao país um novo perfil dos idosos. Apesar da omissão oficial, eles se mostram dispostos não só a fazer valer seus direitos como também a aproveitar e a tornar criativo cada minuto de suas vidas

Eva Spitz

Envelhecer é uma barra. A constatação simplória mas contundente é do ator Marcos Nanini, que mal adentrou na casa dos quarenta. Ele já começou a encarar o inevitável percurso de volta às origens como qualquer mortal. E se referia obviamente à dificuldade em lidar com a decadência física que tanto atormenta a humanidade, por mais que a medicina progride em relação a novas fórmulas de rejuvenescimento. O escritor argentino Jorge Luís Borges chegou a escrever que "a pior doença da velhice é a longevidade". No entanto, Borges e o ator Marcos Nanini fazem parte de um seleto grupo de privilegiados que têm ou tiveram garantida uma digna entrada na chamada Terceira Idade. Para a maioria dos brasileiros, contudo, envelhecer requer muito mais do que ciência e arte.

Chega a ser um ato de heroísmo, como demonstrou a recente atuação dos aposentados, que foram para as ruas lutar pelos 147% a serem incorporados à magra e defasada aposentadoria por anos e anos de serviços prestados. Na falta de museus, jardins, teatros, bares, bibliotecas, piscinas, galerias de arte por onde transitam in-

cansáveis os velhinhos norte-americanos em Nova Iorque, os nossos, apesar de barreiras geradas pelo preconceito e pela pobreza, fazem o que podem.

A necessidade abre caminhos. A figura do "velho" encostado dentro de casa, ou depositado num asilo vem sendo substituída, no Brasil, por outra bem mais dinâmica. Os nossos "velhinhos", quando podem, viajam. Mas, quando não, saem às ruas e conquistam seu espaço nas praças jogando "dama", tomando para si a iniciativa que o poder público não foi capaz de tomar. Em Copacabana, por exemplo, onde, segundo pesquisas da UERJ, se concentram 20% dos idosos que moram no Rio de Janeiro, eles formaram o Clube Cultural e Recreativo Posto Seis, com mesas próprias para o jogo de cada dia. Sem falar dos que jogam "sueca" na Praça da Cruz Vermelha, ou dos que praticam tai chi chuan no Arpoador.

Se, por uma lado, o governo se omite e ainda boicota, por outro, a sociedade civil se estrutura de alguma forma para poder atender essa crescente população, calculada pelo último censo em 13 milhões de idosos. A iniciativa privada não dá conta de tudo, mas ajuda. A começar pelo Sesc, que atinge 50 mil idosos em todo o Brasil (RJ, São Paulo, Bahia, Sul, Nordeste, Minas),



FOTOS: ANDRÉ LOUZEIRO

Saia terceira idade

oferecendo uma gama razoável de opções de lazer, tendo como objetivo aumentar a auto-estima dos velhinhos, sobretudo os de baixa renda.

Para os da classe média, os grandes centros urbanos como o Rio oferecem Cursos de Teatro (no Tablado e na Casa de Cultura Laura Alvim), música na Escola Villa-Lobos, ambulatórios para idosos, Faculdade da Terceira Idade na UERJ. Recentemente, foi criado na Faculdade Bennett o curso Cultura da Existencialidade, para "evitar o pejorativo nome de Terceira Idade", informou Dona Albertina Damasceno, 74 anos, uma das alunas e funcionária do Bennett há quase 60 anos. Ela, que mora sozinha, e só ganha o relativo à aposentadoria, reconhece: "Preciso desse trabalho como de alimento. É a minha única fonte de contato humano."

A primeira Universidade para a Terceira Idade foi criada em Campinas, São Paulo. Atualmente, há outra em Santos. Sem falar que São Paulo tem até Delegacia de Proteção aos Idosos e um Fórum Nacional de Terceira Idade que dá orientação jurídica e médica, além de cursos de ioga, ginástica e pintura. Mas fora do eixo urbano efervescente Rio-São Paulo, não há

nos outros estados uma preocupação semelhante da sociedade civil em encontrar saídas para a população idosa. A não ser através do Sesc e da LBA.

Nos outros pontos do país, a situação de marginalização dos idosos se confunde com a marginalidade das próprias populações locais. Um ou outro caso – como o da gaúcha Gertrude Gorette, de 117 anos, que fuma, toma café e come carne gorda, ou o matogrossense Francisco Soares, também de 117 anos, que não fuma, não bebe nem farreia – instigados a revelarem o segredo de sua longevidade, dão conta de como, apesar de tudo e de todos, ninguém quer abrir mão da vida.

Hugo Levy, 60 anos, aposentado, diz: "Na terceira idade você não quer mais oportunidades. As oportunidades você já teve e aproveitou ou não. Agora é hora de desfrutar, é hora de colher. É hora de buscar o prazer administrando a transição da atividade para a inatividade profissional. É a hora de realizar projetos e sonhos. Não mais de sonhar." Um dos projetos podem muito bem ser viver até os 120 anos, previstos pela engenharia genética, através do rejuvenescimento das células.

Isso não chega a refletir a mentalidade do novo idoso brasileiro. Mas as dificuldades próprias da vida na gran-

de cidade, somadas à crise econômica, forçaram a população idosa a participar efetivamente das atividades do dia a dia, mas de um modo provavelmente jamais almejado. Não há mais espaço para uma pessoa inoperante na família. Então, o que se vê, em número cada vez maior, são idosos nas filas dos bancos pagando as contas da casa, na porta das escolas buscando as crianças, nos supermercados fazendo as compras do mês, atuantes, produzindo, necessários. Com uma novidade: boa parte daqueles senhores e senhoras que esperavam o tempo passar melancólicos diante de uma televisão, agora vão à luta por seus direitos. Os "pobres velhinhos" hoje se reúnem, armam passeatas de protesto, brigam com a polícia, gritam seus direitos na imprensa.

Maria Dames Monteiro, aposentada, 70 anos, chefiou há pouco uma concentração de mais de 100 aposentados em torno da juíza federal Salete Macaloz, no Rio de Janeiro, que seria punida por ter decidido contrariamente ao INSS na questão dos 147% de aumento das aposentadorias. Sem falar no papel atuante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas de São Paulo nessa luta que uniu todos os movimentos do país.

MATÉRIA DE CAPA

O mérito dessa inesperada demonstração de vitalidade foi justamente revelar uma força nascente e ainda ignorada no país. De totalmente marginalizados pela mídia, os idosos – chamá-los de velhos é considerado pejorativo pelas assistentes sociais – passaram a ocupar as primeiras páginas dos jornais e a merecer comentários indignados em setores privilegiados da imprensa brasileira. O jornalista Elio Gaspari, da *Veja*, em artigo que se transformou em tema de redação no vestibular, disse: “Só uma pessoa que dispensou a capacidade de envergonhar-se é capaz de acreditar que os aposentados sejam parte de um problema. Durante várias décadas eles foram a própria solução, trabalharam, pagaram suas contribuições à Previdência e, de acordo com o contrato, querem receber o benefício que compraram. Querem o que é deles.”

Essa atitude discriminatória e desrespeitosa para com a velhice atinge pessoas como o engenheiro José de Oliveira Reis, 88 anos. Depois de ter sido secretário de Obras do Estado do Rio de Janeiro – um dos principais responsáveis pela construção da avenida Presidente Vargas no Rio –, ter escrito numerosos volumes sobre a geografia da cidade, o engenheiro recebe da Previdência, a título de aposentadoria, o equivalente a 200 dólares mensais. E, ainda assim, é considerado um privilegiado: mora em apartamento próprio, que comprou na época em que estava na ativa, e pode cultivar a sua paixão pela cidade maravilhosa e difundir seu vasto conhecimento como editor-chefe da *Revista Municipal de Engenharia*. O que dizer dos menos aqüinhoados?

De acordo com os números, o mínimo que se pode dizer é que se eles constituem um problema para o governo atualmente, no futuro eles serão um problemão. São atualmente 11 milhões de idosos e um exército de 13 milhões e oitocentos mil aposentados. Sendo que a maioria aposentada, isto é, 76% ganha até um salário mínimo, informou o vice-diretor do Sesc-Nacional, o sociólogo e especialista em gerontologia, Dirceu Nogueira Magalhães, 50 anos. Por outro lado, de acordo com uma projeção realizada pela ONU – Organização das Nações Unidas –, nos próximos decênios o grosso da população brasileira será de idosos. A ONU prevê um contingente de 15 milhões de

“Na terceira idade você não quer mais oportunidades. Quer apenas colher, desfrutar e buscar o prazer realizando sonhos e projetos”

idosos em 2025 e uma drástica redução da taxa de natalidade, que vem caindo cerca de 1,8% por década. A partir dessas informações, Dr. Dirceu analisa a questão:

“A situação atual é desanimadora. A Previdência em franca decadência passa por uma de suas piores crises, com benefícios falsos, irregularidades internas e encargos sociais altos. Por outro lado, embora tenhamos uma força de trabalho volumosa, avaliada em 50 milhões de trabalhadores, só a metade paga encargos, seja do lado do patrão (são muitas as empresas que não pagam INSS), seja do lado dos empregados, uma vez que cresceu muito no país a economia informal.” Para o Dr. Dirceu, só há uma solução para o pro-

blema, que é repensar a lei de Seguridade Social. “Houve, na elaboração da Constituição, uma preocupação maior com a definição de Seguridade Social e pouco se pensou no segurado. O que é preciso é melhorar a qualidade da Previdência, e não privatizá-la. A segurança social é obrigação do Estado, único capaz de garantir a segurança do aposentado. Mais ainda num Estado como o nosso, onde existe uma concentração de renda muito grande.”

Dr. Dirceu desmistifica também o velho racionalismo de mercado, que considera o idoso um consumidor insignificante. “Ele é compulsoriamente um pequeno consumidor. Dê dinheiro a ele que ele vai saber muito bem como gastá-lo.” Ele se baseia nos dados do Sesc, que acolhe em todo o Brasil 1 milhão e meio de matriculados em todas as faixas etárias. Ana Maria Daudt, 40 anos, coordenadora do trabalho social de idosos no Sesc do Rio de Janeiro, onde estão matriculados 5 mil idosos, afirma: “Eles adquirem mais auto-estima e através disso começam a conviver melhor com a própria família.”

Detalhe importante: o Sesc não aceita apenas ex-comerciários, uma vez que é diretamente vinculado às associações e confederações do comércio, mas qualquer tipo de pessoa. E todos contam com assistentes sociais. No Sesc de São Paulo, um dos mais completos do Brasil, os idosos encontram

Idosos no Brasil

Segundo o censo de 1991, o número de pessoas com mais de 60 anos aumentou, de dez anos para cá. Em 1980, eles representavam 4,1% da população total do Brasil. Hoje, são 4,7%. Em números, isso significa 13,6 milhões de idosos. Deste total, a maioria é composta por mulheres, pois têm uma maior expectativa de vida (66 anos contra 60,9 anos nos homens).

Esse fenômeno pode ser explicado, principalmente, pela diminuição da mortalidade infantil a partir dos anos 40, aliado ao aumento da qualidade de vida, nos dias de hoje.

Esta mudança no perfil demográfico da população brasileira exigirá algumas transformações sociais, particularmente por parte do governo, que terá de investir mais subsídios no setor da Previdência e da Saúde, pois o idoso é o usuário mais frequente destes serviços.

(P.C.)

MATÉRIA DE CAPA

atividades de lazer em todas as áreas imagináveis: atividades teatrais, pintura, música, etc. "Imagina se eles dispusessem de dinheiro; o nível de consumo seria igual ao de qualquer um em qualquer idade", sustenta Dirceu.

A comprovar a sua tese, há o relato de Dona Antonina Viveiros de Araújo, 79 anos, viúva há 11. Ela faz parte de um grupo de visitadoras de asilos e orfanatos. Dona Antonina não é rica; é pensionista e adora viajar, coisa que faz sempre. Diz que para isso são necessários dois *d*: dólar e dedo, para apontar tudo que deseja. Às vezes, não dá muito certo. Dona Antonina conta que, em Genebra, na Suíça, não sabendo como pagar a passagem de ônibus, colocou algumas moedas na palma da mão e mostrou a uma senhora que, penalizada, imediatamente tirou uma moeda da bolsa e lhe deu.

No ano passado, ela ficou dois meses em Los Angeles, com um afilhado que trabalha na Varig e vai voltar para lá no próximo mês de abril. Por isso, estará ausente do curso de Atualização da Mulher que frequenta há 11 anos no auditório da igreja Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro. Este curso, que inclui palestras, debates e conferências sobre assuntos do momento, reúne grande número de idosos e aposentados.

Como eles, muito mais gente procura, por conta própria, alternativas para o modelo desbotado e gasto da "velhice". A pesquisa sobre envelhecimento de mulheres, realizada pela antropóloga Miriam Lins e Barros, para sua dissertação de mestrado e a tese de doutorado – "Autoridade e Afeto – Avós, Filhos e Netos na Família Brasileira" –, publicada pela editora Zahar, oferece dados que comprovam isso.

Na primeira pesquisa, ela selecionou um grupo de 20 mulheres com mais de 60 anos que se conheciam há várias décadas, a maioria solteira, acostumada à atividade intelectual. Todas ocupam cargos de chefia na assistência social, sem remuneração. "Por trás, a idéia de que um longo ou curto período seria o último de sua vida, deveria ser aproveitado da melhor maneira possível", constatou Miriam. Para elas, acrescenta, o valor de cada uma vem do trabalho. Acreditam que através do trabalho elas têm garantia de sanidade física e mental. "Por outro lado, a preocupação com a

HEURO SANTOS



O Clube Recreativo do Posto Seis, em Copacabana, promove o lazer dos idosos

decadência, o medo de perderem o controle de si mesmas é permanente. Qualquer lapso de memória é confundido com esclerose", informa.

Para a tese de doutorado, Miriam focalizou a atenção sobre as mudanças e permanências de valores da família. Tomou como amostragem avós e avôs de classe média das zonas sul, norte e subúrbio cariocas. Pessoas que foram desde profissionais liberais bem-sucedidos até baixos funcionários públicos e artesões. Miriam concluiu que as mudanças sociais que levaram a mulher ao mercado de trabalho contribuíram muito para dar um tipo de status e, consequentemente, importância aos idosos, que no papel de avós, "mesmo quando eles se sentem explorados como babás e serviçais", passaram a ter uma função intervencionista, pro-

tecionista e, até, a reassumir funções de autoridade.

"A família nuclear, que se supunha em extinção, ao contrário, provou estar cada vez mais atuante e passou a ter uma cara mais extensa", afirmou. Miriam acredita que, apesar de tentativas isoladas da sociedade em qualificar o idoso, falta, contudo, o principal: uma aposentadoria condigna para que ele se sinta valorizado e não um traste. "Valorizado pelo que fez e pelo que é", esclarece. Para os idosos, constatou outra antropóloga, Guita Debert, em tese para a Unicamp – Universidade Estadual de Campinas – em 88, baseada em pesquisa com gente de mais de 80 anos, "velho é alguém ultrapassado, ranzinza, que reclama muito e só dorme e come". Não são eles.

Os católicos carismáticos

FOTO: RICARDO MELLO - AG. GLOBO



Pessoas dos vários segmentos sociais estiveram reunidas num retiro aberto no Maracanázinho, com muitas preces e cantos

Borges Neto

Enquanto o povo se divertia no último carnaval, mais de 20 mil pessoas passavam pelo ginásio do Maracanázinho, no Rio, para ouvir pregações, confessar-se, rezar, cantar e meditar, em clima de muita alegria e, às vezes, de verdadeiro arrebatamento. Era o "Rio de água viva", um retiro aberto que a Renovação Carismática Católica – RCC – realizou de 29 de fevereiro a 3 de março.

O que aconteceu no Maracanázinho naqueles quatro dias repete-se uma vez por semana em igrejas, salões paroquiais e colégios de freiras espalhados por todo o Rio de Janeiro. De acordo com a presidente da Comissão Arquidiocesana de Entidades e Movimentos de Leigos, professora Helena Lopes Rios Machado, existem na cidade de 215 grupos de católicos que, pelo menos uma vez em cada sete dias, se reúnem para expressar e reforçar sua fé a partir de um maior conhecimento das Escrituras, exercitar a caridade

Eles adoram o Espírito Santo, são católicos, mas sua espiritualidade é parecida com a dos protestantes pentecostais. Cantam hinos, fazem curas e seu movimento divide os estudiosos e o clero

junto aos mais necessitados e, sobretudo, louvar a Deus – o que, repetem seus dirigentes, é a razão fundamental da existência humana.

Durante duas horas, em média, quase sempre à noite, eles se entregam à leitura da Bíblia e à oração, cantam hinos de louvor, súplica e exortação, meditam em voz alta ou em profundo

silêncio. Curioso: os frequentadores desses encontros não reclamam da duração do tempo e não parecem enfadados. Ao saírem das reuniões, espelham mesmo em suas fisionomias um misto de alegria e confiança em si. Até crianças que acompanham os pais parecem compartilhar desse sentimento. "Ele é que pediu para vir", diz a orientadora educacional Rosária Maria Dunham, 38 anos, de Copacabana, apontando para o filho Daniel, de seis anos.

Muitos vêm de longe e nem parecem se preocupar com a volta, quase sempre feita de ônibus. Vale o sacrifício para quem, como a dona de casa Elizabeth Carla, de 26 anos, não quer perder o encontro de oração que o grupo Bom Pastor realiza toda segunda-feira na igreja Nossa Senhora de Copacabana, das 20 às 22 horas. "Aqui encontro muita paz e reforço a minha fé", explica. Ela mora na Cidade Nova, a dez quilômetros do ponto de oração, e diz estar ali pela quarta vez. E assegura: "Não vou parar de vir aqui nunca mais."

As mulheres são sempre em maior número e predomina a classe média. Mas, entre os oficiais das Forças Armadas, por exemplo, são muitos os homens que também participam do Movimento da Renovação Carismática Católica. Não é à-toa que, dentro da Vila Militar, no Rio, e da Academia de Agulhas Negras, em Resende, funcionam grupos de oração. Também entre grandes empresários e políticos encontram-se filiados ao movimento.

Prazeres do espírito – O ponto alto das reuniões da RCC pode ser visto de dois ângulos. Para a representante do Brasil no conselho internacional do movimento, professora Maria Lúcia Vianna, esse ponto é alcançado quando "um dos membros mais preparados do grupo expõe uma questão da doutrina, para ajudar os outros a terem maior percepção das coisas de Deus e a progredirem na iniciação cristã".

Já para o observador comum, o movimento mais significativo da reunião é aquele em que os carismáticos relatam curas obtidas pelo poder da fé, sua própria conversão, o fim de um drama familiar, a reconciliação com um vizinho de difícil relacionamento, a volta da paz para uma pessoa em conflito consigo mesma. Ou pode ser aquele em que as pessoas orantes levantam os braços e, com as mãos abertas e voltadas ligeiramente para baixo, na direção umas das outras, invocam o Espírito Santo.

Às vezes, essa invocação dura vários minutos e é quando alguns carismáticos começam a balbuciar sons incompreensíveis que, no entanto, são considerados, em alguns casos, sinal certo de que o Espírito Santo está se manifestando.

Quando isto acontece, os carismáticos dizem que o orante "fala em línguas". E isso ainda, explicam, pode acontecer quando o orante não encontra palavras para exprimir o deleite espiritual que experimenta ou, simplesmente, para louvar a Deus ou – por que não? – para pedir uma graça, que tanto pode ser no interesse próprio como no de terceiros.

Milagres – Quando os orantes impõem as mãos uns sobre os outros, é também quando costumam acontecer curas, que os carismáticos dividem em

físicas e interiores. Curas interiores são aquelas que podem ser identificadas com uma espécie de libertação de traumas ou quaisquer problemas psicológicos. Em seus testemunhos, os carismáticos falam de estados de depressão, medo, angústia, ódio, perplexidade, insegurança, que dizem ter sofrido no passado e haver superado, depois que passaram a frequentar os grupos de oração.

Mas o relato de curas físicas, que a ciência não explica, também não é raro. Uma pessoa que não desconheça os Evangelhos e vá participar de uma reunião desses grupos – a entrada é franca – terá, muitas vezes, até a sensação de estar ouvindo uma versão

*Em seus testemunhos,
os carismáticos falam de
estados de depressão, medo,
angústia, ódio, perplexidade,
insegurança, que dizem ter
sofrido no passado e haver
superado, depois que
passaram a frequentar os
grupos de oração.*

atualizada das muitas curas que Jesus operou na velha Palestina: cegos que passam a ver, surdos de nascença que começam a ouvir, coxos que se põem a caminhar, pessoas que sofrem de enxaqueca, artrose, úlcera, reumatismo, coronárias entupidas, câncer declarado e até de Aids, além de alcoólatras, viciados em tóxicos, homossexuais, adulteros e vítimas de todos os males de que só Deus sabe como foram libertados.

As pessoas, supostamente curadas por força de uma intervenção divina, geralmente relatam os fenômenos sem fazer alarde, como se tudo fosse muito natural, apenas se referindo a eles como "maravilhas do Senhor". No entanto, a assembleia escuta, fazendo silêncio absoluto para não perder uma palavra, e no final irrompe em exclamações muito familiares para quem

tem fé: "Glória, glória, aleluia, louvores a Ti, Senhor". É um espetáculo diferente, só possível pela fé, mas diante do qual um estranho dificilmente consegue ficar impassível.

Ao contrário do que se propõe a maioria dos pentecostais protestantes, os adeptos da RCC, quando anunciam as curas e outros carismas que marcam a vinda do Espírito Santo na manhã de Pentecostes, não fazem disso o objetivo de suas reuniões. Para esses católicos, os fenômenos de que dão testemunho nada mais são que um meio de libertação interior. Para eles, mais importante que o maravilhoso desses fenômenos é a evangelização que, segundo os dirigentes da RCC, se faz necessária para a "iniciação cristã e a instalação efetiva do reino de Deus no coração de cada criatura humana, no mundo todo". Nem mesmo a anunciada cura de uma criança surda de nascença, por ocasião do último carnaval, parece ter merecido maior atenção por parte dos responsáveis. "É o Senhor que manifesta o seu poder", limita-se a dizer Maria Lúcia Vianna.

São inúmeros também os casos de mulheres que não conseguem engravidar e para as quais só a oração, nos moldes fixados pela RCC, foi a solução. "Eu estava casada há nove anos e queria muito ter um filho, mas não conseguia: meu útero estava reduzido a um terço do tamanho natural. No momento em que rezávamos na assembleia, senti que alguma coisa se passava dentro de mim. Um mês depois, soube que tinha engravidado. Dei à luz uma menina muito linda", conta Sônia Bezerra, representante da Associação do Senhor Jesus, no Rio.

Muitas vezes, o milagre acontece também pela mediação de terceiros, pessoas que, segundo os carismáticos, receberam o dom da cura. É o caso de Tia Laura, nome por que era conhecida uma mulher simples da cidade de Lurená, que morreu em janeiro. Ela foi intermediária de muitas curas, afirmam os carismáticos, algumas realizadas a distância, só com o poder da oração. Uma das beneficiadas foi uma freira com cataratas em ambos os olhos. "A senhora vai ficar com a vista boa. Abra suas mãos e ponha-as na sua frente", ordenou-lhe Tia Laura. A freira obedeceu e, enquanto a Tia orava, a religiosa sentiu caírem em suas mãos duas pequenas escamas. Viu-se curada.

Espontaneidade – Nas reuniões que os grupos de RCC realizam, não há ritos nem fórmulas prefixadas. Tudo é espontâneo, embora haja sempre uma pessoa, pelo menos, dirigindo. A espontaneidade, junto com a liberdade que cada orante tem de fazer sua reflexão ou prece sem maior controle de ninguém, é que explicam, em grande parte, a atração que esta forma de culto exerce junto a esses católicos.

"Eu vou à missa todos os domingos e isso é muito bom, mas é nos grupos de oração carismática que pareço me encontrar mais perto de Deus. Sinto uma paz que não encontro em nenhum outro lugar", proclama uma advogada de 26 anos, também de Copacabana, no Rio, que se identifica apenas pelo nome de Valéria. É dela o relato que se segue: "Já fui ameaçada de assalto com revólver na cabeça, mas não tive medo. Sabia que não ia morrer. No mesmo instante, rezei pelo assaltante. Acho que ele percebeu, porque me deixou em paz, sem levar nada, nem me fazer qualquer mal."

Entre leigos – A Renovação Carismática Católica é um movimento fundado por leigos e destinado a leigos, mas são numerosos os padres e até bis-

pos, além de freiras, que participam de seus grupos de oração. No congresso nacional que, pelo décimo-terceiro ano consecutivo, realizou-se no ano passado em Aparecida do Norte, havia mais de 200 sacerdotes. E à concentração em que todos os anos os carismáticos lotam o estádio do Morumbi, na cidade de São Paulo, sempre comparece o cardenal D. Paulo Evaristo Arns.

Foi a partir do interior de uma universidade norte-americana de Pittsburgh, onde uns poucos professores começaram em 1967 uma experiência de oração nos moldes pentecostais, que a RCC se espalhou. Hoje, o movimento, que tem como precursor o papa João XXIII, está estabelecido em 132 países, inclusive no antigo bloco comunista.

Dúvidas e restrições – Apesar da boa acolhida e rápida expansão que teve no Brasil – onde chegou em 1972 através de norte-americanos, sobretudo os padres jesuítas Haroldo Rahm e Eduardo Dougherty – nem todas as portas se abriram.

Alguns bispos continuam franca-mente avessos à entrada da RCC em suas dioceses. Receiam que os carismáticos confundam com algum exercício de psicoterapia a oração cultivada

nos moldes pentecostais, ou se envolvam nela de tal forma que acabem esquecendo de seus deveres no campo social. Receiam, ainda, que os adeptos da RCC se "protestantizem" ao praticar o livre exame das *Sagradas Escrituras*, ou se desliguem do governo diocesano, ao proclamarem que é o Espírito Santo que os dirige e alimenta nos caminhos da fé.

O sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, chefe do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, e autor de minucioso estudo levado a efeito em 1975/76, também faz coro com os bispos refratários à RCC.

Segundo o sociólogo, o movimento "substitui a ação na transformação por oração, e leva seus adeptos a se omitirem diante da realidade que os cerca". E mesmo não escondendo que deixou de acompanhar a atividade dos carismáticos desde que andou pesquisando para seu estudo, diz que "a RCC é um movimento que se caracteriza por uma ingenuidade política que favorece à direita".

O sociólogo critica, ainda, a RCC como "um movimento espiritualista, no sentido do culto da subjetividade, que procura Deus, a felicidade e a paz apenas no interior de si". Ele explica:



Na igreja Nossa Senhora de Copacabana, os carismáticos se reúnem semanalmente para refletir, orar e ampliar seu culto

"Não é que Deus não possa ser encontrado no nosso interior, mas o lugar onde Ele se revela, preferencialmente, é no pobre, e a RCC não pratica a opção dos pobres, não busca a Deus no pobre."

A crítica se afigura procedente, pelo menos na primeira metade da década de 70, quando era muito forte a repressão militar e muitos eclesiásticos tomaram partido, abertamente, pela questão político-social, enquanto vastos setores católicos queriam restringir ao âmbito da sacristia a missão da Igreja. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, não podendo ignorar a existência e expansão do movimento pentecostal católico no país, redigiu, no dia 30 de maio de 1973, uma nota, depois de ouvir um dos principais responsáveis da RCC, mas quase só para afirmar que "o bom resultado desta espiritualidade dependerá muito do discernimento que houver, e do acompanhamento por parte da autoridade eclesiástica".

Dois anos depois, a presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da entidade, respondendo a uma solicitação de Roma, comunica ter aconselhado, "de um lado, a necessária cautela e, de outro lado, o suficiente apoio que o verdadeiro movimento para a Renovação Carismática merece".

Sobre o perigo de o carismático tornar-se um insubordinado ante o bispo, por se dizer guiado pelo Espírito Santo, o papa João Paulo II parece dar-se conta do problema. Falando para os dirigentes da RCC de todo o mundo, no último dia 14 de março, ele advertiu que "não pode haver conflito entre a fidelidade ao Espírito Santo e a fidelidade à Igreja e a seu magistério". E, por alguma razão, expressou o desejo de que "os vários grupos (...) possam manifestar sua comunhão completa, de mente e coração, com a Sé Apostólica e o Colégio dos Bispos, e cooperar, sempre mais frutuosamente, na missão da Igreja no mundo".

Estudo e trabalho – Para evitar que os carismáticos subestimem a autoridade do bispo e para que saibam discernir e adquiram maior conhecimento da doutrina em que baseiam sua fé, o movimento está criando cursos. No Rio, esses cursos duram, em média, dois anos e meio, com uma aula por semana. "No Brasil todo – afirma Maria Lúcia – há hoje muita preocupa-

ção com a formação das pessoas que integram os grupos de oração."

Se são justas as restrições que bispos e sociólogos fazem sobre desvios doutrinários e disciplinares a que podem ser levados os carismáticos, outro tanto não se pode dizer, porém, sobre a alegada ausência no campo social de que são acusados. De acordo com Maria Lúcia Vianna, "são muitos os grupos de oração que estão levando a sério a prática das obras de misericórdia e se preocupam, efetivamente, por um mundo mais justo e fraternal".

Ela lembra, entre outros, o exemplo da Associação Servos de Deus, em

*Aos que os acusam
de não se preocuparem
com a questão social,
os carismáticos respondem
dizendo que seus grupos
fazem obras de misericórdia,
ajudando os pobres
e os doentes*

Goiânia, que desenvolve um trabalho bem dirigido com meninos de rua. Estes fazem vassouras, que depois são compradas pela prefeitura local. O dinheiro que daí resulta vai ajudar a sustentar as famílias dos meninos trabalhadores.

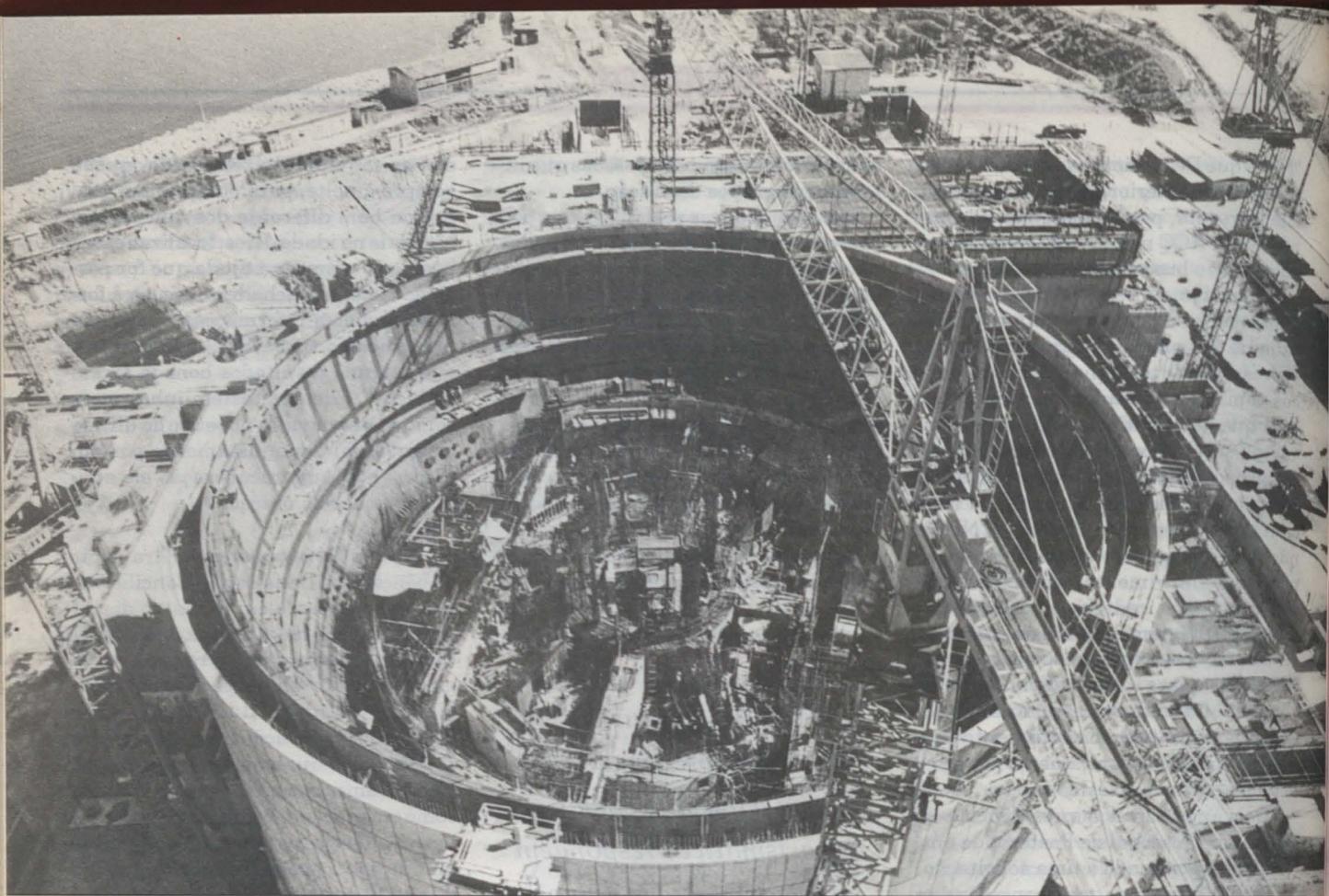
No Rio, também não são poucos os grupos de oração que, segundo Helena Machado, juntam à prece e ao louvor uma preocupação muito grande com o pobre. Há algum tempo, o grupo Bom Pastor, por exemplo, se esforça por recuperar mendigos que aparecem nas ruas de Copacabana, e começou também a atender pessoas que procuram emprego. Ainda na Zona Sul carioca, uma equipe de carismáticos ajuda 200 famílias cadastradas na favela da Rocinha com cestas de mantimentos. Até o problema dos drogados e portadores da Aids têm encontrado guarida junto à RCC no Rio de Janeiro. Jovens liga-

dos ao movimento têm saído, quase sempre à noite, para cumprir um programa bem diferente dos que seriam naturais na idade deles: localizar essas pessoas e oferecer a ajuda que for possível. Helena Machado se recusa a fornecer maiores informações, "para não prejudicar o trabalho", mas garante que "alguns resultados bons já foram colhidos". Um dos testemunhos mais comoventes ouvidos no retiro do último carnaval foi dado justamente por um ex-drogado, cuja recuperação ele atribui ao poder da oração.

Novos Pentecostes – Para pedir as bênçãos de Deus para o Concílio Vaticano II, iniciado em Roma no dia 11 de outubro de 1962, o Papa João XXIII compôs e pediu que se rezasse a seguinte oração: "Digne-se o divino Espírito responder, da forma mais consoladora, à oração que diariamente se eleva dos quatro cantos da Terra. Renova em nosso tempo teus prodígios, como em um novo Pentecostes, e concede que a Igreja, perseverando unânime na oração (...) possa dilatar o reino do divino Salvador, reino de verdade e justiça, de amor e paz".

A oração pode não ter sido atendida do jeito que o saudoso pontífice desejava. Pode não ter alcançado a "forma mais consoladora" com que, certamente, ele gostaria de ver o desenrolar dos trabalhos conciliares e, sobretudo, a aplicação das diretrizes e de todo um novo estilo que, a partir daí, deveriam impulsionar e impregnar a Igreja. Pode não ser questão pacífica afirmar que o reino de verdade, justiça, amor e paz deve efetivamente dilatar suas fronteiras no mundo todo, nem naquela ocasião, nem mais de 30 anos depois que os bispos de todo o orbe católico foram até Roma para rever, discutir e acertar a posição da Igreja face aos novos tempos.

Mas se é verdade o que relata o Ato dos Apóstolos ao falar de Pentecostes – um ruído veio do céu e línguas de fogo pousaram sobre os apóstolos e algumas mulheres que estavam reunidas em oração, após o que Pedro saiu da sala onde aconteceram estas coisas e foi para a praça pregar a nova doutrina – então bem pode João XXIII regozijar-se lá no céu, para onde terá ido logo depois de sua morte (3/6/1963), porque, através dos carismáticos, o Senhor estaria voltando a fazer maravilhas.



A usina de Angra 1 é o símbolo mais visível da dispendiosa aventura nuclear iniciada pelos governos militares na década de 70

Programa nuclear brasileiro

Com gastos de sete bilhões de dólares e menos de 20 anos depois de iniciado, o programa nuclear fracassou. Apesar disso, deixou algum saldo positivo: o treinamento de três mil técnicos e o exercício de criatividade que faz com que a fábrica de equipamentos nucleares de Itaguaí passe a produzir cascos de submarinos

Terezinha Costa

Em Resende, a fábrica de combustível nuclear produz mudas de plantas. Em Poços de Caldas, a mina de urânio produz ácido sulfúrico. Em Itaguaí, a maior fábrica de reatores nucleares do mundo faz peças para plataformas de petróleo. Em Angra dos Reis, a silhueta da inacabada usina de Angra 2 é o símbolo mais visível de uma dispendiosa e fra-

cassada aventura. Nestas instalações estão enterrados sete bilhões de dólares, dinheiro gasto no programa nuclear montado a partir do acordo com a Alemanha em 1975 e congelado em menos de dez anos depois.

Esse é o produto de um gigantesco erro de avaliação cometido em meados dos anos 70, quando o governo superestimou a demanda de eletricidade nos 25 anos seguintes e planejou ficar no litoral brasileiro oito usinas nucleares até o ano 2000, sem contar com a usina

de Angra 1, que já havia sido comprada da Westinghouse norte-americana. O resultado final é uma ironia: como os maiores projetos da época, o programa nuclear contribuiu com uma parcela da dívida externa brasileira, esta mesma que, por duas vezes – no começo dos anos 80 e agora – obrigou o país a mergulhar na recessão que tornou dispensável a energia elétrica que ele iria produzir.

Montado no governo Geisel, no bojo do acordo nuclear com a Alemanha, o programa começou a tropeçar em

1980, quando o governo Figueiredo decidiu estimular pesquisas militares, iniciando o então chamado programa nuclear paralelo, liderado pela Marinha, interessada em fazer um submarino nuclear. Já então ficava claro que não haveria explosão de consumo de energia elétrica – os 12% de crescimento do ano previstos para a década de 80 seriam, na verdade, a metade.

Em 1987, quando os pesquisadores do programa conseguiram enriquecer urânio – coisa que o “programa oficial” não conseguiu – a prioridade estava definitivamente mudada. O que era paralelo virou oficial e o que era oficial ficou congelado, junto com os bilhões de dólares investidos. Isso apesar de, dois anos antes, uma comissão independente de técnicos e cientistas, con-

vocada pelo governo Sarney, ter recomendado que se concluíssem as obras das duas usinas de Angra dos Reis. O congelamento de Angra 2 e 3 deixou sem função todo o resto – fábrica de equipamentos, mina de urânio e fábrica de combustível.

O programa nuclear dos anos 70 só não foi um fracasso completo porque há alguns ganhos tecnológicos a conta-

Árvores em vez de urânio

Em vez de urânio, o verde da Mata Atlântica – o ambicioso Complexo Industrial de Resende, inaugurado no começo dos anos 80 para enriquecer urânio e fabricar combustível nuclear, sob as desconfianças de ecologistas, que anteviam um inferno radiativo no Vale do Paraíba – tornou-se, ironicamente, um aliado do meio ambiente. Combustível nuclear ele praticamente não fabrica. Em compensação, produz angico, gameleira, jacarandá, mogno e canela, entre outras 180 espécies de vegetais. As mudas são empregadas na recuperação ambiental da região, onde a Mata Atlântica foi devastada desde o século passado por queimadas para o plantio do café e pela pecuária.

Criado em 1980 para colorir de verde a área de 6 milhões de metros quadrados onde se assenta o complexo industrial e acalmar os ecologistas, o Horto Florestal já plantou 900 mil mudas nas terras do complexo e espalhou outras 580 mil pelas ruas e parques de Resende, Itatiaia e Barra Mansa, principais cidades da região do Médio Paraíba.

Nesses 12 anos, a renovação da cobertura vegetal em torno do complexo industrial estimulou o ressurgimento de aves que haviam desaparecido na área. Ornitólogos contaram recentemente 44 espécies voando por entre as árvores, entre elas o pintassilgo, a coruja-buraqueira, o gavião-carapateiro e a pataiva.

Há um ano, uma das principais atividades do Horto é um trabalho conjunto com a Feema, a Fundação Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, que faz parte de um programa estadual de recu-

peração e proteção das águas do rio Paraíba, técnicos das duas instituições estão escolhendo as espécies nativas mais adequadas para a recuperação das áreas degradadas. Fazem também o levantamento da flora em torno da usina hidrelétrica de Funil, em cujas margens serão plantadas 120 mil mudas, fornecidas pelo Horto. O objetivo é deter o processo de assoreamento da represa, que ameaça máquinas e peixes. A usina de Funil fica no rio Paraíba, o mesmo cujas águas os ecologistas temiam que fossem contaminadas com materiais radiativos pela fábrica de combustível nuclear.

A produção de mudas para reflorestamento não é a única atividade do Horto. Nele, os botânicos criaram um herbário, que funciona como um banco de informações para cientistas e leigos. Os exemplares armazenados, com amostras de todas as variações e estágios de desenvolvimento de cada um, permitem a pesquisadores identificar plantas medicinais, tóxicas ou invasoras de pastagens, por exemplo.

O Horto tem capacidade para produzir, anualmente, até três milhões de mudas de plantas típicas do Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional da Serra da Bocaina e região do Médio Paraíba. Entre essas espécies, os botânicos dão destaque especial à guapuvuru, considerada árvore-símbolo da bacia hidrográfica do Paraíba. Mais alta das árvores existentes no Vale do Paraíba e uma das mais exuberantes da Mata Atlântica, chega a mais de 30 metros de altura e seu tronco pode ter até um metro de diâmetro. Suas flores amarelas anunciam o início da primavera.

FOTO: INB

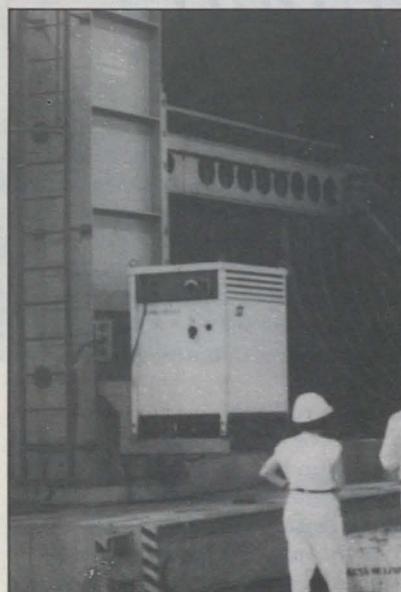


O horto já plantou 900 mil mudas

TECNOLOGIA

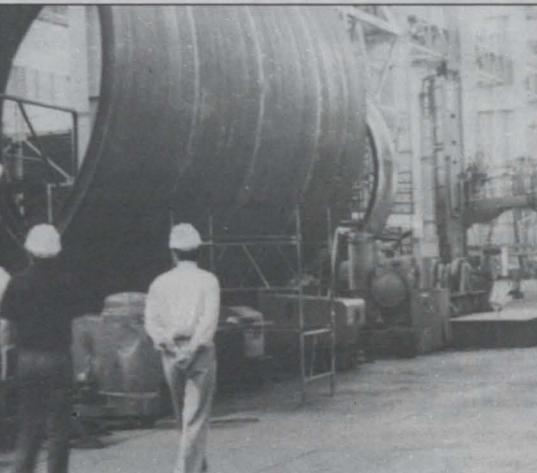
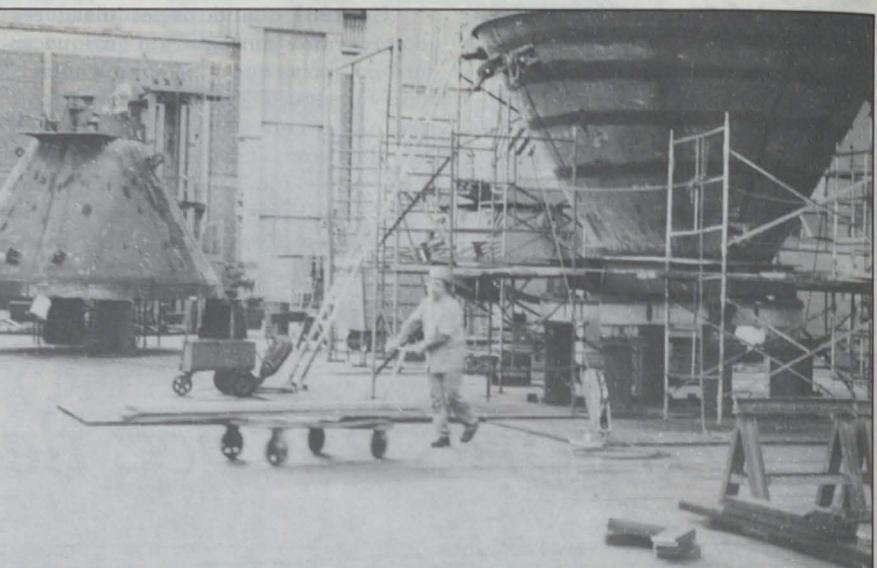
bilizar. "Não há dúvida de que houve alguma transferência de tecnologia na área de engenharia nuclear", depõe o físico Luiz Pinguelli, tradicional crítico dos programas nucleares brasileiros, oficiais ou paralelos.

Dos cerca de 3 mil técnicos treinados, 1.300 dos quais na Alemanha, dois terços estão hoje em empresas privadas ou trabalhando no programa da Marinha. Vale dizer, o conhecimento que acumularam não se perdeu para o país. Os demais conti-



nham trabalhando no que restou do programa.

Em Itaguaí, a 30 quilômetros do Rio de Janeiro, funciona a Nuclep, a fábrica de equipamentos pesados para usinas nucleares, que custou 265 milhões de dólares. Ocupando uma área de 1 milhão de metros quadrados, capaz de manusear cargas de até 600 toneladas e dona de um terminal marítimo próprio, tudo que a indústria, inaugurada há 10 anos, produziu na área nuclear foi o vaso do reator da usina argentina de Atucha e alguns equipamentos menores para Angra 2. Funciona com grande parte de sua capacidade ociosa, mas seus técnicos conseguiram adaptar o que aprenderam em usinagem de grandes peças e hoje estão fabricando, além de peças para a Petrobrás e empresas privadas, cascos de submarinos para a Marinha – os primeiros fabricados no Brasil. Essa



A fábrica de equipamentos nucleares pesados de Itaguaí, que custou 265 milhões de dólares, fabrica hoje peças para a Petrobrás e cascos de submarinos para a Marinha

capacidade de adaptação prova que houve, de fato, transferência de tecnologia. (Em 1988, o governo decidiu privatizar a Nuclep mas, até hoje, não apareceram interessados na gigantesca fábrica.)

A capacitação em engenharia estendeu-se às empresas privadas que foram fornecedoras do programa nuclear. Empresas como a Bardella, a Confab e a Villares recentemente foram convidadas pela alemã KWU a oferecerem preços para as peças de usinas nucleares na Coréia e na própria Alemanha. O convite significa que, em termos de qualidade, aquelas empresas brasileiras estão credenciadas a exportar serviços.

Em meados dos anos 70, um grupo de técnicos brasileiros, liderados pelos professores José Ribeiro da Costa e Basílio Dagnino, foram à Alemanha estudar garantia de qualidade, um conceito

até então inexistente nas indústrias brasileiras (só se conhecia o conceito de controle de qualidade, insuficiente para as exigências de segurança de equipamentos nucleares). Dois ou três anos depois, a primeira plataforma da Petrobrás, lançada em Campos, afundou. Costa e Dagnino repassaram aos técnicos da estatal o que aprenderam sobre garantia de qualidade e, hoje, a Petrobrás é padrão nacional na área. A mesma tecnologia foi também repassada à Embraer.

São efeitos localizados, que não encobrem o malogro do programa que pretendeu dar ao Brasil completa autonomia tecnológica na área nuclear. Em Resende, a meio caminho entre Rio e São Paulo, está instalado um dos símbolos desse fracasso: a Nuclei, a usina de enriquecimento de urânio que custou 376 milhões de dólares e não funcionou. A tecnologia em que se baseava

só conseguiu enriquecer urânio a 0,9%, muito aquém do necessário para movimentar usinas nucleares (2,7%) e para submarinos (20%).

Ao lado da Nuclei funciona a FEC – Fábrica de Elementos Combustíveis. Custou 48 milhões de dólares. Foi planejada para transformar o urânio enriquecido em hexafluoreto de urânio, depois sintetizá-lo, colocando-o em pastilhas; em seguida, colocar essas pastilhas dentro de varetas metálicas e, finalmente, reunir as varetas em feixes. Cada feixe é um elemento combustível de usina nuclear. A FEC foi dimensionada para fazer 145 elementos combustíveis por ano. Inaugurada em 1982, até hoje ela só fez 120 (usados nas recargas anuais de Angra 1, a única usina nuclear brasileira, comprada dos Estados Unidos e inaugurada em 1982). Como o congelamento de Angra 2 e Angra 3 tornou anti-econômico investir em todas as etapas de fabricação, a FEC limita-se a reunir as varetas em feixes. Todas as etapas anteriores são feitas na Alemanha.

Na cidade mineira de Poços de Caldas funciona a mina e a usina de beneficiamento de urânio. Dimensionada para produzir 500 toneladas anuais de *yellow-cake* (urânio em pó), viu seu mercado reduzido às recargas anuais de Angra 1. Passou, por isso, a produzir ácido sulfúrico.

As reservas brasileiras de urânio passaram, em 15 anos, de 26 mil para 301 mil toneladas, o que coloca o país em quarto lugar, com 11% do total mundial. A má notícia é que, devido à redução dos programas nucleares em vários países a partir do final dos anos 70 e à desova de estoques, os preços do urânio despencaram de 43 dólares por libra-peso, em meados de 1978, para 10 dólares em 1989.

Alguns técnicos acreditam, porém, que os atuais estoques mundiais de 180 mil toneladas estarão próximos do esgotamento antes da virada do século, e isso exigirá a retomada da produção. É esperar para ver.

As opções do Brasil

Mergulhado na política recessiva imposta pelo FMI, o governo Collor não se deixou impressionar por informações como a de que, só com o armazenamento das peças das duas usinas nucleares inacabadas em Angra e o pagamento de juros, o Brasil gasta 1 milhão e 300 mil dólares por dia. Mantém congeladas as obras, que já custaram 2,9 bilhões de dólares e precisariam de mais 2,5 bilhões para serem concluídas.

Já o programa nuclear militar, iniciado em 1980, continua sendo tocado, mais ou menos em silêncio, como é típico dos programas militares. O dinheiro já não flui tanto, como de resto em todo o setor público mas, de qualquer forma, mantém-se a prioridade. É daí que se espera que saia a capacitação brasileira para projetar e construir reatores e enriquecer urânio para usinas e submarinos nucleares.

Uma opção que o físico nuclear Luiz Pinguelli olha com desconfiança. Militante da ecologia, não se deixa impressionar pela paralisação das usinas de Angra. "A política do Collor é esperta. Imola um carneiro no altar da ecologia, enquanto dá curso a outra prioridade, que é o programa da Marinha", diz ele. (Pinguelli não acredita no propósito, formalmente declarado, de que as pesquisas militares destinam-se apenas a produzir um submarino nuclear. "O artigo da Constituição que, teoricamente, proíbe o Brasil de fabricar a bomba, é ambíguo. Ele apenas diz que a energia nuclear será destinada a fins pacíficos. Ora, sempre se pode fazer a bomba e alegar que é para abrir canal, ou para defesa", diz).

É difícil prever as opções energéticas que o país tomará se – e quando – o crescimento econômico for retomado.



Luis Pinguelli

As duas usinas de Angra continuam formalmente incluídas no planejamento do setor elétrico, com funcionamento previsto para 1995 e 1998. Mas isso não é garantia de que serão realmente terminadas.

O Brasil tem um vasto potencial hidrelétrico. Só as 65 usinas cujas obras foram adiadas nos últimos anos somam 25 mil megawatts, o que é quase a metade da atual capacidade instalada de 57 mil megawatts. O problema é que, agora, a entrada da ecologia no cenário começa a interferir na decisão econômica. As vastas extensões de terras inundadas, o desaparecimento de espécies animais e vegetais, o deslocamento de populações, provocados pela construção de reservatórios, tornam malvistas todas as hidrelétricas. Tanto quanto as colunas de fumaça que as termelétricas a óleo ou carvão enviam aos céus do planeta e que se tornaram anátema nestes tempos de preocupação com o efeito-estufa.

Mesmo sem terem resolvido um grande problema ambiental da energia nuclear – o destino dos rejeitos radiativos, para os quais ainda não há tecnologia definitiva –, defensores do átomo até já ousam fazer comparações. Um estudo da Agência Internacional de Energia Atômica revela que, em 1990, o uso da energia nuclear evitou que fossem lançadas ao ar, no mundo todo, 1,9 bilhão de toneladas de gás carbônico pela queima de combustíveis fósseis.

Bem administradas, dizem seus partidários, as usinas nucleares também não destroem fauna e flora como as hidrelétricas ("Chernobyl não vale como exemplo; era uma usina feita para dar problema; tudo lá estava errado", apressa-se a explicar um desses defensores, o engenheiro Sebastião Valadão, assessor técnico da INB – Indústrias Nucleares Brasileiras).

Até que se obtenham formas realmente limpas de produção de grandes quantidades de energia – como a fusão nuclear, uma promessa que ainda não saiu dos laboratórios – o debate continua.

As muitas faces da energia nuclear

Quem só relaciona energia nuclear a arsenais atômicos e usinas geradoras de eletricidade jamais poderia imaginar que ela está presente no nosso dia a dia em objetos tão prosaicos quanto absorventes higiênicos e latas de salsicha.

Indelevelmente marcada pelo "pecado original" – as bombas atômicas que, há 47 anos, explodiram sobre Hiroshima e Nagasaki –, a energia nuclear ainda é vista pela opinião pública de quase todos os países exclusivamente como um instrumento de morte. Acidentes como o de Chernobyl e o de césio em Goiânia também não contribuíram para mudar essa imagem. No entanto, essa tecnologia tem trazido, desde os anos 50, benefícios à humanidade em pelo menos quatro áreas – medicina, agricultura, indústria e, mais recentemente, meio ambiente.

Na indústria, os grandes fabricantes de materiais que precisam de assepsia perfeita a usam, por exemplo, para esterilizar absorventes higiênicos, preservativos e material cirúrgico. São empregadas substâncias radiativas que não deixam traço no produto.

Indústrias de alimentos recorrem a uma técnica chamada análise por ativação neutrônica para localizar contaminantes em seus produtos. No Brasil, essa análise é feita em São Paulo pelo IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares), que rastreia amostras de alimentos enviadas pelos fabricantes em busca de elementos químicos e metais pesados, substâncias nocivas à saúde humana.

Outro uso industrial importante são as gamagrafias de grandes estruturas metálicas. Espécie de radiografia mais sofisticada, a gamagrafia permite detectar em plataformas de petróleo, navios e aviões fissuras que passam despercebidas no exame a olho nu e põem em risco essas estruturas e as vidas de quem as usa. As

gamagrafias são feitas com o uso de uma substância radiativa chamada irídio 192. A CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), responsável pela produção dessas substâncias, batizadas de radioisótopos, fornece a indústrias de grande porte 300 fontes de irídio 192 por ano.

Mas é na medicina que a energia nuclear encontra seu mais amplo campo de ação. Segundo o diretor de

acidente em Goiânia. O césio é introduzido diretamente no tumor.

Há mesmo um novo ramo da medicina já batizado de medicina nuclear. Mais de 800 hospitais, clínicas e laboratórios cadastrados no país aplicam as técnicas da medicina nuclear para diagnosticar doenças. Radioisótopos são injetados no corpo do paciente. A radiação que emitem (menor que a recebida numa viagem de avião) é captada por instrumentos ultra-sensíveis e transformada em imagens em terminais de computadores e filmes. Com isso, é possível localizar problemas no funcionamento de vários órgãos, rastrear tumores e detectar inflamações. Calcula-se que, anualmente, quatro em cada grupo de mil brasileiros se submetem a exames por medicina nuclear.

Mais de 800 hospitais, clínicas e laboratórios brasileiros aplicam as técnicas da medicina nuclear para diagnosticar doenças

Pesquisa e Desenvolvimento da CNEN, Roberto Fulfaró, a instituição produz radioisótopos para diagnósticos e terapias de 500 mil pacientes por ano.

O emprego da energia nuclear em medicina tem se sofisticado a tal ponto que já começa a pertencer ao passado a imagem da vítima de câncer completamente careca e enfraquecida pela radiação. Várias técnicas foram ou estão sendo desenvolvidas para que a irradiação, geralmente com cobalto e césio, seja feita apenas sobre o tumor, evitando matar as células sadias de outras partes do corpo. Em experiências feitas em Curitiba e São Paulo, por exemplo, cirurgiões estão tratando vítimas de câncer cerebral com césio 137 – o mesmo radioisótopo que causou o

N a agricultura, a energia nuclear tem igualmente vários usos. Um dos mais difundidos é a esterilização de insetos nocivos às plantações. Exemplares dos insetos são bombardeados com radiatividade para que fiquem estéreis. Depois, são soltos no campo, onde vão cruzar, sem se reproduzir. Após algum tempo, aquela população de insetos indesejáveis desaparece ou cai a níveis que a tornam inofensiva para a plantação. Traçadores radiativos são empregados também em laboratórios para acompanhar o crescimento de plantas e para criar novas variedades vegetais.

Até na área de preservação ambiental, a energia nuclear encontra aplicações. O diretor da CNEN, Roberto Fulfaró, está entusiasmado com um projeto de pesquisa da Sabesp, a empresa de saneamento ambiental de São Paulo, em conjunto com o IPEN e a Escola Politécnica. Trata-se de empregar substâncias radiativas para fazer o tratamento de água. A técnica já deu certo em escala de laboratório, faltando agora comprovar se funciona em grande escala.

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

“A miséria dos nossos países também afeta o mundo rico”

As relações Norte-Sul, o papel do Brasil no mundo e as perspectivas de paz no planeta na visão do ex-chanceler Saraiva Guerreiro

Beatriz Bissio

Pelas perguntas que me faziam vi que havia questões muito simples que as pessoas não tinham compreendido bem e que valeria a pena, talvez, tentar esclarecer”, comenta, humildemente, o ex-ministro das Relações Exteriores Raimundo Saraiva Guerreiro, explicando as razões que o levaram a recolher num livro, editado pela Siciliano, suas experiências na chefia do Itamaraty.

Em entrevista exclusiva concedida a *cadernos do terceiro mundo* em Nova Iorque, Saraiva Guerreiro falou sobre o período em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores no governo Figueiredo (1979-1985). Um dos temas foi o Terceiro Mundo que, para ele, não acaba, como afirmam muitos, com o colapso do socialismo no Leste europeu e o consequente desaparecimento do Segundo Mundo.

□ O que o senhor esclarece a respeito do Terceiro Mundo?

– O Terceiro Mundo é uma situação de fato e não uma opção política. O que os países do Terceiro Mundo têm em comum é apenas o subdesenvolvimento econômico, mas isso não implica uma simpatia automática pelo Segundo Mundo. Algumas pessoas confundiam o fato de pertencer ao Terceiro Mundo com a aceitação da opção política do Movimento dos Não-Alinhados, que é completamente diferente. Até em tese nada impediria que um país do Primeiro Mundo, altamente desenvolvido, integrasse o Movimento Não-Alinhado.

□ Como aliás aconteceu. A Iugoslávia, que através do seu presidente, o marechal Tito, foi



uma das fundadoras do movimento, não era exatamente um país subdesenvolvido. Hoje em dia, pelo contrário, a gente não sabe mais o que é...

– É verdade. Esse era um dos conceitos que suscitava confusões e que valeria a pena esclarecer. Um outro tema é a política externa independente, chamada de *pragmatismo responsável*. Procurei tornar menos confusa a percepção desses rótulos.

□ O que o senhor diz a respeito do tal pragmatismo responsável do Itamaraty?

– Não tenho objeção a esse rótulo, mas nunca usei o termo porque acho que se presta a ambiguidades.

□ Tendo estado à frente da chancelaria do Brasil num momento em que o mundo era bem diferente do que é hoje, como o senhor vê o momento atual?

– A situação internacional mudou radicalmente e é natural que os países estejam às apalpadelas, buscando cada qual o seu papel na nova conjuntura. Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, a conjuntura pareceria mais favorável pela redução do risco de uma guerra mundial. E também porque em teoria os países mais ricos – caso reduzissem seus armamentos, como faria sentido – teriam mais recursos disponíveis para aplicar inclusive na cooperação com os países em desenvolvimento. Mas isso é uma posição teórica, na prática não se podem esperar grandes modificações no relacionamento entre Primeiro e Terceiro Mundos.

□ Quais os problemas mais graves que o senhor aponta, neste momento, no Terceiro Mundo?

– Alguns dos piores problemas do Terceiro Mundo também afetam os países ricos, mesmo que eles não queiram

ver a realidade. A migração maciça – às vezes ilegal – de cidadãos dos países subdesenvolvidos para os do Primeiro Mundo em busca de uma vida melhor, é resultado da miséria das nações em desenvolvimento. Outro problema que também tem boa parte de sua explicação na pobreza é o narcotráfico. A miséria explica a facilidade com que se mobilizam pessoas pobres em troca de pequenos favores...

A mesma origem tem a dificuldade de consolidação das instituições democráticas na América Latina. Vivemos hoje um dos raros momentos em que quase toda a região tem regimes democráticos. Valeria a pena consolidá-los. Porém a continuação da miséria, os sacrifícios que nos são pedidos – que deveriam ser conjunturais, mas que acabam durando muito – prejudicam a redemocratização e criam perigos como vimos há pouco na Venezuela.

□ Qual a saída para o desafio de consolidar a democracia no nosso continente?

– É válida a posição dos países em desenvolvimento quando afirmam a necessidade de uma cooperação internacional que os ajude no comércio, no acesso à tecnologia, na proteção a seus produtos de base. Como fazer isso? Talvez deva mudar o sistema... Mas esses problemas têm que ser encarados de qualquer maneira, a médio e longo prazos.

□ São nítidas as dificuldades de negociação entre o Norte e o Sul na Unctad, no Gatt, e na conferência preparatória da Rio-92. O senhor confia mais na unidade de esforços do Sul para uma negociação conjunta com o mundo industrializado ou na bilateralidade?

– Tudo é legítimo. Tanto cabe a plataforma comum, a ação em conjunto quanto ação bilateral, dependendo das circunstâncias de cada país. A solidariedade entre os países em desenvolvimento nunca implicou abandono das possibilidades de ações mais restritivas, sub-regionais ou mesmo individuais.

Porém não deve ser um diálogo de acusação aos países do Primeiro Mundo, mesmo porque se se deseja qualquer ação deles não faz sentido hostilizá-los.

□ O que acha das políticas protecionistas do Norte, em relação a temas como a agricultura na Comunidade Européia (CE)?

– Há movimentos opostos à cooperação, como acontece hoje com o protecionismo dos grandes blocos comerciais. Não só está ausente o espírito de cooperação como existe uma espécie de autodefesa contra os países subdesenvolvidos. É, em grande parte, uma questão de mentalidade, de opinião pública, que não é fácil mudar. Mas os próprios fatos irão aos poucos convencendo esses países da necessidade de um esforço comum de cooperação com o mundo em desenvolvimento.

□ Os países industrializados estão nos recomendando a abertura dos nossos mercados, mas implementam uma política contrária a essa receita. Como vê esse duplo discurso?

– Isso é típico de uma falta de qualidade na liderança desses países. É inacreditável que a CE, em matéria de produtos agrícolas, e os Estados Unidos, em relação a alguns produtos industriais, mantenham essas barreiras tarifárias contrárias completamente à sua proclamada filosofia. É o resultado da pressão da opinião pública de determinados grupos. Tal política cria também uma incerteza nos nossos países, porque às vezes não sabemos com quem estamos negociando. É com Bruxelas, onde está a sede da CE, ou com o camponês francês? Com os Estados Unidos ou com o produtor de têxteis ou materiais siderúrgicos?

Os países do Primeiro Mundo agem como se fossem países fracos do Terceiro Mundo, preocupados em perder um emprego. Não estão dispostos a diluir suas possíveis perdas setoriais num plano geral de aumento do comércio internacional, das trocas, etc. E o pior é que, ao mesmo tempo, nos pedem a redução de tarifas.

□ O que poderiam fazer os nossos países?

– O que podemos fazer com muito cuidado é reduzir barreiras, ter produtos no exterior mais baratos dos que se vendem dentro do país, estimular a concorrência. Há várias razões para seguir uma política de tendência liberal em matéria de tarifa (de tendência liberal, não uma supressão mecânica e total). Se os grandes países têm setores protegidos, é muito difícil que possamos suprimir completamente, de nossa parte, todas as proteções a todos os setores da economia.

□ Quando o senhor ocupou a chancelaria o Brasil vivia um momento de transição política e o Itamaraty era visto como o que havia de melhor dentro do governo. Como viveu essa situação?

– Em todo o período Figueiredo, meu relacionamento tanto com o presidente como com o resto do governo foi muito bom. A política externa não só foi aprovada como nunca teve qualquer restrição da parte do presidente. Havia problemas talvez mais sentidos do ponto de vista interno, pois importavam numa mudança que não era fácil realizar. No âmbito externo, tudo era mais fácil. Não havia problemas, pelo contrário, nós já tínhamos uma situação que facilitou a redução de animosidades contra o regime brasileiro. Já era bastante claro o processo que ocorria no Brasil e, em consequência, os países com governos democráticos tinham mais facilidade de se entenderem conosco sem riscos de pressões contrárias das respectivas opiniões públicas.

□ Como o senhor vê a dívida externa?

– Na nossa época foi tudo muito bem, até o ano de 82 quando houve a moratória do México. Aí se juntaram vários fatores de pressão. Já tinha tido o primeiro e depois o segundo choque do petróleo; mais ou menos

na mesma época se deu o aumento brutal da taxa de juros aqui nos Estados Unidos, tudo isso coincidindo com um momento em que todo o sistema financeiro internacional se fechou em consequência da moratória do México principalmente, que teve um efeito psicológico brutal.

E hoje é muito difícil saber como resolver o problema. Mas existe uma certeza: os bancos vão ter que perder alguma coisa. Também já ganharam muito, muitos fizeram reservas para compensar a inadimplência dos devedores.

No caso do Brasil, está certo o que se está tentando fazer: procurar pagar, não pretender tapear o credor, mas também não pagar aquilo que não podemos. O importante é que os compromissos sejam realistas e que restabeleçamos a confiança na base daquilo que dizemos e prometemos. Acho que a linha atual em matéria de dívida externa é correta, porém, não é a melhor possível. É correto negociar o que se pode fazer, sem tomar compromissos acima das nossas possibilidades, mas também cumprindo aquilo que prometemos.

□ Quando o senhor ocupou a chancelaria, e nas décadas anteriores, o Brasil e a América Latina faziam questão de ter um Estado forte. A tendência dos governos atuais é questionar a validade desse Estado, reduzi-lo, privatizar estatais. Como vê esse processo?

— No caso da América Latina, a ação do Estado foi pioneira, porque não havia uma acumulação de capital em mãos privadas suficiente para grandes empreendimentos como hidrelétricas e siderúrgicas. Então, o Estado assumiu funções de operador econômico.

Teoricamente, o ideal é que o Estado não assuma tais responsabilidades. Ele não é uma empresa particular que vai à falência, que tem que se defender de qualquer maneira, reduzir custos. As operações econômicas do Estado são, com o correr do tempo, muito prejudicadas por déficits e empreguismo. Os déficits das estatais têm que ser cobertos pelos cofres públicos e há falta de estímulo à produtividade. Desse ponto de vista a privatização faz sentido.

□ Haveria outro ponto de vista sob o qual não faria sentido?

— De fato, não sei se a privatização deveria abranger tudo ou se há algumas áreas que devem ficar sob o controle do Estado, como acontece na Itália. Nesse país, que hoje tem elevados índices de desenvolvimento, boa parte dos transportes e do petróleo é controlado pelo Estado. Mesmo na França há certos setores que são do Estado como a energia, inclusive mais de 70% da energia nuclear. É preciso ver, no caso do nosso país, como adaptar às suas condições o processo de privatização.

O caso do petróleo merece ser discutido. A Petrobras não existiria se não fosse uma obra do Estado. Nenhuma empresa particular, nacional ou estrangeira, ia desenvolver petróleo no Brasil. Privatizá-la seria do interesse nosso, nesse momento? Talvez algum setor por ela controlado poderia passar para um iniciativa privada sem dano para ela. Mas é preciso ter muito cuidado. De outro lado, a privatização das siderúrgicas provavelmente se pode fazer sem riscos. O Estado teve que intervir para criar Volta Redonda, mas não tem porque ficar eternamente operando-a, mantendo o preço do aço abaixo do mercado internacional para facilitar outras indústrias.

□ Uma crítica às privatizações é que o governo tem aceito papéis como forma de pagamento...

— Obviamente dinheiro vivo é melhor. Mas a verdade é que os papéis são dívidas do Estado. Na medida em que eles forem usados para pagar privatizações eles reduzem a dívida do Estado. A crítica está em que o Estado devia continuar devendo mesmo, sem pagar. Devo e não pago. Mas não vejo como um disparate tão

grande aceitar títulos; assim se reduz a dívida do Estado. E, de certa forma, o fato dos títulos estarem depreciados no mercado é algo que dificilmente o Estado poderá alegar. Estão depreciados porque ele mesmo não paga!

As nações do Primeiro Mundo agem como se fossem países fracos do Terceiro Mundo, preocupados em perder um emprego

□ Quando o senhor assumiu o ministério a diplomacia brasileira já tinha reconhecido a independência de Angola e Moçambique. Mas o senhor deu continuidade a essa abertura ao continente africano. Seria esse o aspecto mais marcante da sua gestão?

— Nunca marquei a política externa por um fato isolado. Eu achava que o Brasil tinha interesse em desenvolver uma política com os países africanos, desfazer ressentimentos passados, criar confiança. Do ponto de vista comercial a importância dessa política se discute muito, porque eram mercados pequenos. Mas houve negócios suficientes até para justificar a política africana. Mas nunca a medi por esse aspecto nem naquela época nem hoje. O importante é o ambiente de confiança com as nações africanas, e isso se conseguiu.

□ Como definiria então a sua gestão?

— A gente procurou fazer uma política que levasse em conta todos os aspectos das nossas relações externas. A maior atenção com a África não reduziu o nosso relacionamento com a América Latina, também dinamizado. E com os países do Primeiro Mundo foi também constante. Simplesmente tentamos abranger todos os setores, dando uma atenção adequada, em cada momento, a todos eles.

□ A China foi reconhecida durante a sua administração. Que objetivos teve essa abertura em relação aos chineses?

— Fui o primeiro ministro do Exterior do Brasil que visitou a China. Quando o presidente Figueiredo visitou o país dois anos depois, assinou o tratado de cooperação no campo científico e tecnológico e o comércio aumentou regularmente nesse período. Havia um certo entusiasmo. Vamos fazer negócios da China, pensaram alguns. Nunca me iludi com isso, mas achava que era lógico desenvolver esse relacionamento, que havia o que esperar dessa iniciativa, mas não uma solução para o comércio exterior ou outras bobagens parecidas.

□ Atualmente está em curso a consolidação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul. Como vê essa iniciativa?

— Acho que é correta. A tendência é de formação de blocos comerciais. No caso do Cone Sul, esses países têm um relacionamento econômico bastante mais significativo do que o resto da região, tanto em termos de comércio quanto em termos de transporte por água, por terra, etc. São países muito ligados entre si. Assim, se justifica melhor um arranjo de integração entre eles do que um projeto que fosse abranger toda a América Latina e que ficaria num denominador comum muito mais baixo.

O Mercosul não é uma solução para todos os problemas destes países mas pode melhorar bastante o mercado para os seus produtos.

□ Esse tipo de iniciativa poderia levar mais adiante, como está levando na Europa, à integração de outras nações e a um projeto mais abrangente?

— É tudo possível, na verdade. Mas não é a idéia, no momento.

□ Como o senhor avalia a preédica do governo atual no sentido de levar o Brasil a entrar para o Primeiro Mundo?

— Todos os países do Terceiro Mundo gostariam de ser do Primeiro e mesmo os do ex-Segundo Mundo também. Seria absurdo que não houvesse essa aspiração. Devemos fazer esforços para nos desenvolvermos e para participarmos de certas características do Primeiro Mundo pelo menos. Isso não se faz por decreto, evidentemente, nem por declarações. É um objetivo muito louvável até fazer esforços neste sentido. Isso não nos impede de estarmos solidários com certas posições comuns dos países em desenvolvimento, antes pelo contrário, até explica a nossa posição de fazer pressão por uma maior cooperação que nos ajude a passar ao Primeiro Mundo.

□ As Nações Unidas passaram um momento difícil com a Guerra do Golfo. Houve quem dissesse que a ONU passou a ser uma espécie de apêndice da política norte-americana. Como o senhor viu o problema?

— É preciso olhar a ONU a longo prazo. Ela foi criada com base na suposição de que as duas superpotências de então cooperariam na manutenção da paz. Depois veio a Guerra Fria, elas não cooperaram. Foram anos em que as Nações Unidas não funcionaram a não ser em casos especiais, muito delimitados. As questões que afetavam a paz mundial geralmente não eram suscetíveis de solução pelo Conselho de Segurança, que é o órgão especializado para esse fim, porque havia veto, se exercia o veto. Os temas eram tratados na Assembléia Geral que só pode aprovar recomendações, não tomar decisões legalmente obrigatórias.

Com o desaparecimento da outra superpotência, restabeleceu-se a possibilidade do funcionamento da ONU, naturalmente com uma preponderância da única superpotência que sobrou, mas dentro perfeitamente da Carta. O caso do Kuait se deu estritamente dentro dos parâmetros da Carta das Nações Unidas: um Estado-membro atacou e incorporou outro Estado-membro, coisa que nunca tinha acontecido — houve intervenções limitadas, em que os países que intervinham procuravam se justificar de todas as maneiras e foram tratadas na Assembléia Geral; como Granada e Afeganistão — mas nunca houve uma decisão de incorporar um país a outro.

□ O caso mais próximo seria o de Israel que ocupa de forma ilegal os territórios árabes que conquistou militarmente em 1967...

— É verdade. Israel ainda ocupa esses territórios, embora não os tenha integrado formalmente como parte do país. Mas de fato não havia o Estado palestino independente. Eram territórios controlados por Jordânia e Egito, que nunca pensaram em proclamar um Estado palestino...

□ Nesse sentido, a anexação do Kuait não tinha precedentes...

— E a ONU funcionou como devia, de acordo com a sua Carta. Quando o senhor Bush falou de uma nova ordem, na verdade devia se referir à efetivação de uma ordem adotada logo depois da Segunda Guerra Mundial. O problema é saber se em qualquer circunstância haveria reação semelhante. E isso só o tempo dirá. Por outro lado, o que falta muito nas Nações Unidas é que os seus demais dispositivos, sobretudo os de manutenção da paz, sejam também levados em conta e que haja um esforço para executá-los.

Mas não vejo a ONU numa fase crítica, pelo contrário. Ela está com potencialidades como nunca teve até hoje. Vai depender do que os países fizerem para se entender e levar adiante com mais rigor a sua Carta.

Brincando de ser gente



A brinquedoteca possui em seu acervo brinquedos que a maioria das crianças, hoje, mal conhece, como os bonecos marionetes

Projeto educativo busca desenvolver a cidadania da criança

Patrícia Costa

O que é o que é? Parece biblioteca, mas não é, e é melhor do que loja de brinquedo?

Quem disse *brinquedoteca* acertou em cheio! O que é *brinquedoteca*? É uma "biblioteca de brinquedos", uma idéia que existe desde a década de 30, mas que, aqui no Brasil, quase ninguém ouviu falar. E como funciona? Tal e qual uma biblioteca: você vai lá, faz uma ficha, escolhe um brinquedo e pode ficar com ele em casa por uma semana, podendo renovar o pedido por mais uma. Para quem quer se associar, basta doar um brinquedo, levar uma foto 3x4 e pagar uma pequena mensalidade.

Cristina Laclette Porto e Beatriz Muzin Freire são as coordenadoras do projeto da *brinquedoteca* recém-instalada no Museu da República, no Catete. Anteriormente, ela ficava no Museu do Índio,

onde as duas faziam um trabalho pedagógico junto às crianças que visitavam o museu: "Brincar também é cultura; nós procuramos mostrar às crianças que os índios têm uma forma de viver, de se vestir e de brincar", afirma Cristina.

A *brinquedoteca* tem de tudo um pouco: brinquedos de madeira, indígenas, artesanais, jogos de sociedade (os que se jogam em grupo) e até bonecas antigas. O acervo ainda é pequeno, mas a variedade é boa e tem para todas as idades. Cristina explica que uma das vantagens de se pertencer à *brinquedoteca* é o fato de que "o interesse da criança por um brinquedo é limitado. Pegando-o aqui, ela não vai ter tempo de enjoar dele, e pode escolher qualquer outro quando quiser". Outro dado importante diz respeito à atual invasão do mercado pelos brinquedos eletrônicos: "Existem alguns que você aperta um botão e eles brincam sozinhos. Aqui, a criança pode encontrar

brinquedos artesanais e ver do que eles são feitos ou, até mesmo, brincar de bambolê, elástico e bola de gude, que já não fazem mais parte do mundo infantil, hoje." O que não quer dizer que um brinquedo industrial não seja educativo. "A dimensão educativa, às vezes, quem dá é a própria criança." A *brinquedoteca* possui também um espaço de lazer, e um canto chamado de "camarim", onde existe um espelho e um baú cheio de fantasias e maquilagem. "É a nossa sala de leitura", brinca Cristina.

Outro aspecto que ela observou, junto com professores, é que as escolas estão perdendo a dimensão lúdica do aprender: "O conhecimento fica num âmbito abstrato, a criança se torna passiva, o professor não sabe como chegar até ela e esse aspecto do mundo infantil é deixado de lado."

O museu e a criança – Criada no Rio de Janeiro em 1986, a *brinquedoteca* é

um projeto iniciado pelo Creatibrincando, um grupo de animação de festas infantis que resolveu apostar na idéia. Ficou instalada na Socius, uma instituição de trabalhos educacionais, em Copacabana, e, depois, foi para o Patronato da Gávea até que, em agosto de 90, Beatriz e Cristina assumiram o projeto. De lá para cá, vêm desenvolvendo um trabalho educativo, onde o museu, com sua função social, é destacado. "Estamos explorando a educação no museu, seu uso social. Queremos tirar a idéia do século XIX do museu como guardião da memória e trazê-lo para a realidade da criança", esclarece Cristina. Começaram junto às escolas e, agora, estão se mobilizando para se tornar uma entidade sem fins lucrativos e poder levar o projeto adiante. Segundo Cristina, o trabalho inicial foi "um período de experiência para ver se dava certo. Vimos que dava".

Elas não recebem apoio de entidade alguma, a não ser uma verba que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - liberou para um projeto de pesquisa na área da educação, abordando os vários aspectos do brinquedo, sua psicologia, sua dimensão cultural, como a criança o explora, etc. O resultado será publicado como uma bibliografia comentada e um caderno de entrevistas. "Fazemos a pesquisa ligada à prática. Existe troca o tempo todo", diz Cristina, que abandonou um curso de mestrado em História Social da Cultura para dirigir a *brinquedoteca*.

O espaço do Museu da República foi cedido em troca de um trabalho interligado da *brinquedoteca* com as outras atividades culturais que ocorrem por lá. "Aqui, nós fazemos um trabalho de desenvolvimento da cidadania da criança.



Cristina Porto diz: brincar também é cultura

Ela se associa a uma instituição, desenvolve seu poder de escolha e discernimento, se responsabiliza por um brinquedo que não é dela, mas de todos e, por isso, deve ter o maior cuidado com ele. Ela absorve rapidamente esse princípio de coletividade. Isso é muito importante", explica Cristina. O espaço, ali, é completamente livre e democrático: menino brinca de boneca e casinha, menina brinca de carrinho e bola de gude, pulam corda juntos, não há preconceitos de qualquer espécie.

Um trabalho mundial - No ano passado, Cristina e Beatriz participaram

do V Congresso Mundial de Brinquedotecas, em Turim, na Itália. Ficaram impressionadas. Segundo elas, na Europa, existem *brinquedotecas* que são verdadeiras mansões, com várias salas específicas, como as dos brinquedos aquáticos, as dos artesanais, as dos eletrônicos e assim por diante. Existem, também, *brinquedotecas* com projetos próprios, como as que trabalham com crianças deficientes. Cristina lembra que a idéia veio justamente da ludoterapia, uma terapia que utiliza brinquedos e jogos no tratamento de deficientes mentais, e que foi se generalizando.

As coordenadoras lamentam que esse projeto não tenha apoio, pois garantem que não é difícil de montar nem de manter. Existem outras pequenas *brinquedotecas* no Rio de Janeiro: duas na Rocinha, uma no Ciep de Ipanema e uma no Colégio de Aplicação, na Lagoa. A do Museu da República promove várias atividades e, para isso, conta com uma equipe de cinco pessoas: Cristina e Beatriz são as coordenadoras; Fernando Costa, psicoterapeuta, é o pesquisador "doador" pela INEP; e duas "brinquedocárias" Joana D'Arc (ex-Creatibrincando) e Sueli dos Santos Camelo.

Cristina e Beatriz querem ampliar o acervo. Além de brinquedos, já possuem livros, discos e pretendem ter até vídeos infantis: "Tudo o que diz respeito à criança e ao seu mundo, nós queremos."

A pedagogia do brinquedo

Fernando Costa, o pesquisador que trabalha junto à *brinquedoteca*, está fazendo uma tese sobre o ato de brincar e a construção do conhecimento, usando, como material para sua dissertação, o trabalho realizado pelo Núcleo de Orientação e Aconselhamento Psicopedagógico - NOAP -, fundado em 1982

e vinculado ao departamento de Educação da PUC-Rio.

"Aqui, trabalha-se com crianças que têm dificuldades na aprendizagem, repetentes nas escolas públicas", explica Fernando. Segundo ele, tem se verificado um número crescente de crianças que não gostam de estudar: "Nós sabemos que a origem

desse 'fenômeno' reside numa série de fatores, sociais, históricos, econômicos, familiares, e problemas nas próprias escolas, no sentido de o método pedagógico já não ser mais eficaz."

Coordenado pelas professoras Aparecida Mamede, Terezinha Machado e Maria Luiza Teixeira, todas formadas em psicopedagogia, o Nú-

cleo utiliza brinquedos, jogos e materiais escolares de uma maneira mais lúdica, aproximando o método de ensino do universo da criança.

A NOAP também realiza um trabalho junto aos professores das escolas públicas. Em reuniões, discutem-se as deficiências do ensino escolar e buscam-se soluções inovadoras.



RICARDO FUMARU/IMAGENS DA TERRA

Tocantins: Violência e fome

*Promessa do governo não é cumprida e posseiros
são expulsos de suas terras*

Mais um triste capítulo da "história da luta pela terra" ocorreu em dezembro, na região conhecida como Bico do Papagaio, no estado do Tocantins. Um pedaço de terra que, de quando em quando, aparece nas manchetes nacionais e internacionais com denúncias de trabalhadores mantidos presos nas fazendas em regime de escravidão ou com assassinatos de lideranças rurais. Porém, o tema agora é outro: um fazendeiro de Goiânia, Jérusé Pires Marinho, dizendo-se proprietário da Fazenda Eldorado, entrou com uma ação de Manutenção de Posse contra 23 famílias de posseiros da área, em 4 de novembro de 91. No mesmo dia, o Juiz de Colinas do Tocantins, Gilberto Lourenço Ozelame, diante das alegações apresentadas pelo fazendeiro, e sem realizar audiência alguma, concedeu uma liminar de despejo contra as 23

famílias. Mas essas alegações eram todas "mentirosas", segundo a Comissão Pastoral da Terra - CPT - de Conceição do Araguaia, "pois não há provas de posse no processo mas sim de domínio".

Cinco dias depois, começava o despejo. Nunca se viu tanta agilidade no Poder Judiciário e na Polícia Militar. O resultado foram 42 casas queimadas e 46 famílias despejadas e levadas para um barracão improvisado da igreja, na cidade vizinha de Couto Magalhães. E, como 22 famílias foram expulsas sem estarem relacionadas na liminar, o juiz, ansioso por sanar seu erro, emitiu em 14 e 18 de novembro mais duas ordens de despejo complementares, nas quais a maioria das famílias estava incluída. E, ainda assim, três famílias continuam despejadas sem estarem em nenhuma liminar.

Enquanto isso, o gado levado para as terras onde estes posseiros moravam ia destruindo as plantações. Pelas estimativas da CPT, a produção naquela área chegaria a mais de 3 mil sacos de arroz e 5 mil de milho.

Mal acabou o despejo, todas as famílias retornaram, dispostas a salvar a colheita e a permanecer naquelas terras. O sistema de colheita em mutirão que adotaram serviu para protegê-los e preveni-los das constantes ameaças dos pistoleiros da região. O último incidente ocorreu em fevereiro, quando alguns pistoleiros atiraram contra as casas dos posseiros. Felizmente, ninguém se feriu.

O curioso é que, na véspera do dia do despejo, em 7 de novembro, houve uma reunião da qual participaram representantes da CPT e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do

QUESTÃO AGRÁRIA

Tocantins – Fetaet, D. Jaime Co Lins, bispo de Miracema do Tocantins, D. Heriberto Hermes, bispo de Cristalândia, D. Celso Pereira de Almeida, bispo de Porto Nacional, o comandante da Polícia Militar, Luís Valadares Veras, o secretário de Segurança Pública, Júlio Résplande, e o governador do estado, Moisés Avelino. Nessa ocasião, os três últimos prometeram que os posseiros não seriam retirados da Fazenda Eldorado. A promessa foi quebrada e o governo nada fez.

No currículo da Eldorado a violência sempre esteve presente: em setembro de 1986, houve um primeiro despejo. Saldo: 6 casas de posseiros queimadas. Antônio Marcos Bezerra, de 49 anos, na posse desde 84, lembra: "Eles foram chegando e derrubando a casa. Menos de um mês depois, eu já estava de volta. Desde os 10 anos de idade, já trabalhei empregado de fazenda, na terra do meu sogro, na roça dos outros em sistema de meia (sistema em que metade da produção do tra-

balhador rural vai para o dono da terra). Mas foi aqui, no meu pedaço de chão, que eu consegui alguma coisa. Apesar de toda essa insegurança, vou briguar até o fim."

Em 23 de outubro de 1986, a mando do pretendente proprietário, Jeruzé Marinho (segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR – de Couto Magalhães), o trabalhador rural Gerônimo Vieira da Silva foi assassinado. Em 1989, o presidente desse sindicato viu-se obrigado a se mudar do município para fugir às ameaças feitas pelos pistoleiros da Eldorado.

O advogado da Fetaet, Anderson Mamede, que está dando assessoria jurídica a essas famílias, entrou na Justiça com vários processos: um embargo de terceiros, um mandado de segurança, uma ação de contestação, um agravo de instrumento e uma ação de atentado, numa tentativa de pressionar o Incra a acelerar o processo de desapropriação da Fazenda Eldorado, iniciado em 1988. Trata-se

do Processo PFA 1932/88 que, atualmente, está parado, à espera da aprovação de uma lei no Congresso Nacional, que definirá o que é considerado terra produtiva e terra não-produtiva.

Mas, enquanto isso não acontece, a Justiça do Tocantins vai cometendo outros erros, como o que se refere à ação de Reintegração ou Manutenção de Posse. Segundo o artigo 924 do Código Civil, tal ação só pode ser expedida seguindo o rito sumaríssimo, ou seja, quando a "posse é nova", quer dizer, quando ela tem menos de um ano e um dia. No caso da Eldorado, todos os posseiros estão lá pelo menos desde 84, trabalhando na terra e vivendo dela. É o caso de José Ferreira, de 45 anos, com posse há 3 anos, que teve sua casa queimada em novembro último: "Quando cheguei da cidade, encontrei a casa no chão. Moro aqui com mulher, cinco filhos e sogra." ■

(P.C.)

RICARDO FUNARI – IMAGENS DA TERRA



Filhos de posseiros despejados da Fazenda Eldorado, em Couto Magalhães, no Tocantins, recebem doação de alimentos na igreja

A difícil reforma

A questão da terra hoje, no Brasil, eu não sei como está", assim desabafa Miguel Pressburger, diretor do Instituto Apoio Jurídico Popular - AJUP. E explica: "Os conflitos de terra diminuíram realmente, o número de assassinatos também. Só que, por outro lado, a população rural sofreu uma queda galopante, nestes últimos anos."

Miguel Pressburger

acha que, se o conflito diminuiu foi porque há menos antagonistas, os fazendeiros ficam mais livres e têm menos problemas. Para ele, "o poder do latifúndio é intocável, infelizmente; não sofreu nenhuma modificação". No entanto, afirma que esse é apenas um dos muitos aspectos da diminuição da violência no campo. "Ela é cíclica: há períodos em que não temos notícias de nenhum conflito, simplesmente porque os posseiros não têm coragem de enfrentar o fazendeiro; e outros em que uma minoria se mostra bem mobilizada e disposta a tudo para brigas por seu pedaço de terra."

Pressburger garante que a situação é essa porque o Código Civil brasileiro está ultrapassado. "Ele foi feito em 1917, numa época em que o Brasil era basicamente rural. Foi feito por oligarquias e para elas, não levando em conta o trabalhador do campo. De lá para cá, a sociedade brasileira mudou radicalmente, mas o Código é o mesmo." Segundo o jurista, a mudança só pode ocorrer aos poucos: "Levou-se, por exemplo, 20 anos para que a companheira fosse aceita como pertencente a uma família estável, com todos os direitos de uma esposa legítima, mesmo não sendo casada no papel. Com o problema da terra é a mesma coisa: vai demorar, mas vai mudar."

Em 1987, a AJUP promoveu o Tribunal Nacional de Crimes do Latifúndio, onde um grupo de juristas analisou alguns dos poucos processos de assassinatos de líderes rurais que chegaram a ser julgados. Foram três sessões, uma em Brasília, uma em Salvador e a última em São Paulo. Hoje, o Tribunal atua de outra maneira: "É permanente, mas em vez de sessões públicas, ele fica centralizado aqui na AJUP, no Rio de Janeiro, onde montamos um banco de dados que recebe processos de 11 ter-



Posseiros ameaçados por pistoleiros fazem mutirão armados

RICARDO FUNARI - IMAGENS DA TERRA

minais informatizados espalhados pelo país. As informações sobre um processo são analisadas por uma bancada de juristas e devolvidas para o terminal que o expediu com sugestões de atuação", explica Miguel.

Ao ser indagado sobre como está a Reforma Agrária, é sucinto: "Não está." E esclarece: "É uma zona cinzenta na qual o governo federal não se atreve a entrar, porque não sabe quais os riscos que vai

correr." E cita como exemplo o Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi levado, em junho de 85, ao então presidente José Sarney: "O projeto ficou por lá até outubro e acabou sendo totalmente descharacterizado, perdendo seu valor e sua razão de ser."

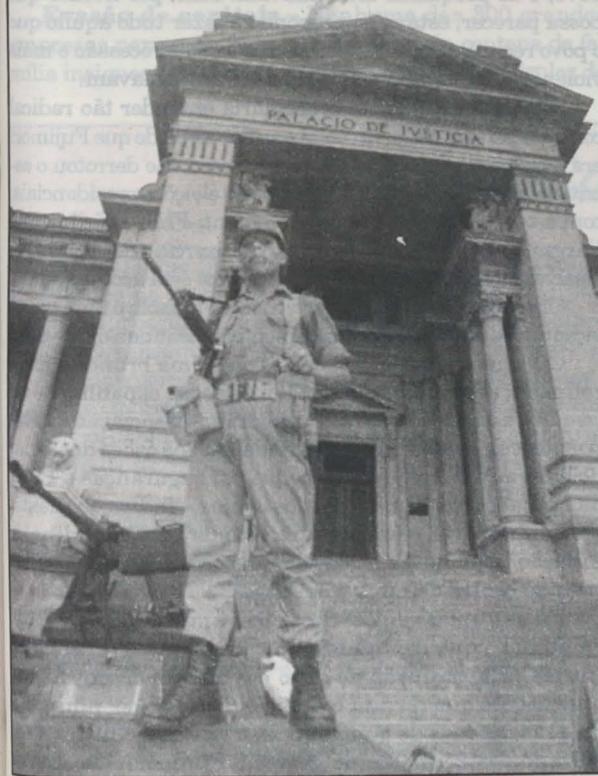
No entanto, não é sempre que a corda arrebanta do lado mais fraco. Miguel não se recorda de nenhum caso de morte de fazendeiro que tenha sido julgado até hoje: "A Justiça não tem coragem de julgar esses casos porque podem acarretar consequências inimagináveis." A vítima pode, de repente, tornar-se o réu. Outro fato animador que ele destaca é o crescente interesse que os problemas de conflito de terra vêm despertando em organizações internacionais: "A Liga Internacional dos Direitos do Homem, por exemplo, quando fica sabendo de algum caso, vai com uma comitiva até o centro do conflito e procura ajudar." Até a lei que define o que é terra produtiva e o que não é, que está no Congresso esperando para ser aprovada, ele encara como um passo muito positivo: "Pelo menos, agora, eles serão obrigados a definir o que seja terra produtiva que, aliás, pelo próprio nome, já se autodefine. Antes, nem se preocupavam com isso."

Miguel Pressburger, porém, não acredita que essa onda ecológica incentivada pela Rio-92 faça com que os latifundiários se conscientizem do problema do trabalhador rural: "Essas pessoas são broncas, atrasadas. A lei delas é ainda a das próprias mãos. Chico Mendes, por exemplo, era conhecido e badalado; foi recebido por líderes de outros países e ganhou até prêmio, e, todavia, foi assassinado. O que poderá acontecer com esses posseiros, que não sabem sequer que têm alguns direitos garantidos pela Constituição?"

(P.C.)



Exclusivo:



QUEM GOVERNA O PERU?

Nunca a Terra do Sol esteve tão próxima do fim do mundo. No cenário do pós-golpe, militares e empresários descobrem que não ganharam nada com ele

Francisco Viana

Fujimori fala uma hora, como só costumava falar em campanha. Ele martela sempre os mesmos temas. O Congresso, para ele, é a ineficiência e a corrupção. A Justiça, uma espécie de balcão de negócios da máfia e de políticos inescrupulosos. O país não avançava porque o governo era prisioneiro de uma camisa de força parlamentar. Os tanques não estavam nas ruas para ficar. Eram uma proteção. Uma ação preventiva para evitar o caos. "Eu me antecipei a uma tomada da Bastilha crioula. O muro da vergonha ia ruir de qualquer maneira", enfatiza.

Entusiasmado com a aparente receptividade da platéia, o orador se obstina: "A democracia é o melhor regime que existe, desde que funcione. Eu me pergunto: será que houve no Peru uma ruptura da ordem democrática?" Ele mesmo dá a resposta: "Não posso ser comparado aos governantes do Haiti ou do Iraque. Oitenta e cinco por cento da população me apóiam."

Naquela noite quente de quarta-feira, 8 de abril, os empresários pareciam dispostos a ouvir e bater palma. Eram mais de uma centena, comprimidos na Associação de Exportadores do Peru, ansiosos por saber os rumos que a economia iria tomar passadas as primeiras 72 horas do golpe militar liderado pelo presidente Alberto Fujimori, no domingo anterior. Mas, duas semanas depois, eram raros os que nos bastidores não criticavam abertamente o novo governo e ameaçavam mudar de camisa.

Tranquilidade aparente – Escudado nas pesquisas de opinião e num punhado de comandantes militares, Fujimori não parecia se abalar. Ele estava mais preocupado com os ventos contrários que sopravam dos países ricos e, da América Latina, de parceiros do calibre do Brasil e da Argentina. Por enquanto, os empresários não significavam um problema relevante. Afinal, quem tem problemas de caixa e sofre violentamente com as dores recessivas, é o Estado e a população. As empresas estão enxutas. Demitiram. Cortaram investimentos. Mas estão de pé. Pelo menos as empresas das famílias que dão as cartas no cenário político. Esse era o dado relevante. O outro dado é que os líderes empresariais estavam na televisão engrossando publicamente o coro de apoio ao golpe.

Mas os sinais de tranquilidade terminavam aí. De cara, Fujimori – *El Chino* para os amigos, ou *Karatê Kid*, segundo a explícita ironia dos inimigos – parecia um homem feliz. Nunca nos últimos 20 meses de governo parecerá tão à vontade. Metódico, de temperamento introvertido, ele esbanjava bom-humor em aparições públicas. Em nada parecia com o senhor de andar marcial, econômico nas palavras e quase permanentemente encerrado no palácio dos dias que antecederam aquele domingo de 5 de abril, quando num rápido pronunciamento na Tv anunciou para 23 milhões peruanos que o Congresso estava fechado e um golpe militar ganhava as ruas.

Mas a aparência de Fujimori era tão enganosa quanto os aplausos dos empresários que foram ouvi-lo discursar na Associação dos Exportadores. Desde a véspera do golpe, ele e a família trocaram o palácio do governo, antiga morada dos vices-reis da Espanha, onde morreu Francisco Pizarro, vítima de uma conspiração, por um desconfortável *bunker* no quartel dos serviços de inteligência. Também deixou de se fazer acompanhar por Kenzi, de 10 anos, o menor dos seus quatro filhos, parceiro inseparável das suas andanças por Lima. Agora, quem podia ser visto, discretamente, ao lado de Fujimori, era um corpulento segurança, plantado no banco traseiro do Mercedes presidencial. Um segurança de metralhadora em punho.

Poucos perceberam a sutileza. Também pudera: Lima estava tomada por soldados e tanques. As prisões estavam cheias. E praticamente todo o país, sobretudo os redutos apristas, sob severa intervenção militar.



O vice-presidente Maximo San Roman é considerado

Símbolo das ambiguidades nacionais – A novidade dessa virada de abril, no entanto, era que com o golpe Fujimori transformou-se, subitamente, no símbolo de todas as ambiguidades nacionais. Ele se proclamava apoiado pelo povo, e as pesquisas confirmavam. Mas, por irônico que possa parecer, estava se propondo a fazer tudo aquilo que o povo rechaçava: militares nas ruas, mais recessão e mais violência. Isto também as pesquisas confirmavam.

Dificilmente, alguém conseguiria entender tão radical contradição sem olhar em volta e se dar conta de que Fujimori era a própria contradição em carne e osso. Ele derrotou o escritor Vargas Llosa, seu adversário nas eleições presidenciais, com o tacape da anti-recessão e do anti-FMI. Dificilmente, Vargas Llosa conseguia igualá-lo no exercício dos golpes recessivos e nas reverências ao FMI. O que está acontecendo?

Um cenário de caos, um governo sem bússola e uma população que se agarra desesperadamente à ilusão de sair do vazio.

O Peru é um país de duas caras. Uma branca, rica e refinada, descendente dos colonizadores espanhóis – os *crioulos* a quem se referiu Fujimori na Associação de Exportadores –, que vive acantonada nas mansões de Lima, no bairro de Miraflores, cercadas por seguranças e antenas parabólicas. E a outra, dos *cholos* – índios ou mestizes –, miserável, sem amanhã, sitiada pela guerrilha, a inflação insubmissa e recessão que grassa entre o maltratado centro de Lima e os Andes.

Há múltiplas versões dessa face angustiante da "Terra do Sol", que deslumbrou o conquistador Francisco Cortés pela profusão de ouro e a altitude do povo. Nos quarteirões que cercam o Palácio do Governo, num raio de duas dezenas de quilômetros, é visível a olho nu o resultado dos 21 meses do governo Fujimori. Os ambulantes se contam aos milhares e tomam as ruas como



Presidente constitucional do Peru

se fossem verdadeiros exércitos de ocupação. O país que há 12 anos, desde a redemocratização com Belaúnde Terry, vinha oscilando perigosamente entre a hiperinflação e a estagnação, despencou definitivamente no caos (ver quadro).

Evasão de capitais – Nenhuma das 300 grandes empresas peruanas, controladas por meia centena de família insignes, investe um tostão no país. Pelos cálculos do

economista Gonzalo Izquierdo, decano da Universidade de Los Andes, cujo nome figura nas listas ministeriais na hipótese de uma reviravolta democrática, as taxas de investimento caíram a zero. "Fujimori não tem equipe. Ele virou o país de cabeça para baixo, tornou uma economia em crise numa economia de caos absoluto e, o que é pior, semeou um quadro de explosão social irreversível", analisa o economista.

Sua tese poderia perfeitamente se sustentar num único número: a renda per capita hoje é a metade dos 570 dólares de duas décadas atrás. Ou num outro dado ilustrativo: todos os grupos chaves do país – leia-se as famílias Romero, Bresia, Wiese, Leo Rupp, Ferreiros, Lucione, Diamanti –, que controlam das minas de cobres aos bancos, estão virando as costas para o Peru. E buscando novos horizontes nos Estados Unidos, Miami em particular, Colômbia, Argentina e Chile.

Izquierdo vai ao que ele considera o centro do impasse: "Nós não estamos nem pior nem melhor que qualquer outro país da América Latina. Nós estamos caminhando na *direção contrária*. Os capitais estão fugindo do país porque o golpe nada mais foi do que a afirmação de uma realidade por longo tempo dissimulada. O governo nunca quis negociar politicamente. Desde o primeiro momento demonstrou que não via a legalidade política como um fator de estabilização econômica. Aí é que está a raiz do caos em que mergulhamos."

Quem anda pelas ruas de Lima não precisa fazer qualquer esforço para se dar conta de que o país caminha na direção do nada, minado pela violência, a corrupção, o crescente poder das máfias da coca (as "firmas" no jargão peruano) e pela extrema pobreza da população.

Já no mundo sofisticado de Miraflores, o Peru branco desfila com reluzentes Mercedes e futuristas carros japoneses da Honda e da Mitsubishi, exibe gravatas de 100 dólares, ternos de 1.000 dólares, sapatos de 400 dólares e relógios Rolex de ouro maciço que não custam menos de 20 mil dólares.

Um cotidiano de violência

A violência já faz parte do dia-a-dia no Peru, não só no interior como na capital. E é nos bairros pobres de Lima que ela ganha proporções de uma guerra. Um levantamento dos crimes de origem política ocorridos nos dois primeiros meses do ano mostra a escalada de violência no Peru:

* 9 de janeiro, Barrios Altos. Seis mascarados invadem um edifício e interrompem uma *pollada* (um churrasco de frango), de metralhadora em punho. Balanço sangrento: 16 mortos. Uma investigação da imprensa peruana concluiu que a chacina não levava a assinatura do Sendero Luminoso, mas de grupos paramilitares de extrema-direita.

* 11 de janeiro, favela de Villa María del Triunfo, arredores de Lima. Uma mulher entra na sede social do chamado *pueblo joven* (um eufemismo que designa as favelas que brotam da noite para o dia na capital) e procura por um dirigente da organização. Seu nome: Ernesto Lopes de la Cruz. Ernesto se aproxima e é executado friamente com um tiro na cabeça. Autor do atentado: Sendero Luminoso.

* 6 de fevereiro, ainda em Lima. Sob o inclemente sol do meio-dia, dois homens armados entram numa agência do Interbanca, obrigam os clientes a se deitarem no chão, raspam os cofres e fogem disparando tiros para todos os

lados. Balanço sangrento: 2 mortos. A polícia descobriu que os assaltantes não eram paramilitares, nem guerrilheiros do Sendero. Eram oficiais da polícia aposentados, desesperados com a fome. Detalhe preocupante: 17% dos crimes praticados na região metropolitana de Lima estão ligados à polícia.

* 15 de fevereiro. Duas mulheres, armadas de pistola e metralhadora, abatem com tiros certeiros a líder popular Maria Elena Moyano, também conhecida como "Maria Coragem", e dinamitam seu corpo. Autor do crime: Sendero Luminoso. Crimes da vítimas: eram opositores dos senderistas.

Ritual macabro - Esse pedaço do Peru, onde não se acomodam sequer 20% da população, só não vive o que se poderia chamar de delícia de crise porque, ultimamente, a violência do Sendero Luminoso tomou Lima de assalto e ameaça invadir os guetos da aristocracia. Foram 25 mil mortos nos últimos 12 anos. Ultimamente, os atentados se sucedem numa proporção de dois por dia, com 4.500 mortos, apenas nos meses de governo de Fujimori.

Mas o contraste ainda é brutal. Num restaurante simples do centro de Lima, um prato de *ceviche* (peixe cozido em limão, com pedaços de milho e batata) não custa menos de dois dólares, o ônibus sai por quase 1 dólar, por viagem, quando se pode pegá-lo, e o aluguel de um barraco em qualquer favela não é inferior a 20 dólares.

O macabro ritual de violência no Peru – onde contraíam paramilitares, policiais convertidos em bandoleiros e senderistas – parece não ter fim. O sangue jorra em profusão e espirra por todos os lados (ver quadro).

Até recentemente, o palco do confronto era o interior, mais exatamente a região do vale do Huallaga, com seus 1.700 quilômetros quadrados, onde vicejam as maiores plantações de folha de coca do planeta. Agora, o conflito transbordou do campo para a cidade. Os atentados a bomba se sucedem num ritmo de dois por dia. Os mortos se multiplicam na mesma proporção. Na semana que se seguiu ao golpe, explodiram dois caminhões abarrotados de dinamite. Balanço sangrento: cinco mortos.

Fujimori, que seria a revanche do *cholo*, desse homem invisível que há séculos é tratado como se fosse uma mera estatística, metamorfoseou-se, do dia para a noite, em algoz.

A virada se deu no dia seguinte à posse. O presidente, herdeiro da tradição oriental de prometer e cumprir, cultivada desde os fins do século passado quando os primeiros japoneses desembarcaram no Peru para substituir a

No fundo do poço

As estatísticas mostram com toda a crueza a face amarga da receita recessiva aplicada pelo governo Fujimori desde que assumiu o governo.

* Oitenta por cento de uma força de trabalho estimada em 12 milhões de pessoas estão desempregados ou subempregados. São três milhões de agricultores sem dinheiro para plantar, dois milhões de artesãos com as lojas fechadas.

* Um milhão de operários industriais estão assedados pelas demissões em massa e a queda vertical da produção, além de existirem 300 mil pescadores e 50 mil mineiros em idênticas condições.

mão-de-obra escrava, jurou que não se renderia ao FMI. Se rendeu.

O golpe foi a segunda rendição. Oficialmente, Fujimori chamou os militares para fechar o Congresso e clausurar o Poder Judiciário para frear a corrupção. Ninguém de bom senso é capaz de negar que o Parlamento e o Poder Judiciário peruano não estejam ganhos pela corrupção. Virou lugar comum juízes libertarem narcotraficantes em troca de propinas, assim como chovem escândalos sobre os telhados de vidro do Congresso. A bancada do Partido Aprista, por exemplo, ficou com a imagem enlameada depois que conseguiu isentar o ex-presidente Alan García, o líder do partido, da torrente de acusações de enriquecimento ilícito.



* Entre o funcionalismo público, o quadro não é menos aterrador. O orçamento não é suficiente para bancar qualquer novo investimento, nem mesmo nos serviços reconhecidamente estrangulados, como o saneamento público, o transporte e a telefonia.

* O salário mínimo não alcança 70 dólares. E com 70 dólares não se compra quase nada. A carne, o milho e o arroz subiram 30 vezes nos últimos meses. Os combustíveis dispararam na mesma proporção; água e luz também.

* Nem mesmo os miúdos de frango – que estão para o pobre peruano como o feijão com arroz está para o pobre brasileiro – escaparam à escalada altista. E seus preços, antes irrisórios, só não foram para as nuvens porque o então ministro Carlos Bolona, da Economia, resolveu arquivar a idéia de instituir um

Corrupção no governo e Exército – Mas é um erro imaginar que o estigma da corrupção seja monopólio do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Desde 22 de novembro do ano passado hiberna na mesa de Fujimori um informe confidencial (número 016-91), elaborado por um oficial do serviço secreto de codinome "Chanmé", traçando um quadro assustador da corrupção nas Forças Armadas. Através de acordos com as máfias, oficiais e chefes de guarnições do vale do Huallaga dão livre trânsito aos carregamentos de coca nos aeroportos.

Pelos cálculos do *araponga* peruano, para fazer vista grossa, os militares recebem, em dinheiro vivo, 3 mil a 4 mil dólares – o equivalente a um ano de soldo – por vôo.

A média dos carregamentos com conivência oficial é de três a quatro aviões por semana, à exceção dos períodos de chuva. Por ocasião das decolagens, relata ainda o agente, é comum a interdição das pistas, com militares fardados se misturando aos sicários e barões da máfia, de forma a dar melhor proteção à coca.

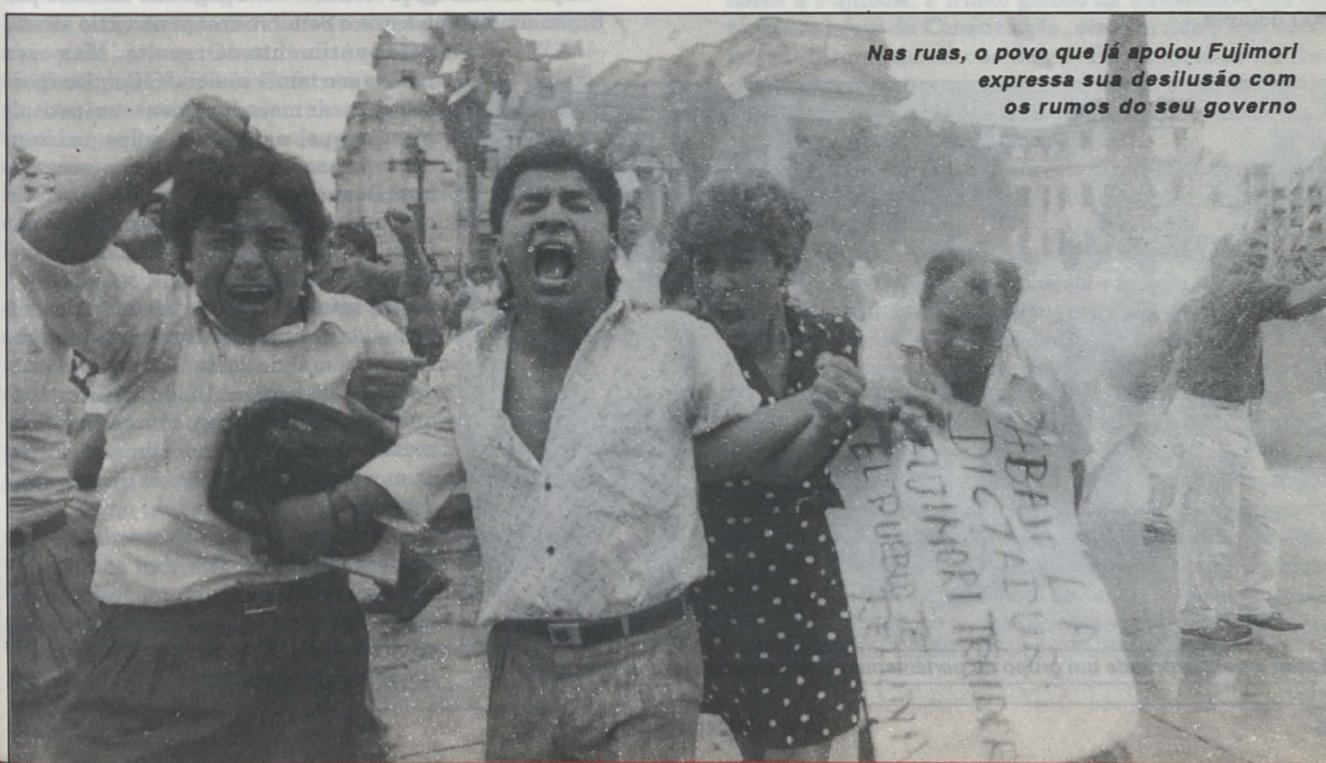
Nem mesmo o círculo íntimo do presidente escapa à corrupção. Às vésperas do golpe, os meios políticos foram abalados com uma denúncia de peso feita por um personagem de peso. A denúncia: irmãos e cunhados do presidente formavam um governo nas sombras e estavam tirando partido dos donativos feitos pelos japoneses ao Peru.

Na crônica política, o escândalo foi batizado como o "caso dos quimonos usados", numa alusão às toneladas de roupas japonesas que esses senhores estavam vendendo para lucro exclusivamente pessoal. O personagem que abriu a boca para disparar a denúncia era, nada mais nada menos, que a primeira-dama Susana Huguchi Fujimori.

Quem se der ao trabalho de olhar o entorno do presidente com uma lupa, vai ter surpresas ainda maiores. A começar pela eminência parda do Palácio e braço direito de Fujimori, o advogado e ex-oficial do Exército Vladimiro Montesinos, que figura nos relatórios da DEA (a polícia antidrogas norte-americana), como defensor de traficantes, contrabandista de armas e responsável pela fuga, na década passada, de um dos figurões da máfia de Medellin, Evaristo Porras. Esse personagem foi quem montou todo o serviço de inteligência e mexeu os pauzinhos para indicar os homens chaves do alto comando no governo Fujimori.

As contradições não terminam aí. Enquanto o povo peruano aperta o cinto, e raros são aqueles que se dão ao luxo de mais de uma refeição por dia, Fujimori se permite

Nas ruas, o povo que já apoiou Fujimori expressa sua desilusão com os rumos do seu governo



a extravagância de esbanjar 10 milhões de dólares para construir uma casa monumental, em terreno de sua propriedade, na ilha de Pachacamac, onde o presidente passa os fins de semana pescando. Legalmente, os gastos teriam de ser bancados pela família Fujimori, não pelo combalido Tesouro peruano, uma vez que se trata de uma propriedade privada. Oficialmente, esses são problemas que não existem.

Cortina de fumaça - O limite declarado de Fujimori é a guerra sem tréguas contra o Sendero. E a guerra contra o narcotráfico. O argumento de Fujimori é que uma ação de grande envergadura contra o Sendero Luminoso, que tem no vale do Huallaga o seu quartel-general, assestaria, também um golpe mortal no plantio de coca.

Segundo a DEA, das plantações de coca saem algo como 6,5 milhões de dólares anuais para financiamento da guerrilha, quantia que, proporcionalmente, é superior ao orçamento do Exército peruano. O segundo argumento é que, vencida a guerrilha, o país, que nos últimos 12 anos amargou prejuízos de 14 bilhões de dólares em sabotagens e atentados - valor que corresponde à metade do Produto Interno Bruto (PIB) -, teria fôlego para voltar a investir, inclusive, desmobilizando parte do gigantesco efetivo policial e militar, em torno de 200 mil homens, sem dúvida, o maior do continente, também guardadas as proporções.

Na luta contra o narcotráfico, Fujimori não conta com grandes simpatias das Forças Armadas. O Exército é contra uma guerra aberta. Em primeiro lugar, por uma questão de sobrevivência: sem o dinheiro dos traficantes, a vida seria impossível. O soldado dos 120 mil homens das Forças Armadas e dos 80 mil policiais é ridículo. Um soldado ganha 25 dólares e um oficial não chega a ganhar 100 dólares. Um general alcança 300 dólares.



Lima: a polícia prende um grupo de parlamentares que protestava contra o golpe

Militarmente, também o choque não é conveniente: faltam armamentos, helicópteros, combustíveis, botas, farda e, sobretudo, comida. Um bom termômetro são as frequentes deserções e o grande número de oficiais que passam à reserva, 15%, antes do tempo regulamentar.

Depois, existe a questão social que pesa na balança do arraigado sentimento nacionalista dos militares peruanos: a coca, cultura milenar dos incas, dá emprego a aproximadamente 300 mil camponeses, que ficariam sem chances de trabalho, na hipótese de uma guerra aberta.

O círculo se fecha no xadrez da política internacional. Não há como extinguir a plantação de coca, que rende 1,5 bilhão de dólares por ano, a metade das exportações legais peruanas, sem antes os Estados Unidos financiarem um intenso programa de reconversão da economia. Como não existe nenhum indício concreto de que esse programa está a caminho, a guerra total contra as máfias da coca não passa de uma cortina de fumaça.

Governo versus Sendero - A conclusão é válida para a guerra contra a guerrilha. O jornalista Gustavo Gorriti Ellenbogen, maior autoridade do país no assunto (autor do best-seller "Sendero, história da guerra milenar do Peru"), é taxativo: "O golpe deu à guerrilha o espaço político que faltava para se sedimentar."

A lógica do raciocínio de Gorriti é fácil de entender. O Sendero, até recentemente, vivia num impasse insolúvel. Tinha se tornado suficientemente forte para controlar metade do país, mas carecia de força política para evoluir, de uma etapa puramente militarista, para uma fase de enraizamento nas massas. Como a tendência da crise é se agravar, o governo está semeando insatisfação para o Sendero colher.

A opinião de Gorriti é compartilhada pelo senador Felipe Osterling, presidente do Congresso cassado por Fujimori. Ele teme que o Sendero cresça no vazio aberto

pelo sentimento de revolta. Mas esse não é o seu temor maior: "O Sendero passou a atacar mais duramente as instituições porque, a partir do golpe, existem duas forças inconstitucionais em choque. De um lado, o governo Fujimori. Do outro, o exército senderista. Ninguém pode prever o que tal choque irá produzir."

De início, o temor que paira no ar é completo eclipse dos direitos humanos. No alto comando do Exército prevalece a doutrina do general Luis Cisneiros Vizquerra, segundo a qual não importa matar 60 suspeitos, desde que, entre os mortos, figurem três ou quatro senderistas.

Ao mesmo tempo, dilacerada a Constituição, Fujimori fica com as mãos livres para bater duro no incipiente movimento sindical peruano. A pedra no caminho de Fujimori, porém, está na própria elite peruana.



Agora que a poeira assentou, os militares se perguntam o que ganharam com o golpe

A insatisfação da elite – A insatisfação ainda não saiu dos bastidores para as luzes da ribalta, mas não é de todo imperceptível. A reação da comunidade internacional ao golpe, somada ao congelamento dos créditos – 1,5 bilhão de dólares, em números redondos – foi um erro de cálculo.

A pergunta que os militares estão fazendo nos quartéis é uma só: o que ganhamos com o golpe? Além do desgaste, nada. Os empresários também fazem a mesma pergunta. A resposta, nada. Nem a liberalização da taxa de câmbio conseguiram arrancar. Resultado: o dólar continua valendo duas vezes menos do preço real, com sérios prejuízos para as exportações.

Nem mesmo as 660 estatais peruanas que estão à venda, e poderiam render polpidos lucros, conseguem se transformar num negócio atraente. Como não há estabilidade, ninguém se candidata a comprá-las. Nem mesmo a preço de banana. O resultado é que Fujimori, o *El Chino*, ficou prisioneiro de Fujimori, o *Karatê Kid*. Por enquanto, sua estrela parece reluzir à luz de pesquisas de opinião que lhe dão o apoio da população. Mas essas pesquisas são frágeis. Elas não asseguram nenhum elo de ligação real entre o governo e as massas. No momento em que a ilusão de mudança se esfuma, os índices de popularidade também se dissolverão.

Matematicamente, Fujimori dispõe de três a seis meses para viabilizar uma retirada pela via de um plebiscito. Mas terá de enfrentar a oposição nas ruas, o presidente constitucional San Roman à frente, e a crescente popularidade do ex-presidente Alan García.

Este último é a grande ameaça a Fujimori. Primeiro, porque o Apra é um partido com inserção popular, a despeito do seu desgaste quando chegou ao poder (1985-1989), e com influência no movimento de trabalhadores e camponeses. Segundo, porque Alan García soube explorar com habilidade a brecha aberta pelo golpe, e transformou-se na grande liderança de oposição, conclamando o povo à insurreição e à desobediência civil. Por último, há o perigo do plebiscito se dar no exato momento

da ofensiva senderista, que pode tirar do governo o seu último e frágil trunfo.

Economia sitiada – Tecnicamente, Fujimori também se revela sitiado. As reservas cambiais não somam 1,2 bilhão de dólares e, dificilmente, manterão o fôlego dos cofres oficiais por mais de quatro meses, caso não chegue algum socorro extra dos países ricos.

O economista Gonzalo Izquierdo garante: “A hiperinflação só não retornou porque há um fluxo de 120 milhões de dólares mensais trazidos do exterior pelas empresas para garantir o capital de giro. É uma forma

provisória de fugir das altas taxas de juros. Até quando essa situação irá persistir, ninguém sabe.”

Outro economista, Michel Chossudovsky, profetiza: “Como não entrou dinheiro novo, o governo terá de produzir mais recessão e mais evasão de divisas, para fazer face a um aumento de 60 milhões para 120 milhões de dólares dos pagamentos mensais do serviço da dívida externa.”

Por outro lado, o deputado Roberto Ramírez de Vilal, presidente da cassada Câmara dos Deputados, sintetiza: “Fujimori não quer mudar as instituições. Ele quer destruí-las. Ele não será o Pinochet do Peru porque irá cair mais cedo do que se imagina.”

Futuro incerto – O golpe militar, que deu plenos poderes a Fujimori, é irmão gêmeo da incerteza. Fora do terreno seguro da Constituição, sem partido e sem retaguarda internacional, o senhor do Peru tornou-se um formidável paradoxo: no momento em que parece estar mais solidamente plantado no poder, é justamente o momento em que se encontra mais frágil.

Quem o vê distribuindo sorrisos nas ruas de Lima ou nas entrevistas de televisão, dificilmente se dá conta dessa ilusão do vazio.

O drama do Peru dos dias atuais é que ninguém sabe quem governa o país. Presidentes, existem três: o presidente constitucional San Roman, o ditador Fujimori e o líder do Sendero, Abimael Guzmán, que se autoproclama também presidente, graças ao poder dos fuzis de seus 25 mil homens. Puxando os cordéis por trás de Fujimori, ninguém sabe exatamente quantos candidatos a presidente circulam nas sombras.

Passado mais de uma mês do golpe, só uma coisa parece certa, no Peru: nunca a Terra do Sol esteve tão próxima do fim do mundo. É como afirma Hernando de Soto, um brilhante intelectual hiperliberal, ex-conselheiro de Fujimori: “Estamos às vésperas de uma violenta erupção popular. Grande parte das pessoas vive fora do sistema, dentro de uma espécie de apartheid econômico”.



O apoio da cúpula militar tem sido decisivo para o sucesso do golpe (ao centro, Fujimori)

O suicídio político de Fujimori

Após o fechamento do Congresso, o regime de Alberto Fujimori e a oposição continuam em um impasse, devido à posição irredutível de ambos os lados

Francisco Loayza

O processo de bordaberrização¹ do regime de Alberto Fujimori, ao que parece, é irreversível depois da renúncia do ministro da Economia Carlos Bolona, a figura mais prestigiada do gabinete ministerial, fundamentalmente pelos vínculos que mantinha com os organismos financeiros internacionais.

Hoje, é difícil precisar em que momento Fujimori se tornou prisioneiro de sua própria armadilha, montada com uma impaciência digna de melhor causa pelo seu "assessor" Vladimiro

Montesinos, um ex-capitão do Exército de trajetória controvertida. Acusado simultaneamente de agente da CIA e da KGB, Montesinos se transformou na figura central de um regime que vinha levando a cabo um programa bem-sucedido, do ponto de vista do FMI, já que conseguiu controlar a inflação, reduzindo-a para um dígito em relação aos cinco dígitos que alcançou durante o governo de Alan García.

Obviamente, o duro plano de ajuste ao qual foi submetido o povo peruano tinha começado a mostrar suas vantagens em matéria de reordenamento da economia e de abertura dos organismos

financeiros internacionais. Estes já estavam prontos para liberar os primeiros 320 milhões de dólares, 200 dos quais destinados à recuperação das estradas e construção de trechos vitais para o desenvolvimento alternativo da coca. Tudo isso ficou em suspenso até o retorno à constitucionalidade.

Oposição formal – O regime de Fujimori e a oposição estão em um impasse em virtude da postura irredutível que assumiram os dois lados: o presidente parte do princípio de que será ele quem determinará o cronograma de retorno à constitucionalidade, para o que, garante, conta com o apoio das Forças Armadas. Já para a oposição, a crise só será resolvida a partir da substituição de Fujimori na Presidência da República pelo primeiro-vice-presidente Máximo San Roman, que foi empossado na forma legal prevista na Constituição.

Como conseguiu que os comandantes das Forças Armadas lhe dessem seu apoio, além de contar com um difuso apoio popular, Alberto Fujimori exerce o poder *de fato*: a oposição só conta com um poder formal, carente de efetividade.

No plano internacional, os Estados Unidos decidiram reconhecer apenas Fujimori como presidente do Peru, enquanto que a Espanha, Venezuela e Argentina optariam por San Roman.

A Comissão da Organização dos Estados Americanos (OEA), presidida pelo brasileiro Baena Soares, está, assim, em meio a um cenário onde as possibilidades de diálogo entre o governo de fato e a oposição são quase impossíveis na medida em que as Forças Armadas e Policiais, grande parte da população e do Congresso dissolvido estavam convencidos da necessidade de uma moralização do Poder Judiciário e do aparelho de Estado, o que se transformou em "bandeira" do presidente do Governo de Emergência e Reconstrução Nacional, Alberto Fujimori.

O fato da oposição estar se movendo no marco previsto pela Constituição leva muitos analistas a se perguntarem se tal postura não seria um formalismo ineficaz e puramente simbólico, enquanto cresce o fantasma do golpismo na América Latina, do qual Fujimori é apenas um instrumento.

¹Juan María Bordaberry: presidente uruguai que, em 1973, dissolveu o Congresso, dando um golpe de estado com o apoio das Forças Armadas. Recentemente, ele declarou que o "ideal e o bem comum nem sempre coincidem com a democracia", ao referir-se ao golpe de estado no Peru

Em busca do inimigo perdido



O governo norte-americano está tratando de levar Cuba (foto) à estagnação e ao colapso, através do embargo econômico

Washington mantém sua política de agressão à ilha pela necessidade de ter um adversário externo

Brady Tyson*

Um império em decadência, um estado imperial que desaba, pode ser extremamente perigoso quando alimenta nostálgicas ilusões sobre seus passados dias de "glória", de poder, de influência ou de aventureirismo militar no mundo, como ocorreu com as intervenções dos Estados Unidos em Granada e Panamá. Essa tendência pode se tornar um obstáculo ao processo histórico de desenvolvimento de novas e necessárias mudanças e reacomodações no mundo.

O governo dos Estados Unidos pode decidir voltar a aventurar-se na política

do *big stik*, como na presidência de Theodore Roosevelt (o grande "herói" do atual presidente norte-americano George Bush). A diferença é que, na época de Roosevelt, os Estados Unidos eram uma nação adolescente, cheia de energia e criatividade, determinada a deixar sua marca no mundo, enquanto que hoje mostra todas as evidências de ser um país cansado, atropelado pelos acontecimentos, sem energia criativa.

Para alguns, não obstante, é importante manter a ilusão de que ainda é o país hegemônico no mundo, para impressionar o povo norte-americano, mostrando como se mantém sua vitalidade histórica, apesar das evidentes mostras de seu declínio. Os Estados Unidos podem revigorar e reformar seu sistema de vida no futuro, mas, pela forma como as coisas têm se encaminhado, o mais provável é que se converta em uma potência de segunda ordem.

Esse resultado é produto do prolongamento da Guerra Fria, do consumismo às custas do crédito barato, do petróleo e da mão-de-obra pouco valorizada, assim como de seu tradicional racismo e do sentimento de superioridade imperante nos últimos 40 anos.

Todo povo ou nação tem uma tendência natural (que tem sido chamada *etnocentrismo inerente*) a subjugar ou satanizar outros povos, especialmente

se sente ameaçado (real ou imaginariamente). Assim, chegamos ao paradoxo de que uma superpotência mundial, com toda sua riqueza e seu poder (e o povo norte-americano manipulado por suas elites), durante décadas, tem sido chamada a combater inimigos externos, evitando enfrentar-se com seus próprios problemas e conflitos.

A elite norte-americana prefere desviar a atenção da sociedade para um inimigo externo em vez de enfrentar os riscos que implicaria ser consequente com os fundadores da nação norte-americana, seguindo incansavelmente a busca da "Igualdade de todos perante a Lei".

Guerra Fria – A meados dos anos 30, os Estados Unidos construíram um poderoso complexo militar-industrial (CMI) para enfrentar a agressão do Eixo nazista. Mas, uma vez que a Alemanha e Japão se renderam, o imenso, poderoso e rico CMI necessitou de outro inimigo. Ou seja, de uma nova justificativa que lhe permitisse manter os inchados quadros de oficiais, suboficiais, tropas, burocratas, técnicos, cientistas e, naturalmente, as imensas despesas que o complexo gerava.

Naquele momento, os Estados Unidos puderam manter em expansão ambos os componentes da clássica opção

dos manuais de economia: *comida e canhões*. Foi a época de maior crescimento do consumo de produtos supérfluos no país.

Nos anos 70, no entanto, com o aumento do preço do petróleo, os consumidores norte-americanos, o governo, as grandes empresas e os bancos, sucumbiram à tentação de embrenhar-se pelo caminho do "crédito fácil".

Assim, o Estado norte-americano, o CMI e a mentalidade atuais são um produto e uma causa do Estado, da mentalidade e do CMI que existiram antes da Guerra Fria, projetados para impedir a democratização da política, da cultura e da economia norte-americana.

Desde o início da Guerra Fria, aproximadamente em 1946, o governo atrelou a política exterior às necessidades de uma Guerra Fria global e condicionou o desenvolvimento da política interna aos mesmos objetivos e prioridades. O resultado foi o incrível nível que alcançou a corrida armamentista, que levou ao colapso a União Soviética e pode ter provocado também a bancarrota dos Estados Unidos.

Agora, com o fim do antigo enfrentamento, os representantes do complexo industrial-militar, os burocratas do Estado construído sobre os moldes da Guerra Fria e o governo atual buscam novas justificativas para manter os investimentos militares, industriais e as atividades de guerra psicológica, em um nível que possa permitir sua reprodução e lucratividade.

Buscam um inimigo para substituir



Roosevelt: o grande "herói" de Bush

a ex-União Soviética e neutralizar as crescentes pressões sociais internas que exigem a reforma do sistema de governo e a introdução de modificações na estruturação da sociedade.

Os Estados Unidos são atualmente um país estagnado e em retrocesso, que pretende impor uma "estabilidade" mundial, no sentido de impedir que se gere uma nova ordem internacional mais justa, na qual todos os povos e nações participem nas mesmas condições de direito e igualdade, onde as nações mais ricas possam dar assistência aos povos mais pobres e ajudá-los a encontrar formas de vida mais justas e democráticas.

Válvula de escape – O Estado norte-americano que sobreviveu à Guerra Fria busca desesperadamente uma justificativa para sua própria existência. A mentalidade clássica desse sistema político herdado do belicismo se expressa nitidamente na figura do presidente

George Bush e sua deliberada atitude de manter a Guerra Fria contra Cuba.

Em torno do governo de Fidel Castro foi criada uma apropriada imagem de "ameaça" e provocação, alimentada durante décadas, para mostrar que o "comunismo" é o *império do mal* (nas palavras do ex-presidente Ronald Reagan), o qual implica que os Estados Unidos são o *império do bem*.

George Bush está tratando de levar Cuba à estagnação e ao colapso, através do embargo econômico decretado pelos Estados Unidos desde 1960, confiando em que o povo vai levantar-se contra Fidel Castro e vai chamar, posteriormente, os *gusanos* exilados em Miami a voltar e reassumir o antigo papel de classe dominante que tinham na Cuba pré-revolucionária.

O governo norte-americano utilizará, de todas as formas, esta válvula de escape para deter o despréstígio crescente do presidente Bush, antes das eleições presidenciais de novembro próximo, causado pela constante queda da prosperidade econômica do país.

É possível prever que em setembro ou outubro deste ano possa haver uma "surpresa" preparada pelo Pentágono. Uma nova guerra destinada a "excitar" o povo norte-americano, com o objetivo de derrotar Fidel Castro em Cuba e, sobretudo, tratando de desviar a atenção da sociedade norte-americana de seus próprios males.

Seria uma réplica da fracassada invasão da Baía dos Porcos, executada em 1961 por cubanos contrários ao governo

revolucionário, mas planejada pela CIA. Só que desta vez o Pentágono trataria de não repetir os erros cometidos no Vietnã e seguiria os ensinamentos deixados pela guerra contra o Iraque.

Normalização diplomática – Existe – felizmente – um grande número de jovens cubanos (muitos que vivem ainda nos Estados Unidos embora desejassem viver em Cuba), filhos e fi-

Miami: a comunidade de origem cubana realiza mais um ato de protesto contra o governo de Havana



lhas da geração que emigrou por não estar de acordo com a revolução. Esses jovens têm desenvolvido uma consciência dos resultados positivos da revolução em seu país e não querem a restauração do *status quo* anterior. Desejariam preservar as conquistas impressionantes da revolução no terreno social e, ao mesmo tempo, viver em uma sociedade mais democrática. Estes jovens cubanos trabalham atualmente para possibilitar o diálogo do governo cubano com a comunidade de emigrantes e com o governo norte-americano.

Existe, além do mais, dentro da sociedade norte-americana uma consciência bastante avançada da necessidade de sair da retórica e das conotações emocionais da Guerra Fria, e de chegar a um entendimento. Ambos os países precisam democratizar suas respectivas sociedades, sua política e sua cultura (como ocorre em todos os países do mundo).

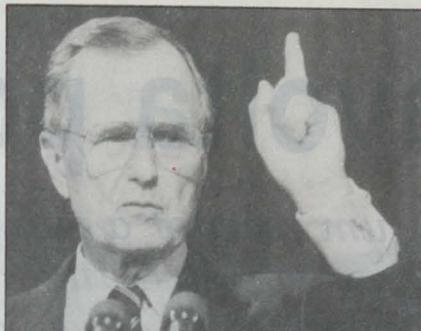
Porém, a diferença de poder e de riqueza entre os dois, o peso da mentalidade obsessiva da Guerra Fria nos Estados Unidos, a influência do complexo militar-industrial no governo norte-americano e o isolamento político e econômico de Cuba são fatores que dificultam o desenvolvimento de uma agenda significativa entre ambos os governos e impedem a criação de canais de cooperação.

O papel da OEA - Canadá, que é atualmente um estado-membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), as nações centro-americanas e caribenhas e os países da América do Sul deveriam cumprir um papel de "bons ofícios" entre o governo norte-americano e o cubano. Esta ação implicaria exortar ao governo dos Estados Unidos para que:

1 - suspenda o embargo e permita ampliar o turismo e o comércio entre ambos os países;

2 - normalize suas relações diplomáticas com Cuba para permitir o credenciamento de embaixadores e a instalação das respectivas embaixadas com todo seu *staff*, ampliando-se desta forma as instâncias do diálogo;

3 - abandone a política externa de Guerra Fria, a retórica da satanização de Cuba, e apresente algumas propostas (não exigências), cuja realização possa distender as relações entre ambos os estados; e



Reforçando um bloqueio que já dura 30 anos, o presidente George Bush proibiu que atraque nos portos norte-americanos qualquer navio que tenha feito escala em Cuba



4 - apóie a OEA como o foro mais apropriado e mais importante para resolver os conflitos que se produzem na região, em vez de valer-se dessa organização quando lhe convém e depois ignorá-la completamente.

O governo cubano, por sua vez, deveria ser exortado pela OEA a:

1 - autorizar os grupos de oposição dentro de Cuba para que possam cumprir um papel mais público e mais político;

2 - permitir a circulação da imprensa de oposição;

3 - convidar os exilados que vivem nos Estados Unidos e em outros lugares que estejam dispostos a respeitar as leis e o novo sistema de maior igualdade e justiça; e

4 - reafirmar sua disposição a aceitar mudanças dentro de Cuba, algo que, na minha opinião, o governo cubano já demonstrou.

Interessa a todos os países da América Latina o fortalecimento da OEA e do direito internacional, para eliminar a ameaça de agressão armada de um estado contra o outro nas Américas e possibilitar a expansão das liberdades públicas e a supressão da censura, permitindo-se a livre expressão de todas as manifestações políticas, culturais e intelectuais e o direito de todos de viajar livremente por todos os países.

A normalização das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba, a plena integração desse país caribenho à comunidade de países americanos (OEA) e a decisão política de ambos os governos de desenvolver formas mais democráticas, mais igualitárias e progressistas de convivência interna serão mutuamente convenientes para ambas as nações.

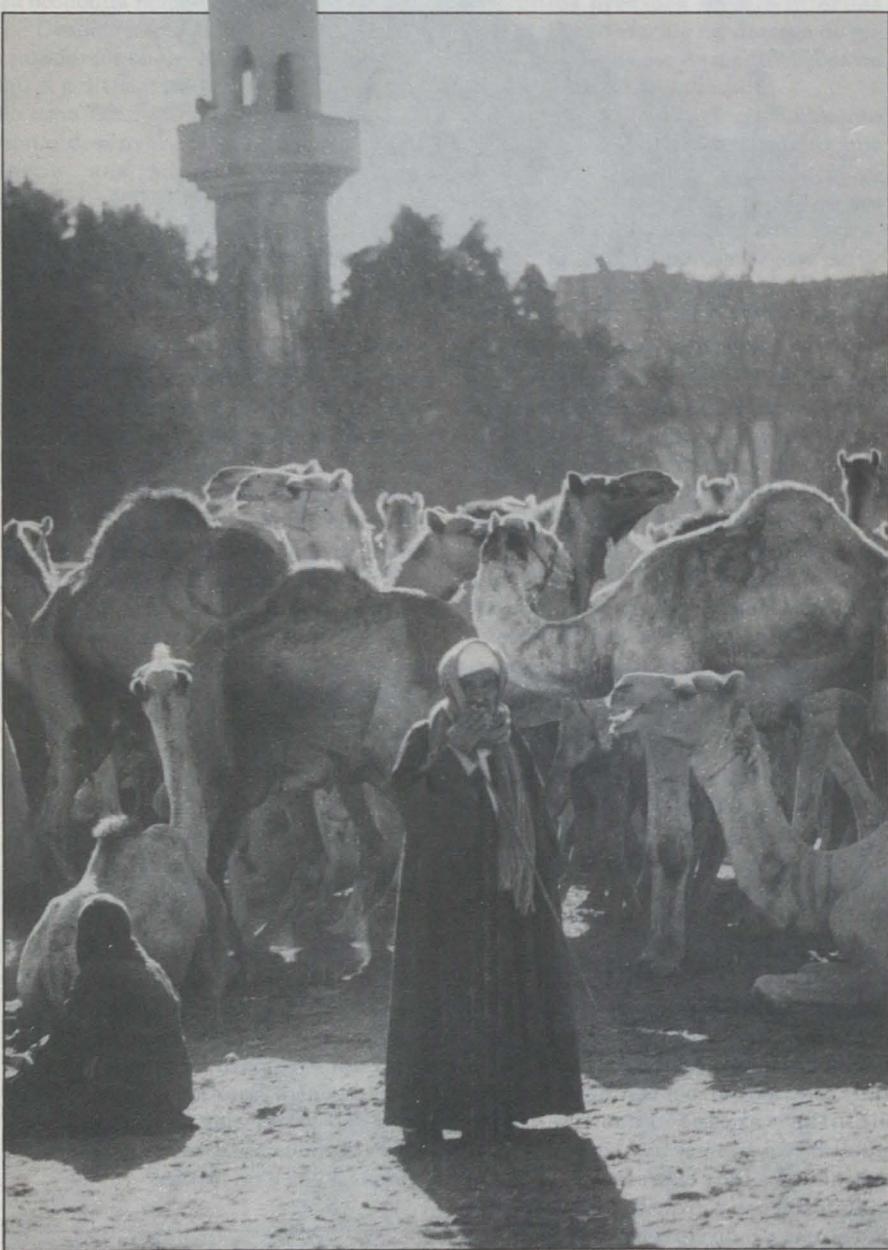
No entanto, é necessário assinalar que esse processo implicará uma participação ativa, criativa, dinâmica e paciente do restante das nações americanas, como mediadoras, realizando gestões de "bons ofícios" entre os dois governos. Com outro presidente em exercício no governo dos Estados Unidos, a política exterior norte-americana com Cuba pode mudar e isso pode ocorrer a médio prazo.

Por isso, é importante o papel da comunidade de nações americanas, não só para denunciar as tentativas de invasão que possam ocorrer, e evitá-las, como também para criar as pontes de amizade entre Estados Unidos e Cuba que serão necessárias para construir relações normais entre os dois países, baseadas na paz e na justiça.

*O autor é professor de política exterior norte-americana na American University de Washington

Reviravolta política

A condenação de um escritor a oito anos de prisão, por "blasfemo", mostra uma nova face do governo Mubarak: seu desejo de apaziguar os ânimos dos fundamentalistas islâmicos



No passado, os presidentes egípcios se opuseram duramente aos movimentos islâmicos

Mamoun Fandy*

Apunição do escritor Alá Hamid, como autor de um romance "blasfemo", revela a crescente preocupação do governo de Hosni Mubarak diante da onda fundamentalista que assola o Oriente Médio. Antes, o governo recorria à repressão para conter o fundamentalismo dentro de suas fronteiras; agora, os intelectuais egípcios temem que Mubarak esteja adotando uma política de conciliação com esse grupo religioso radical.

Hamid, autor de *A gap in a man's mind*, foi condenado, juntamente com o seu editor, a oito anos de prisão em dezembro passado. O que é mais assustador nesse caso, diz Mustafa Abdullah, editor-associado do suplemento literário do *Al Khabar*, é que o governo decidiu punir um autor obscuro e desconhecido como forma de intimidar outros escritores de maior fama.

No passado, os tribunais do Egito sempre se mantiveram afastados de assuntos literários, enquanto a tradicional comunidade literária do país sempre defendeu vigorosamente obras e autores contra as críticas dos fundamentalistas.

Nos anos 60, os escritores egípcios defendiam Taha Hussein, o maior crítico literário do Egito, quando observou, em seu livro *Pre-islamic poetry*, que certas frases do Corão violam as regras da gramática árabe. Como os muçulmanos acreditam que o Corão representa as palavras exatas de Deus, os fundamentalistas viram nessa crítica um questionamento da origem divina da escritura. Apesar de protestos dirigidos à Universidade do Cairo, nenhuma medida oficial foi tomada con-

tra Hussein, que manteve o seu cargo como professor.

Há dois anos, os fundamentalistas pretendiam proibir a versão original do clássico *As mil e uma noites*, que contém cenas sexuais muito mais explícitas do que a tradução inglesa. A comunidade literária acorreu em apoio ao livro, proclamando que toda obra deve ser julgada por seu valor literário e histórico. A tentativa dos fundamentalistas fracassou.

Tampouco se pensou em processo judicial quando Naguib Mahfouz, laureado com o prêmio Nobel em 1988, escreveu o seu romance "blasfemo" *Sons of Jabalwai*, embora o livro tenha sido proibido no Egito. Quando, no ano passado, o escritor foi perseguido por fundamentalistas, Mahfouz simplesmente os ignorou e a comunidade literária do Egito rebateu com desdém as acusações de blasfêmia. Longe de tomar alguma medida contra Mahfouz, o governo ofereceu-lhe a proteção do serviço secreto, que Mahfouz recusou.

A influência saudita – O recente julgamento e condenação de Alá Hamid representa uma reviravolta na política do governo. Para alguns, o motivo dessa mudança não é a crescente influência do islamismo, e sim as relações cada vez mais estreitas entre o Egito e a conservadora monarquia saudita – que parece ter-se arvorado em guardião da moralidade islâmica. Para esses observadores, a tendência começou com a prisão



Uma menina, vestida com o chador, exibe o Corão

e o espancamento do poeta Mohammed Afifi Mattar, autor de um poema em que criticava o envolvimento do Egito na Guerra do Golfo.

De fato, há muito tempo a Arábia Saudita exerce influência sobre os meios de comunicação egípcios, através da ameaça de suspender sua ajuda financeira. Por ocasião da proibição, no Egito, do relato da revolta saudita de Meca, em 1979 – de autoria do escritor egí-

Depois de recorrer à repressão para conter a onda fundamentalista, o presidente Hosni Mubarak (foto) adota uma política de conciliação com esses grupos radicais



cio Rifa't Sayed Ahmed –, os escritores egípcios culparam a pressão saudita pela atitude do governo.

Da mesma forma, um grupo árabe sediado em Londres, denominado "Artigo 19", que fiscaliza a liberdade de expressão no mundo árabe, atribui o fechamento do semanário *Sawt al-Arab* ("Voz Árabe"), em 1988, ao fato dos sauditas não terem gostado de um artigo publicado ali.

Mas o que realmente há por trás da nova intolerância literária é o receio do governo de que a crescente onda islâmica também esteja ganhando adeptos no Egito. No passado, os presidentes egípcios reagiram duramente contra os movimentos islâmicos. Abdel Nasser os esmagou; Sadat atingiu-os contra os comunistas e, depois, colocou na cadeia os seus membros. Enquanto uma inofensiva oposição islâmica é admitida no Parlamento, Mubarak mantém na prisão cerca de 8.000 fundamentalistas.

Perseguição aos "livres pensadores" – Hoje, a elite governante começa a reconsiderar as suas opções e busca maneiras de pacificar os muçulmanos. Mas, em vez de promover a participação dos escritores no processo político, o governo parece haver optado por perseguir esses "livres pensadores". Condenar um escritor obscuro, diz o eminente dramaturgo Ali Salim, talvez seja um presságio do que pode vir a acontecer aos principais escritores do país.

Se Salim tem razão, o que está em jogo no julgamento e condenação de Alá Hamid é o destino de não apenas um escritor, mas de dois dos maiores valores da nação egípcia – sua tolerância e sua literatura.

* Pacific News Service. Mamoun Fandy, editor associado do PNS, é jornalista egípcio e autor de uma série de artigos sobre assuntos do Oriente Médio



As dificuldades que interferem na relação Telavive-Washington e o surgimento de uma nova liderança trabalhista podem ser elementos determinantes nas próximas eleições em Israel

Rami Tal*

Um dos fatores mais importantes nas eleições de 23 de junho próximo em Israel será a forma como os eleitores encaram as recentes dificuldades nas relações entre seu país e os Estados Unidos. A perspectiva real de uma vitória dos trabalhistas – agora sob a carismática direção de Yitzak Rabin – contribuiu para aumentar o suspense em torno do pleito.

Os israelenses, quase sem exceção, consideram vital a relação com os Estados Unidos nos campos militar, econômico e das relações internacionais. Estão conscientes da enorme ajuda que os norte-americanos dão a Israel – cerca de quatro bilhões de dólares ao ano – e percebem que, sem o apoio de Washington no cenário internacional, incluindo aí as Nações Unidas, Israel estaria exposta a um mundo hostil.

Desde 1977, ano em que o Likud chegou ao poder, têm ocorrido várias fricções entre os Estados Unidos e Israel. Muitas foram produtos de fatores eternamente irritantes – como a construção de assentamentos nos territórios ocupados –, que sucessivos governos norte-americanos têm defini-

Aliança em crise



Judeus soviéticos protestam em Telavive contra a política norte-americana em relação a Israel (no cartaz, lê-se "Bush versus aliyah", termo que significa "imigração")

do como contrárias às leis internacionais e como um obstáculo à paz.

Outras divergências foram consequência do bombardeio israelense de um reator nuclear iraquiano (1981), o bombardeio de Beirute (1982), o caso Pollard (1985) – no qual um agente do serviço de inteligência norte-americano foi considerado culpado de espionar para Israel – e a brutal repressão dos levantes palestinos (1988-1991).

"Amigos leais" – Mas, até poucos meses atrás, o Likud sempre conseguia demonstrar a gregos e troianos que estes episódios não comprometiam a aliança básica. "Sim, temos divergências, mas são diferenças entre amigos leais, que de nenhum modo poderiam afetar essa amizade", declararam em algumas oportunidades o primeiro-ministro Yitzak Shamir e seus colaboradores.

Até agora, a história tinha lhes dado razão. Hoje, porém, isso mudou. No início deste ano, a relação foi profundamente abalada. Pela primeira vez desde os anos 50, um governo norte-americano condicionou a assistência a Israel – a aprovação de garantias para empréstimos no valor de 10 bilhões de dólares – a que Telavive siga uma de-

terminada política: a suspensão da colonização dos territórios ocupados.

A atitude de Washington se torna mais significativa se levarmos em conta o fato de que, em princípio, a ideia de conceder garantias para facilitar a absorção de imigrantes soviéticos foi apoiada pelo próprio governo do presidente George Bush, por uma enorme maioria no Congresso e, desnecessário dizer, pela poderosa comunidade judaico-norte-americana.

Ao mesmo tempo, a estratégia de Bush e de seu secretário de Estado, James Baker, de provocar abalos nas relações entre os dois países parece destinada a prejudicar Shamir nas eleições e devolver os trabalhistas ao poder. Embora os porta-vozes do governo norte-americano neguem que seja esta a intenção de Washington e insistem em que os Estados Unidos não se intrometem na política interna de Israel, estes desmentidos não convencem.

Uma tática possível – Mesmo que Israel não consiga as garantias financeiras, o Likud poderia argumentar que se trata de um revés temporário. O processo de paz em marcha pode se transformar em uma arma importante para o partido do governo. Muitos eleitores

do Likud poderiam não estar muito ansiosos para conseguir a paz com os árabes porque percebem que terão que pagar um preço territorial. Mas também compreendem que, enquanto houver negociações, os riscos serão mínimos. Além disso, muitos israelenses coincidem em que o Likud será mais firme nas negociações e obterá melhores resultados que os trabalhistas.

Shamir, sem dúvida, usará videotape da Conferência de Paz de Madri em sua campanha. Sua linha provavelmente será: "Não sou um beligerante. Fui à conferência de paz, meu governo está envolto em negociações sérias com os árabes e, não se esqueçam, foi o governo do Likud que conseguiu o primeiro tratado de paz com um país árabe. Admitam que somos o verdadeiro partido da paz".

A menos que ocorra uma crise nas negociações de paz – algo que parece pouco provável nos próximos meses – não se deveria subestimar a efetividade desta linha.



Um elemento que lança incertezas sobre o Likud é a mudança na condução do Partido Trabalhista, onde seu líder, Shimón Péres, foi substituído pelo mais popular e carismático Yitzak Rabin. Com Péres, os trabalhistas fracassaram em quatro eleições consecutivas. A maioria das pesquisas de opinião realizadas durante o governo de unidade – quando os trabalhistas estiveram mais próximos ao poder – indicou que Rabin, chefe do exército israelense durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, primeiro-ministro entre 1974 e 1977 e ministro da Defesa de 1984 a 1990, era muito mais popular.

Outros elementos – Embora importantes, as tensões entre Israel e os Estados Unidos serão apenas um dos fatores que afetarão a campanha eleitoral. Também contarão os esforços no sentido de criar uma falsa sensação de prosperidade, ou uma possível onda terrorista que poderia debilitar o bloco moderado.

Outros fatores poderiam ser decisivos, entre eles, a questão dos partidos religiosos, que, segundo observadores, perderão peso político pois muitos dos seus simpatizantes votarão no Likud.

A mudança na liderança do Partido Trabalhista (abaixo, da esquerda para direita, Shimón Péres e Yitzak Rabin) pode contribuir para a derrota eleitoral do Likud, encabeçado por Yitzak Shamir (foto ao lado)



Cisjordânia: continua a construção de assentamentos

Também se especula que porcentagem de votos obterá o novo partido dos imigrantes soviéticos – que dificilmente prosperará, porque figuras conhecidas, como Anatoly Sharansky, decidiram não se filiar. Por último, está o impacto da derrota do ministro das Relações Exteriores, David Levy, nas eleições internas do Likud, um detalhe que pode enfraquecer o apoio que tradicionalmente recebe o Likud por parte dos israelenses de origem marroquina.

De qualquer forma, a combinação de Rabin como candidato do trabalhismo e as crescentes tensões entre os Estados Unidos e Israel poderiam bastar para devolver os trabalhistas

ao poder. Mesmo que isso aconteça, não quer dizer necessariamente que o próximo governo seja de centro-esquerda. É provável que tanto Rabin como Shamir optem por formar uma coalizão de unidade nacional. Mas um gabinete desse tipo será muito mais moderado que o atual governo de direita e certamente interromperá ou diminuirá sensivelmente a colonização da maior parte dos territórios ocupados.

Rami Tal é o correspondente em Washington do jornal israelense "Yediot Achronot"



Uma potência em gestação



Casaquistão: forte influência muçulmana em uma república que possui mais de 1.000 ogivas nucleares de longo alcance

O fortalecimento dos vínculos entre as repúblicas islâmicas da ex-URSS pode deslocar o eixo do mundo muçulmano da região árabe para o centro do continente asiático

Mowahid H. Shah*

A incorporação das cinco repúblicas islâmicas da ex-União Soviética à Organização de Cooperação Econômica (OCE) – fundada em 1965 pelo Paquistão, Irã e Turquia – representa o surgimento de um novo e potencialmente poderoso grupo e dá um motivo extra de preocupação para os países ocidentais.

As cinco ex-repúblicas soviéticas – Casaquistão, Turcmênia, Uzbequistão, Kirguizia e Tadjiquistão – reúnem um enorme poder econômico e militar e, ao que tudo indica, pretendem disputar na OCE a liderança do Irã e Turquia.

O bloco foi constituído em fevereiro deste ano em Teerã e nasceu como con-

sequência do desmembramento da União Soviética, da comum fé islâmica e dos interesses geoestratégicos compartilhados. E o que é mais importante: a nova OCE pode representar uma constelação de forças que desloquem o epicentro do mundo muçulmano do Oriente Médio árabe para o centro e sudoeste da Ásia.

Os interesses – A Turquia se tornou atraente para as repúblicas da Ásia central porque é uma ponte entre a Ásia e Europa. Tem um sistema laico, é um membro chave da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e está gestionando sua entrada na Comunidade Européia (CE).

O Irã representa o vigor revolucionário islâmico e inspira os setores das

cinco repúblicas que anseiam renovar e purificar a identidade religiosa silenciada pelo anterior regime de Moscou. Em um aspecto mais tangível, o Irã oferece acesso às cálidas águas do Golfo Árabe.

O Paquistão, por sua vez, tem uma elite empresarial de fala inglesa formada no Ocidente e que já começou a penetrar na Ásia central. O fim das hostilidades no Afeganistão, que deve ocorrer a curto ou médio prazo, ajudará a criar um corredor comercial entre a Ásia central e Karachi, um porto de enorme importância.

Para o Paquistão, Irã e Turquia, a abertura do mercado da Ásia central oferece possibilidades nunca imaginadas. O Casaquistão cultivava um terço do trigo da União Soviética; Turcmê-

nia possui os maiores depósitos de enxofre do mundo; Kirguizia tem jazidas de carvão e mercúrio, além de produzir lá; enquanto que o Uzbequistão cultiva 67% do algodão soviético. Tadjiquistão, Uzbequistão e Turcménia têm, além disso, ricas jazidas de urânio.

"Unidade equilibrada" – Embora os especialistas considerem que as economias destes países têm poucas perspectivas de viabilidade de forma individual, em conjunto apresentam uma unidade econômica bem equilibrada. Ainda existe uma considerável integração econômica entre as cinco repúblicas e a Rússia, e boas razões para não alterar esses importantes canais comerciais.

Ao mesmo tempo, é evidente o desejo da Ásia central de formar um bloco econômico menos dependente da Rússia e que possa se expandir para outras direções. A Organização de Cooperação Econômica poderia desempenhar esse papel.

Na reunião de Teerá, os países membros da OCE concordaram em reduzir os impostos alfandegários em 10% para uma parte do comércio e se comprometeram a buscar fórmulas para exportação. E enquanto a OCE oferece novas opções econômicas, os 46 países da Organização da Conferência Islâmica, assim como outras instituições islâmicas internacionais, poderiam dar às cinco repúblicas acesso a fundos para o desenvolvimento.

Os perigos – O novo bloco regional, porém, não entusiasma a todos. Casaquistão – república encravada entre a Rússia, ao norte, e os Estados muçulmanos, ao sul – preferiu por agora o *status de observador*. Mas, a cooperação entre os membros da OCE já começou e poderia se expandir aceleradamente. Na Ásia oriental, a China está consciente da influência que o novo bloco muçulmano poderá ter em sua própria província muçulmana de Xingjiang, a maior do país (três vezes a superfície da França) e já

conectada ao Casaquistão por uma estrada de ferro.

O Japão também já está com os olhos voltados para um mercado enorme que foi ignorado durante décadas. O mesmo fazem os chamados "tigres". Mais de 100 mil coreanos vivem no Casaquistão e o principal assessor econômico do presidente casaquistão é um coreano-norte-americano. A Coréia do Sul é um importante canal para o investimento de alta tecnologia no Casaquistão e Kirguizia.

Aproximação com o Ocidente – As relações com o Ocidente estão progredindo mais lentamente, embora Kirguizia e Tadjiquistão já tenham aderido à Conferência para a Segurança e Cooperação Européia, com base em Praga. Presume-se que os Estados Unidos, enredados no seu déficit de 400 bilhões de dólares, não se converterão em uma fonte imediata de ajuda econômica. Algumas companhias norte-americanas, porém, estão dispostas a incursionar na região.

Washington reconheceu sem demoras todas as repúblicas muçulmanas e é favorável à intensificação dos vínculos entre a Ásia central e a Turquia, com exclusão do Irã. Este é um tema que teria sido discutido pelo primeiro-ministro turco, Suleyman Demirel, e George Bush em uma recente entrevista na Casa Branca.

O ponto central fundamental é que os Estados Unidos não querem que a Ásia central se transforme em um bloco islâmico liderado por seguidores ou simpatizantes dos fundamentalistas islâmicos de Teerá. Entretanto, no contexto do despertar islâmico a nível mundial, não convém para Washington insistir demasiadamente no tema.

As possibilidades de que este novo bloco islâmico altere as relações de poder a nível mundial são evidentes. O Casaquistão (com uma superfície equivalente a um terço da dos Estados Unidos) tem 1.100 ogivas nucleares de longo alcance (mais que a soma dos arsenais da França, Grã-Bretanha e China). A bomba islâmica já não é uma hipótese longínqua. E, além disso, o Casaquistão possui a segunda maior reserva de petróleo não-explorado do mundo.

Por último, caberia recordar que, segundo um recente estudo das Nações Unidas, no início do século XXI um de cada quatro habitantes do planeta será muçulmano.

Se considerarmos a complexidade desse quadro e os interesses e equilíbrios que estão em jogo no mundo atual, parece sensato defender que o Ocidente e o campo islâmico busquem uma base firme para a coexistência recíproca. ■

* Mowahid H. Shah é escritor, analista político e editor do periódico "Eastern Times", em Washington.



As repúblicas muçulmanas da Ásia Central – Casaquistão, Turcménia, Uzbequistão, Kirguizia e Tadjiquistão – têm procurado estreitar os vínculos com a Turquia e o Irã

A hora de Mafalda

Uma grande exposição internacional rende homenagem à menina que descreveu como poucos as glórias e misérias dos anos 70

Aldo Gamboa

O "O ruim para o mundo é que as crianças quando crescem vão perdendo a razão, esquecem na escola o que sabiam ao nascer, se casam sem amor, trabalham por dinheiro, escovam os dentes e ao final – convertidos em adultos miseráveis – não se afogam em um copo de água, mas em um prato de sopa."

Esta frase, escrita pelo prêmio Nobel de Literatura Gabriel García Márquez, ilustra o espírito dos leitores de uma história em quadrinhos destinada a marcar gerações: *Mafalda*.

Inventada em 1963 pelo desenhista argentino Joaquín Lavado, conhecido como Quino, para ilustrar uma propaganda de artigos de casa – e recusada pela empresa anunciativa – acabou virando uma tira semanal em várias revistas de Buenos Aires. Em 1973, Quino decidiu que já era hora de permitir a Mafalda um pouco de paz e deixou de desenhar, mas a partir de então os livros de recompilações das tiras de Mafalda têm reaparecido em todos os continentes, traduzidos em 15 idiomas.

Contestadora e feminista – Em abril deste ano, a fundação espanhola Quinto Centenário montou em Madri

uma gigantesca exposição para homenagear aquela menina questionadora, feminista, amante dos Beatles, que detestava James Bond e sopa, que torturava seus pais com perguntas sem resposta e que mostrou como poucos as glórias e as misérias das décadas de 60 e 70.

Na mostra, intelectuais de vários países expressam sua paixão por Mafalda, como García Márquez. O escritor e semiólogo Umberto Eco escreveu que "Mafalda não é somente um personagem de histórias em quadrinhos. É, talvez, o personagem dos anos 70. Se para defini-la se usou o adjetivo *contestadora*, não foi para estar na moda: Mafalda é, na verdade, uma heroína irascível, que não aceita o mundo como ele é".

Em outro setor da mostra, um texto do escritor argentino Julio Cortázar, morto em 1984, relembra que, quando lhe perguntaram o que pensava de Mafalda, respondeu: "Bom, me parece mais interessante saber o que Mafalda pensa de mim...".

Na exposição de Madri, podem ser vistos enormes bonecos de Mafalda, rodeada por seus amigos: Felipe, que idolatra o Cavaleiro Solitário; Manuelzinho, o pequeno comerciante filho

de espanhóis; a fofoca Suzinha; o metafísico Miguel, que detesta fazer os deveres da escola; o pequeno Gui, apaixonado por Brigitte Bardot, e Liberdade, a revolucionária. Não faltam a mãe de Mafalda, com seus rolinhos de cabelo, e o pai, dirigindo sua velha caminhonete Citroen.

O mundo descrito por Mafalda

– Ao mesmo tempo, um pavilhão está dedicado a mostrar as facetas do mundo descrito por Mafalda. Através de fotos, posters e vídeos, são mostradas cenas de shows dos Beatles, a guerra do Vietnã, o festival de Woodstock, o choque do petróleo, a guerra árabe-israelense, a morte de Martin Luther King, e cenas de Mao Tsé Tung e Ernesto "Che" Guevara.

"Mafalda me olharia feio se eu levasse tudo isso muito a sério", disse Quino, observando o gigantesco pavilhão – mais de dois mil metros quadrados – destinado a homenagear sua criação.

Falando sobre Mafalda, cuja imagem foi utilizada pela ONU para ilustrar a Declaração Universal dos Direitos da Criança, Quino afirmou que "é mais velha que eu, mas menos velha que todos os demais".



Animais gordos fazem pessoas gordas

Michael A. Crawford*

Muita gente não sabe que, hoje em dia, a carne de boi, de carneiro, aves e porco consumida na Europa e nos Estados Unidos contém mais gordura que proteínas. Não apenas mais, e sim várias vezes mais.

Mas qual é a explicação para que se haja criado um produto tão distorcido? A resposta pode ser encontrada na própria história da agropecuária.

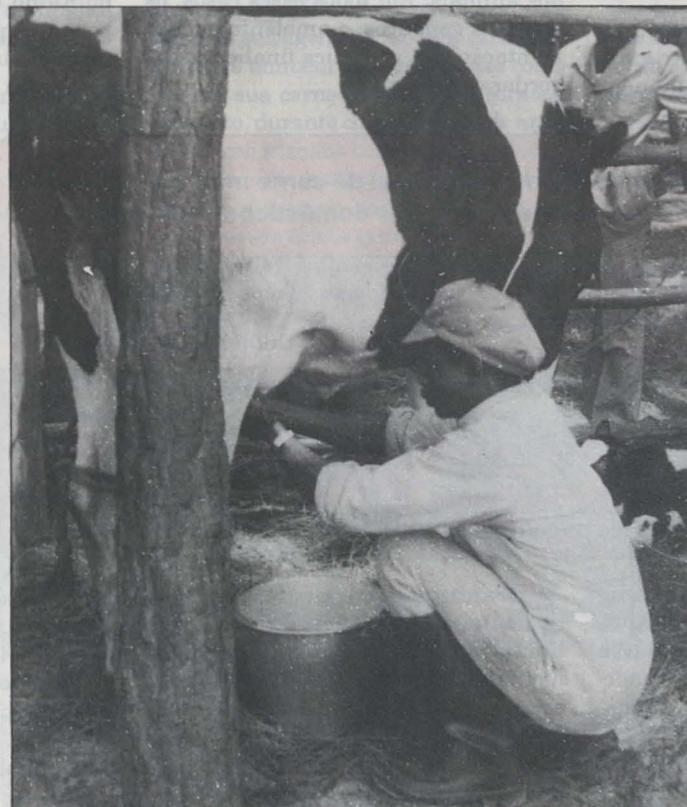
Os ancestrais do nosso gado doméstico alimentavam-se de um conjunto macio de folhas e hastes de plantas – os galhos mais baixos das árvores, as gramíneas, ervas e capins, inclusive as respectivas flores e sementes.

As bactérias e protozoários do rume, que é a primeira cavidade do estômago dos ruminantes, digerem a celulose e são, por sua vez, digeridas pelo estômago. Ao descerem pelo rume, as sementes oleaginosas, muitas delas pequenas como as sementes do trevo, perdem suas gorduras essenciais, as quais são eliminadas pela bôfis antes de serem absorvidas pelo intestino delgado.

Os porcos, que viviam em florestas ou capoeiras, comiam raízes, tubérculos, nozes e sementes como suplemento de suas rações de folhas verdes. No outono, as nozes dos carvalhos e das faias, ricas em óleo, que caíam ao chão, forneciam a gordura de que eles iriam necessitar durante o inverno.

Ao dissertar sobre a evolução da girafa, Charles Darwin sugeriu que o leitor olhasse com atenção um campo de pastagem; veria que os galhos inferiores

Os modernos métodos de agropecuária resultam em animais cuja carne contém mais gordura que proteínas. Para quem consome essa carne em excesso, o resultado é a obesidade



O confinamento do gado em estábulos reduz o desenvolvimento dos músculos, aumentando a quantidade de gordura na carne bovina

das árvores pareciam ter sido “planejados para a altura exata” da cabeça das reses.

Essa ração vegetal, composta de folhas e colmos, arbustos, ervas e capins, é muito diferente da que hoje é oferecida aos animais no pasto, seja em campos abertos ou rodeados de cercas eletrificadas.

Surgem as cercas e estábulos – No século XVII, pecuaristas de idéias avançadas passaram a criar o gado em campos estritamente delimitados, a fim de facilitar a administração dos rebanhos. Com isso, o homem passou a decidir o que o animal deveria comer: o pecuarista obrigava-o a comer o que havia no campo.

Quando o campo era cercado por sebes, o gado as devorava. A reação do pecuarista foi substituí-las por moitas de espinhos, muros e, ultimamente, cercas de arame eletrificado. Quando havia árvores, o gado comia os galhos mais baixos. Se o inverno era muito rigoroso, os animais, desesperados, comiam até a casca das árvores. A vida da árvore dependia do desespero do gado.

Mais tarde, o número de animais no campo aumentou. Em vez de passar fome por ter de dividir o suprimento de alimentos, o gado passou a comer mais.

A explicação deste paradoxo é simples. A diversidade natural da vegetação dos campos gradualmente se perdeu através da manipulação da pastagem, que estimulava o consumo de relva. Quando cortada – seja por meios mecânicos ou através do pasto –, a relva renasce em brotos tenros

e frescos, muito ricos em energia. O aumento do número de animais mantém a relva em constante estado de "alta energia" durante toda a engorda.

Por sua vez, a simultânea redução da quantidade de exercício, decorrente do confinamento em campo cercado, resultava em menor desenvolvimento dos músculos. O resultado final era um acúmulo de gordura.

O preço das reses no mercado aumentava em proporção ao peso e, consequentemente, os animais que engordavam mais depressa eram preferidos para reprodução. Com isso, os pecuaristas cometeram o erro de selecionar geneticamente os maiores produtores de gordura. De início, isso não parecia má idéia, uma vez que as pessoas gostavam de um pouco de gordura, a qual era útil para muitos fins, desde engraxar sapatos até fabricar sabão.

Ao mesmo tempo, os animais selecionados eram exatamente os que toleravam o tipo de alimento que o homem lhes fornecia.

Anos depois, alguém teve a brilhante idéia de castrar os animais para tornar os machos mais mansos e fazê-los engordar mais depressa — só que o peso do animal passou a ser, em grande parte, gordura.

A partir da Revolução Industrial, o homem tornou-se tecnicamente capaz de fabricar rações para animais. O balanço energético dessas rações copiava o modelo de "alta energia" da relva na primavera — e assim surgiram as chamadas rações "de alta energia".

Essas táticas culminaram com a invenção, ainda mais moderna, de estábulos em que o gado mal podia se mexer. As porcas chegavam a ser amarradas para que as tetas ficassem constantemente ao alcance da ninhada faminta: o alimento lhes entrava pela boca e saía pelas suas tetas em forma de leite, sem qualquer interrupção ou folga natural.



A obesidade atinge milhões de pessoas em todo o mundo

Só recentemente esta prática foi questionada por defensores dos direitos dos animais. Em todos esses casos, os aspectos genéticos, o ambiente e a alimentação têm por única finalidade engordar os animais.

excesso de gordura, aparado das carcaças, era ótimo para promover o aumento de peso em galinhas destinadas a serem grelhadas.

Com a invenção de um número crescente de técnicas mecânicas de extração de tecidos — como peles de cascos, beiços e até mesmo pálpebras — essa suposta fonte de proteínas passou a ser oferecida em maior volume no mercado e, nos anos 80, tornou-se um grande negócio quando o preço da proteína de soja atingiu níveis exorbitantes.

Quais as consequências de tudo isso para o consumidor em termos de alimentação? No Reino Unido, o atual consumo de carne é de cerca de 3,9 milhões de toneladas por ano, o que, em termos de energia, é suficiente para fazer funcionar uma usina de 1.200 megawatts durante um ano. No século passado, as pessoas iluminavam suas casas com velas de sebo — gordura animal.

Traduzido em intensidade luminosa, o sebo produzido atualmente pelo gado no Reino Unido seria suficiente para permitir que as pessoas jogassem fora todas as suas lâmpadas elétricas. O que aconteceu é que, agora, nós "comemos" as velas e, como o gado, não fazemos exercício algum!

Vejamos os números. Há pouco tempo, a comissão inglesa que regula no país as questões referentes à carne e ao gado procurou convencer os pecuaristas a reduzirem para 25% o teor de gordura das carcaças. Uma carcaça que tenha 25% de gordura, contém 50% de carne magra. No Leste da África, o dr. Ledger disse que mais de 220 animais

Comparação do percentual de carne magra e nutrientes na carcaça de animais domésticos e selvagens

	Animais	
	Domésticos	Selvagens
Percentual de carne magra na carcaça	50%	75%
Percentual de proteínas e nutrientes (após remoção da água e de outros sólidos)	10%	15%
Quantidade de gordura acumulada	25%	4%

Resíduos como proteína — Infelizmente, o progresso contribuiu para limitar ainda mais a variedade da alimentação, com base na premissa de que os animais precisavam de proteínas. medida que os consumidores se tornavam mais exigentes, vísceras e despojos passaram a ser utilizados como fonte adicional de "proteínas" para a engorda. Alegava-se que até mesmo o

de 16 espécies selvagens diferentes e constatou que eles tinham somente cerca de 3 a 4% de gordura, sendo de 75% o conteúdo de carne magra.

Só isso, por si, representa enorme diferença. Mas o que sempre se disse é que a finalidade da criação de animais é produzir proteínas. O que, então, significam esses números em termos de proteínas? Na determinação do teor de

proteínas, devemos levar em conta o fato de que a maior parte dos músculos é composta de água.

Em outras palavras, as espécies selvagens nos dão mais que o triplo das proteínas fornecidas pela gordura, ao passo que, nas espécies domésticas, a quantidade de gordura é mais que o dobro da quantidade de proteínas!

Ninguém precisa ser especialista em nutrição para saber que não se pode comparar proteínas e gordura à base de peso, pois a gordura tem mais que o dobro do valor calórico por unidade de peso. Se convertermos as proteínas e a gordura em calorias, de modo a possibilitar uma comparação direta, veremos a que ponto chegamos na criação de animais gordos. O resultado é assombroso.

A gordura dos animais de pasto é altamente saturada e, quando se preparam ração para aves e porcos com sebo de carne, a gordura desses animais também se torna saturada.

Contudo, convém distinguir essa gordura da gordura estrutural, ou lipídios, contida na carne ou músculos puros.

Ácidos graxos – Existem dois tipos de gordura no corpo: a gordura acumulada e a gordura estrutural. A gordura acumulada é simples reserva de energia. A gordura estrutural requer ácidos graxos essenciais, que são poli-insaturados e têm de ser obtidos de alimentos como folhas verdes e sementes.

O corpo precisa desses ácidos graxos para a constituição das membranas dos órgãos de alta atividade, como os rins e os músculos, e especialmente para a retina e o cérebro. Além disso, esses ácidos ajudam a produzir substâncias hormonais, como prostaglandinas e leucotrienas, que regulam a reprodução e os sistemas imunológico e vascular.

A natureza desses ácidos graxos essenciais e sua relação com o desenvolvimento inicial e saúde dos seres humanos foram discutidas em re-

latório apresentado por uma comissão conjunta da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), intitulado "O papel das gorduras e dos óleos dietéticos na nutrição humana" (FAO, 1978). O relatório, escrito por cientistas, continua correto até hoje e recomenda uma completa reavaliação da criação de animais, pelos motivos

ram desde que saímos da Idade da Pedra, e talvez cinco desde a introdução da criação de gado em campos cercados e da Revolução Industrial, quando as mudanças realmente começaram.

Infelizmente, os países nos quais esse tipo de criação de animais é praticado não poderão escapar com facilidade do círculo vicioso de doenças relacionadas com a alimentação, pois

grande quantidade desse tipo de gordura saturada é reciclagem e utilizada como alimento sob disfarces diferentes. Enquanto grande parte do público continuar desinformado quanto à natureza das gorduras contidas nos alimentos, não poderá propriamente seguir as recomendações da OMS e das autoridades locais da área da saúde.

Lamentavelmente, os países em desenvolvimento já estão copiando esse tipo insalubre de criação de animais.

Há necessidade de uma reavaliação dos princípios da produção animal e, de fato, da produção de alimentos. O importante não é o ganho de peso, e sim o ganho de nutrientes. Se a agropecuária fosse reexaminada à base desse princípio, a absurda ênfase que hoje é colocada sobre a gordura seria corrigida e os benefícios para a saúde humana seriam provavelmente disseminados em todo o mundo, sem a necessidade de mudanças radicais na dieta humana.

* Third World Network Features. O Professor Michael A. Crawford dirige o Instituto de Química Cerebral e Nutrição Humana do Hackney Hospital, Londres, Inglaterra

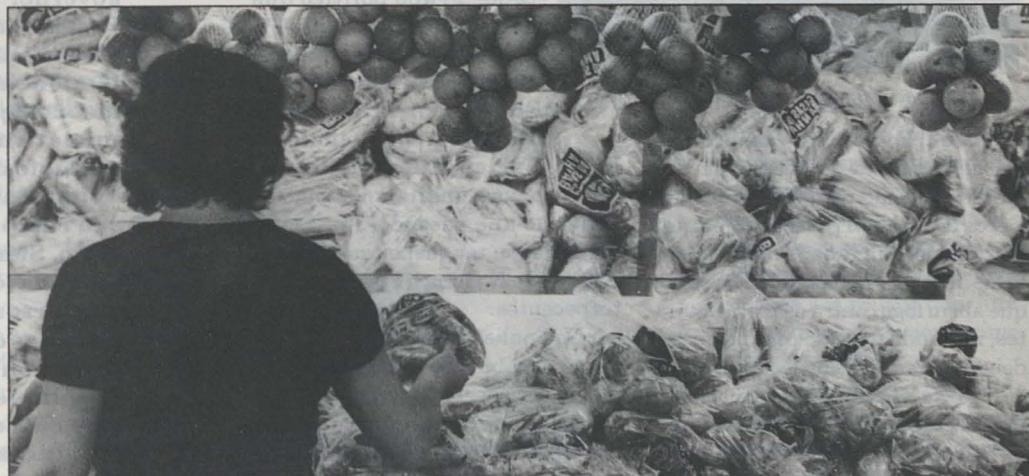
Calorias por 100g de carcaça

	Animais	
	Domésticos	Selvagens
Provenientes de proteínas	40	60
Provenientes de gorduras	225	36
Coeficiente gordura/proteínas	5,6/1	0,6/1

acima expostos, uma vez que os atuais métodos resultam em excesso de gordura, grande parte da qual é saturada.

Efeitos negativos – Já em 1968, as pesquisas haviam demonstrado que os animais selvagens não só têm carne magra, mas também os ácidos graxos contidos em sua carne são poli-insaturados. Portanto, durante cinco milhões de anos, a evolução humana baseou-se em alimentos colhidos *in natura* e adaptou-se a alimentos que eram pobres em gordura, mas ricos em ácidos graxos poli-insaturados e nas vitaminas e elementos resíduais que os acompanham.

Somente 150 gerações transcorre-



A maioria das pessoas desconhece a quantidade de gordura contida nos alimentos

TAILÂNDIA

Onda de protestos

Uma enorme mobilização da população levou o governo militar a recuar na sua decisão de manter o chefe do Exército tailandês, Suchinda Kaparayoon, no cargo de primeiro-ministro, para o qual havia sido designado poucos dias antes. O general aceitou uma emenda constitucional que o forçará a deixar o cargo, ao exigir que o chefe de governo seja um deputado eleito para o Parlamento. Suchinda anunciou uma anistia geral e a libertação de 4.000 detidos durante os protestos.



Os choques deixaram mais de 100 mortos

A reação popular começou ao ser divulgada a nomeação de Kaparayoon como primeiro-ministro. Cerca de cem mil pessoas tomaram as ruas de Bangkok, sendo violentamente reprimidas pelo Exército, que abriu fogo contra os manifestantes, matando mais de cem pessoas e deixando centenas de feridos.

Horas antes do massacre, soldados disparavam repetidamente para o alto a fim de dispersar a multidão. Ao anoitecer, as tropas

começaram a atirar contra os manifestantes, provocando um grande número de vítimas.

A nomeação de Kaparayoon desencadeou uma onda de protestos dos setores acadêmicos, intelectuais, do movimento estudantil e dos partidos de oposição. Eles reivindicavam a indicação de um membro do Congresso para ocupar o cargo.

O influente *Daily Nation Review*, de Bangkok, afirmou que o general, ao aceitar a indicação, tinha contribuído para dar "um golpe de estado oficial". De fato, os antecedentes do general não contribuem para que ele inspire confiança na população, nem o qualificam para aspirar ao cargo.

Kaparayoon foi o líder do golpe de estado que a 23 de fevereiro de 1991 derrubou o então primeiro-ministro Chatichai Choonhaven. Daí o citado jornal ter assinalado em editorial que ele tinha feito o que muitos temiam: "institucionalizar o controle militar sobre a política parlamentar".

Após as eleições de março passado, uma coligação de cinco partidos escolheu para encabeçar o novo governo Narong Wongwan, líder do partido Samakhitam – grupo político que obteve maior votação e é próximo ao poder militar. Porém, o seu nome foi vetado pelo general Sunthorn Kongsompong, chefe da

Força Nacional de Pacificação (FNP), a junta militar que tomou o poder no ano passado. Kongsompong alegou ter suspeitas de participação de Narong no tráfico de entorpecentes.

Os analistas acham que um governo encabeçado por Kaparayoon não poderá desfrutar de estabilidade, uma vez que vai enfrentar uma forte resistência, dentro e fora do Parlamento.

Coréia do Sul



A repressão aos estudantes foi violenta

As eleições presidenciais do próximo mês de dezembro na Coréia do Sul vão estar influenciadas pela grave derrota sofrida pelo presidente Roh Tae Woo nas recentes eleições legislativas. O situacionista Partido Liberal Democrático (PLD) perdeu a maioria parlamentar num pleito que foi considerado pelos analistas políticos uma prova de fogo para o governo, dada a proximidade do fim do mandato presidencial e da eleição do sucessor de Roh. A renovação total do gabinete – realizada após a consulta popular – e as mudanças na cúpula partidária não foram consideradas suficientes, a nível de opinião pública, para apagar a imagem de fracasso do chefe do governo.

Roh havia tentado com alguns gestos ousados reverter a tendência do eleitorado a votar na oposição. Uma dessas iniciativas foi o convite que fez ao chefe da oposição, Kim Young Sam, para coordenar a sua campanha. Em meados de maio, Sam foi designado o candidato oficial do PLD para concorrer à eleição presidencial. Sua indicação provocou protestos dos estudantes – violentamente reprimidos pela polícia – que consideraram sua candidatura uma traição à oposição.

IRÁ

Moderados se consolidam no poder

A vitória dos moderados nas eleições legislativas do Irá – as primeiras realizadas desde a morte do aiatolá Komeini, em 1989 –, fortaleceu a política de reformas econômicas do presidente Ali Rafsanjani e facilitará a normalização das relações diplomáticas com os países da região.

No segundo turno da eleição, realizado a 10 de maio, os partidários de Rafsanjani obtiveram 80% das 133 cadeiras ainda em disputa no Majlis (Parlamento) e confirmaram a vitória do primeiro turno, a 10 de abril, quando conseguiram também uma folgada maioria. É de se assinalar que o voto nas áreas rurais acompanhou as tendências das principais cidades, dando aos moderados uma vitória em praticamente todo o país.

Os políticos radicais, seguidores do aiatolá Komeini, tiveram sua influência reduzida, e muitos dos líderes remanescentes do grupo que liderou a revolução contra o xá Reza Pahlevi em 1979 não foram reeleitos. Foi o caso de Hadi Khamenei, irmão do imã (líder religioso islâmico) Ali Khamenei.

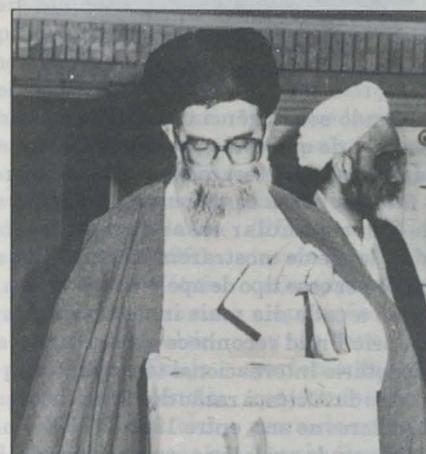
Observadores políticos da região acham que a derrota da linha dura permitirá fechar a brecha que durante anos separou o Poder Legislativo do Executivo, e representa um incentivo ao diálogo entre os poderes do Estado e os grupos organizados da sociedade civil, em particular o setor empresarial.

No Ocidente o avanço das forças moderadas no Irá foi recebido com satisfa-

ção. Teerã vinha investindo a nível diplomático na aproximação com círculos empresariais estrangeiros, da região do Golfo e europeus, fundamentalmente, que lhe rendeu investimentos significativos em 1991. Agora, as condições internas para prosseguir nessa estratégia melhoraram.

Firmas japonesas, italianas, francesas e alemãs já se dispuseram a investir em projetos da área petroquímica. E até investimentos norte-americanos poderiam chegar em um futuro próximo, segundo informações não-oficiais.

Com uma população de 56 milhões de pessoas, o Irá é o segundo exportador de petróleo – depois da Arábia Saudita –, da Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo), com uma produção atual de 3,5 milhões de barris diários. Mas necessita fundos para elevar a sua produção para 5 milhões e investimentos para reconstruir a sua economia, destruída após os oito anos de guerra com o Iraque. Por isso, o governo tem buscado tecnologia estrangeira para melhorar as suas refinarias e desenvolver a sua indústria.



Ali Khamenei : derrota da ala radical

AFEGANISTÃO Dilema do pós-guerra

OAfeganistão é um dos países que mais sofre com o fim da União Soviética e a nova divisão de poder regional e internacional.

Depois de 14 anos de guerra civil entre um governo apoiado pelos soviéticos e a guerrilha formada por facções muçulmanas das mais diversas tendências, os rebeldes chegaram ao poder no final de abril, escolhendo o moderado Sibghatullah Mojaddedi como o novo chefe de governo. Ele tinha voltado pouco antes ao país, após passar 20 anos no exílio. Empossado o governo provisório, os problemas apenas começaram. A unidade que a oposição armada mantinha frente ao governo de Mohamed Najibullah (que se refugiou na representação da ONU em Cabul) logo se esfacelou.

Mojaddedi conseguiu um quase imediato reconhecimen-

to internacional, mas nem por isso os combates param. Só no início de maio, o rebelde Gulbuddin Hekmatyar que disputava com as forças leais ao governo o controle de Cabul foi derrotado por Ahmad Shah Massoud, o novo ministro da Defesa. Hekmatyar é da tribo *pashtun*, com maior influência no leste e noroeste do país. Massoud é tadzique e apoiado pelos uzbeques. Tadziques e uzbeques vivem também do outro lado da fronteira, nas ex-repúblicas soviéticas, hoje Estados independentes, que pertencem à CEI (Comunidade de Estados Independentes).

Aliás, um dos principais perigos para o Afeganistão está justamente fora de suas fronteiras, onde se desenrola o jogo de poder entre outros países da região, sobretudo o Irá, o Iraque e a Arábia Saudita. Todos eles davam dinheiro e armas aos grupos que lutavam contra o anterior regime, apoiado por Moscou.

O novo governo provisório vai ter muita dor de cabeça com os cerca de meio milhão de guerrilheiros armados, controlados por 600 comandantes mujahedines.



Os combates continuam, apesar da instalação do novo governo

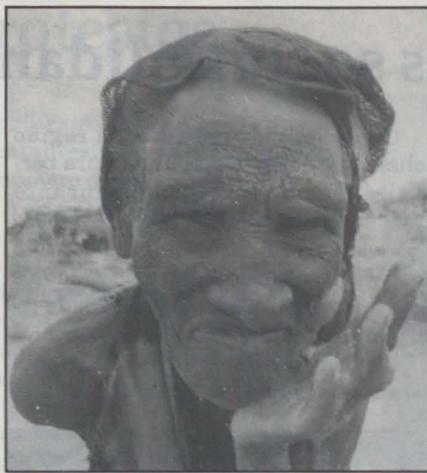
TABLANDIA
ÁFRICA

Crises com custo social

“A África está ficando atrás do resto do mundo.” A afirmação é do Relatório sobre Desenvolvimento Humano 1992, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, divulgado recentemente. Segundo o estudo, as taxas negativas de crescimento econômico e a redução da participação do continente nos mercados globais estão levando as nações africanas ao declínio, com queda acentuada da renda, déficits orçamentários e cortes nas despesas de saúde, educação e obras de infra-estrutura e saneamento básico.

A participação da África subsaariana no comércio mundial caiu de 3,8% em 1970 para um por cento em 1989. Durante o período 1980-89, a taxa média de crescimento econômico do continente foi de 1,7%. Segundo o Pnud (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), a razão desse colapso econômico foi a elevada dependência da África das exportações de produtos primários como o açúcar e a bauxita, duas das suas principais fontes de divisas. Entre 1986 e 1990, os preços das matérias-primas sofreram uma acentuada queda, fato que significou para esse continente uma diminuição em 50 bilhões de dólares em sua renda.

A situação se viu agravada pelo peso da dívida externa na economia desses países. A dívida nas nações subsaarianas foi avaliada pelo Pnud em 150 bilhões de dólares, equivalente a 100% do seu PIB. A dívida total africana cresceu 10% ao ano durante a década passada.



Refugiada: vítima da fome e guerra civil

Segundo essa agência da ONU, mais realista do que estar pressionando essas nações para reescalonarem a dívida – fato que só faz contribuir a aumentá-la –, seria anular essas obrigações. Mas, longe de mostrarem-se sensibilizados por esse tipo de apelo, os credores estão a cada dia mais insensíveis. O próprio Pnud reconhece que o Fundo Monetário Internacional tem tirado dinheiro da África, à razão de 700 milhões de dólares ao ano, entre 1986 e 1990.

Segundo o relatório, essa política do FMI tem tido duras consequências sociais. Os salários reais caíram 30% na primeira metade da década de 80, provocando migrações maciças dentro e fora do continente. Os que mais têm emigrado são os profissionais. Calcula-se que entre 1985 e 1990, 60 mil administradores africanos de médio e alto nível deixaram o continente e “essa sangria de cérebros dos países pobres ao Norte rico custa às nações pobres milhões de dólares ao ano”, assinala o Pnud.



Chiluba perdeu o apoio que teve ao ser eleito (foto)

Saara

Na sua primeira visita à Espanha, o presidente da República Árabe Saarauf Democrática (Rasd), Mohamed Abdelaziz, fez um apelo ao governo de Felipe González no sentido de intensificar o seu papel político e diplomático na solução do conflito na antiga colônia espanhola na África Ocidental. Ele também reiterou as acusações ao rei Hassan II de estar bloqueando a realização do referendo – no qual a população deverá optar entre a independência e a integração ao Marrocos – e de ter violado o cessar-fogo vigente desde agosto passado. De fato, em abril Butros Ghali, o novo secretário-geral da ONU, divulgou um relatório oficial afirmando que o Marrocos tinha violado 75 vezes o cessar-fogo estabelecido pelas Nações Unidas. Para Abdelaziz, caso a ONU não reaja a essas violações, “a sua credibilidade e do Conselho de Segurança estarão severamente comprometidas”. Mas, se a ONU reage, conseguindo assegurar a realização da consulta popular com todas as garantias, “nós seremos os vencedores”, afirmou Abdelaziz, mostrando o seu otimismo, apesar de todas as dificuldades.

Zâmbia

Uma onda de greves tem colocado em xeque a decisão do governo zambiano de aplicar um programa de reestruturação econômica, compromisso que assumiu perante o Fundo Monetário Internacional (FMI). De novembro a abril, ocorreram 47 greves. As paralisações têm afetado principalmente a indústria manufatureira e o governo teme que a frequência dos movimentos afaste os investidores estrangeiros. Os trabalhadores vêm exigindo reajustes salariais para enfrentar o aumento do custo de vida. Mas o presidente Frederick Chiluba, um sindicalista eleito em outubro do ano passado após a derrota do líder histórico das lutas independentistas, Kenneth Kaunda, insiste em que herdou uma economia em crise e o Tesouro não está em condições de atender à demanda dos trabalhadores.



CAMARÕES

Violência política

O ressurgimento do tribalismo — uma das novidades da política dos Camarões dos últimos anos — ficou mais evidente após os graves conflitos ocorridos na província de Adamawa, na região central do país, nos meses de abril e maio.

O estopim dessa nova onda de violência foi o assassinato de um sacerdote muçulmano (imã). Apesar de nenhum grupo político ou étnico ter assumido o crime, os *fulbes*, que são maioria no local, suspeitaram da responsabilidade dos *bayas*, uma comunidade étnica com a qual têm uma velha rivali-

dade. Sem maiores investigações, partiram então para a vingança, tomado por assalto a residência do chefe local e botando fogo no seu carro. Só a intervenção das forças armadas conseguiu conter a onda de violência desencadeada a partir daí, a pior desde junho de 1991, quando ambos grupos étnicos entraram em choque no marco de uma greve geral decretada pelos *fulbes*. Em janeiro deste ano a violência na região voltou à tona, com um saldo de cem mortos e várias centenas de feridos.

Os *fulbes* chegaram ao atual território dos Camarões

no início do século XVIII, e desde então constituem a classe dominante do país. A partir de 1960, quando o país obteve a sua independência, a situação sócio-econômica dos *bayas* não mudou, enquanto eram os *fulbes* os que se sucediam no poder, desfrutando das suas regalias. Essa situação foi gestando um ódio profundo entre *bayas* e *fulbes*, de fundo econômico mais do que realmente étnico, que as autoridades têm explorado para facilitar a sua permanência no poder.

Em março passado houve eleições legislativas em Camarões, nas quais, mais uma vez, o Partido Democrático do Povo dos Camarões (PDPC), o partido oficial, obteve a maioria absoluta das cadeiras do Congresso. Mas a oposição — que até agora nunca teve representação parlamentar — contestou os resultados, acusando o governo de acobertar a fraude. "As eleições foram uma farsa e temo que não vão nos permitir avançar de verdade no rumo das mudanças demo-

cráticas. Por isso me preocupa profundamente o futuro do nosso país", afirmou nessa ocasião Emah Otu, dirigente da Aliança das Forças Patrióticas, uma coligação opositora. Por sua vez, o líder da União Nacional para a Democracia e o Progresso (UNDP), Bello Bouba Maigari, assinalou que houve "uma grande fraude" e que o situacionismo tinha agido disposto a "roubar a vitória" das forças opositoras.

A legislação eleitoral vigente nos Camarões estabelece que o resultado das apurações não pode ser contestado e, além disso, treze dos 23 membros da Comissão Nacional responsável pela contagem dos votos são designados pelo governo, enquanto só dez representam os partidos políticos, incluindo o partido oficial. Essa forma de controle governamental sobre o resultado das eleições levou outro grande partido, de orientação social-democrata, a não comparecer com candidatos em nenhuma província do país.

Gâmbia

Pela sexta vez consecutiva, o Partido Progressista Popular (PPP) ganhou as eleições nesse país da África ocidental. O PPP conseguiu 25 das 36 cadeiras em disputa na Câmara de Repre-

sentantes. Dawda Jawara, médico veterinário que ocupa a presidência desde a independência, em 1965, derrotou os quatro adversários ao obter 58,5% dos votos.

Porém, os resultados da eleição anunciam uma nova era na política multipartidária, devido ao crescimento da oposição. A

principal força oposicionista, o Partido da Convenção Nacional (PCN), conquistou seis cadeiras. Além disso, três candidatos independentes e dois do Partido Popular da Gâmbia (PPG) também se elegeram. Pela primeira vez, os partidos de oposição obtiveram um acesso sem precedentes aos meios de comunicação estatais.



Eleitores votam em Banjul, a capital

Filipinas



Em um pleito marcado pela violência e denúncias de fraude, as eleições nas Filipinas deram uma apertada vitória ao general Fidel Ramos, o candidato da presidente Corazón Aquino. Durante a contagem de votos, o general muitas vezes apareceu em segundo lugar, perdendo para Míriam Santiago, uma juíza de 46 anos, que baseou sua campanha na luta contra a corrupção. Míriam afirmou ter sido vítima da maior fraude eleitoral da história das Filipinas.

Suazilândia

Apesar de ter as suas atividades proibidas, os partidos políticos da Suazilândia vêm há meses desafiando as restrições impostas pelo governo e se mobilizam em prol de uma abertura democrática. O Congresso da Juventude da Suazilândia (CJS), o Movimento Democrático Unido do Povo (MDUP) e o Partido Socialista Revolucionário Ngwane (PSRN), fizeram declarações exigindo a suspensão do estado de emergência imposto há 19 anos. Decretado pelo falecido rei Sobhuza II em abril de 1973, o estado de emergência suspendeu a vigência da Constituição e proibiu toda atividade política neste antigo protetorado britânico, situado ao sul de Moçambique e ao leste da África do Sul.

Suazilândia alcançou a independência em 1968 e viveu um período muito curto de liberdades democráticas. A forma

encontrada pelos jovens para incentivar a resistência foi a atuação nos bairros, em campanhas em favor da melhoria do nível de vida da população. Mas, mesmo com todos os cuidados adotados, o governo ilegalizou esses movimentos e acusou os jovens de conspirarem contra o rei.

O atual monarca, Makhosetive, de 24 anos de idade, filho de Sobhuza II, subiu ao trono em 1986, após a morte de seu pai, quando adotou o nome de Mswati III. No início deste ano o jovem monarca surpreendeu a população – de quase um milhão de habitantes – ao afirmar que o país não poderia ficar alheio às mudanças que estão ocorrendo em toda a África. Mas até agora não definiu em que sentido pretende orientar as mudanças, nem quanto tempo demorará para levá-las à prática.



Príncipe Mswati III



A seca e a violência política levam os quenianos a sair do país

QUÊNIA Nuvens negras

Violência política, uma prolongada seca e a dificuldade de renovar os acordos de assistência financeira estão colocando em uma situação delicada o governo do presidente Daniel Arap Moi.

No último ano, o presidente vem enfrentando uma crescente mobilização popular, que exige a democratização do país e, especificamente, a realização de eleições multipartidárias.

Arap Moi, cujo partido, a União Nacional Africana do Quênia (Kanu) está no poder desde a independência do país, em 1963, resiste a mudanças e tem reprimido as manifestações contra seu governo. Moi sucedeu na presidência o líder Jomo Kenyatta, morto em 1978.

A instabilidade política aumentou desde que começaram os choques "étnicos" na província de Rift Valley. O conflito explodiu há cerca de seis meses, quando membros do grupo *kalenjin* – do qual faz parte o presidente – passaram a perseguir os *kikuyu* no distrito de Nakuru. Os ataques começaram depois que dirigentes *kalenjin* participaram de manifestações na região, pedindo ao seu povo

para rejeitar os partidos de oposição e expulsar os membros das etnias contrárias ao governo de Arap Moi.

Desde então, já morreram mais de 200 pessoas e milhares fugiram de Rift Valley, uma das principais regiões produtoras de milho, a base da alimentação nacional. "A menos que o governo possa dar segurança aos agricultores, eles não cultivarão a terra e isso provocará certamente fome generalizada", afirmou um funcionário do Ministério da Agricultura.

Para complicar a situação do governo, os países que tradicionalmente prestam assistência econômica ao Quênia suspenderam as remessas enquanto não se liberalizar o sistema econômico e político. O Kanu é o único partido legal do país e o Poder Judiciário está subordinado à Presidência da República.

A ajuda econômica externa é fundamental para o Quênia. Segundo o Escritório de Estatísticas – órgão estatal –, a economia se manteve estagnada no ano passado, a inflação se elevou a 20% (o dobro de 1989) e os investimentos declinaram. A seca piorou a situação, ao reduzir a capacidade das usinas hidrelétricas. Entre os maiores afetados pelos cortes de eletricidade está o setor industrial.

PANAMÁ Governo em xeque

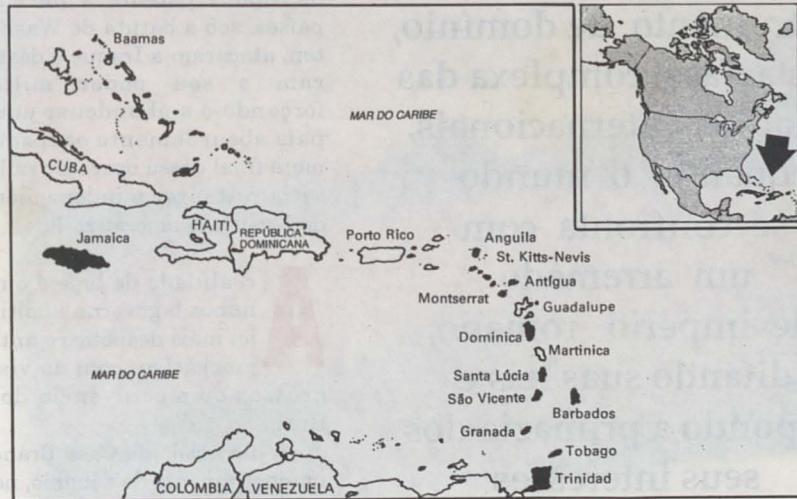
Aonda de violentas manifestações que estremeceram os velhos casarões da cidade de Colón não demorou a chegar à Cidade do Panamá, a capital do país, e particularmente ao bairro de Chorrillos, onde os moradores bloquearam ruas e incendiaram pneus.

Os protestos contra o governo começaram na cidade de Colón, onde o Movimento de Desempregados local (Modesco) ganhou as ruas e enfrentou a dura repressão da polícia. Nesta importante cidade panamenha, mais de 50% da população ativa está desempregada, a maioria das casas não oferece condições de habitação e o sistema de tratamento de esgoto e de distribuição de água potável é precário. Para piorar, o serviço de coleta de lixo quase não funciona e a atenção sanitária básica não existe.

No populoso bairro de El Chorrillo, na capital, um dos mais afetados pelas tropas norte-americanas que invadiram o Panamá em 20 de dezem-

bro de 1990, os moradores também foram reprimidos. Mas os líderes estão dispostos a manter o estado de mobilização até que o governo pague as indenizações pela destruição de suas casas pelas Forças Armadas dos Estados Unidos.

O presidente Guillermo Endara afirmou que por trás das manifestações "há partidos de esquerda, que foram aliados do poder", em uma alusão ao Partido Revolucionário Democrático (PRD). No entanto, os deputados do PRD, Balbina Herrera e Abelardo Antonio, desmentiram que seu partido tenha incentivado as marchas de protesto. Ambos assinalaram que os manifestantes eram eleitores de Endara, revoltados com o seu governo. Segundo os dirigentes do PRD, em 1989 Endara foi pedir votos nos miseráveis bairros de Colón e El Chorrillo, mas agora manda a polícia quando os moradores fazem reivindicações.



Antígua e Barbuda

Um esforço unitário da oposição pode trazer novidades à política de Antígua e Barbuda, duas pequenas ilhas do Caribe oriental, pertencentes ao grupo de Sotavento das Pequenas Antilhas. Os partidos Movimento de Libertação Caribenho de Antígua (MLCA), Movimento Trabalhista

Progressista (MLP) e o Partido Nacional Democrático Unido (PNDU) formaram o Partido do Povo Unido (PPU), numa tentativa de desalojar do poder Vere Bird, que controla o governo desde 1946 e é acusado de corrupção, como também seu partido.

A organização opositora pretende fortalecer seu papel de força alternativa ao Partido

Equador

Faltando pouco mais de um mês para o segundo turno das eleições presidenciais, as pesquisas de opinião ainda não apontam claramente quem será o sucessor do social-democrata Rodrigo Borja. No primeiro turno, em 17 de maio, os eleitores se inclinaram majoritariamente para a direita, escolhendo dois candidatos conservadores: o ex-prefeito de Quito, Sixto Durán-Ballén, do Partido Unidade Republicana (PUR), que obteve 36% dos votos, e o advogado Jaime Nebot, do Partido Social-Cristão (PSC), que conseguiu 26%.

Com um discurso neoliberal, ambos basearam sua campanha na defesa das privatizações e de maior abertura da economia. Durán-Ballén, de 72 anos, já disputou a presidência duas vezes, em 1978 e 1988. Jaime Nebot, de 45 anos, é muito ligado ao ex-presidente Febres Cordero.

O candidato do partido situacionista Esquerda Democrática (ID), Raúl Baca, ficou em quarto lugar.

Para os observadores, a diminuição do crescimento, a inflação alta e o desemprego foram fatores determinantes para a derrota do governo.

Antígua (PLA), dominado pela família de Bird há meio século. Vere Bird anunciou que ao final de seu atual mandato presidencial, em 1994, abandonará a política. Os membros do Partido do Povo Unido temem que Bird renuncie antes dessa data e passe o poder a um de seus filhos, ambos membros do gabinete. Em 1989, os três partidos que formaram o PPU tentaram unificar-se para enfrentar o PLA nas eleições desse ano, mas naquele momento não chegaram a acordos que permitissem ações em conjunto. Antígua e Barbuda, um Estado de 440 km² e 80 mil habitantes, tem um ingresso per capita de US\$ 4.595 e uma dívida externa de mais de 236 milhões de dólares, uma das mais altas do mundo, levando-se em consideração a sua população.

A hipocrisia de sempre

Neiva Moreira

Os turcos estão massacrando as comunidades curdas que reivindicam respeito aos seus direitos. A repressão é brutal. Qualquer vestígio de cultura curda é varrido, mesmo falar o idioma é crime.

Frequentemente, os bombardeios às populações curdas atravessam as fronteiras e recaem sobre as populações curdas do Iraque. Algumas dessas expedições punitivas foram realizadas com o armamento que a Alemanha entregou à Turquia, no contexto da aliança militar da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). O fato foi tão escandaloso que o governo alemão foi forçado a demitir o seu ministro da Defesa, responsável pela entrega ao exército turco dos tanques, lançados na repressão aos curdos.

O que mais espanta nesse episódio é a posição da Casa Branca. Na guerra contra o Iraque, Washington formulou denúncias dramáticas contra o governo iraquiano, acusando-o de repressão militar aos curdos. Os ataques turcos têm sido ostensivos e de muito maior dimensão, mas o sr. Bush não diz palavra contra o governo de Ankara e continua enviando armas à Turquia.

A violação dos direitos humanos só é suscetível de protestos se afeta interesses estratégicos dos Estados Unidos. Se são os seus fuzileiros os que invadem e ocupam o Panamá ou Granada ou os turcos que atacam nas montanhas do Kurdistão é "defesa da democracia".

Outra situação parecida é a crise com a Líbia. Os norte-americanos, com apoio dos governos da Inglaterra e França, querem forçar aquele país a entregar seis cidadãos líbios acusados de terrorismo. Uma documentada reportagem da revista *Time* levanta sérias dúvidas quanto à participação dos líbios no atentado em questão, mas parece que esse elemento novo não foi levado em consideração.

O caso foi submetido ao exame da Corte Internacional de Haia e nenhum foro é mais indicado que aquele para dirimir a contenda legal. Muammar Ka-

dhafi se comprometeu a respeitar a sentença de Haia, o que já assegura uma solução jurídica para o impasse.

Mas o sr. Bush, auto-investido da responsabilidade de patrulhar o mundo, quer aproveitar o episódio para ajustar contas com as posições independentes do governo de Trípoli e forçar a derrubada de Kadhafi. Mais uma vez, a ONU submeteu-se à vontade de Bush e está arrastando grande parte do mundo nessa agressão.

O mais lamentável em tudo isso é a omissão dos demais países árabes, sobretudo dos egípcios e sauditas, que se converteram em caudáários do domínio norte-americano na região. Supor que a Casa Branca queira implantar na Líbia um regime democrático é uma ingenuidade. O exemplo da invasão do Kuait é patente. Vinte e sete países, sob a batuta de Washington, atacaram a Iraque e destruíram o seu poder militar, forçando-o a abandonar aquele país absurdamente ocupado. A meta final dessa operação militar seria restaurar a independência do Kuait e democratizá-lo.

A hipocrisia da Casa Branca é um instrumento de domínio, nesta fase complexa das relações internacionais, quando o mundo se confronta com um arremedo de império romano, ditando suas leis e impondo a primazia dos seus interesses

A realidade de hoje é outra: nunca o governo kuaitiano foi mais despótico e antidemocrático, com as vistosas grossas ou a conivência do sr. Bush.

A hipocrisia da Casa Branca é um instrumento de domínio, nesta fase complexa das relações internacionais, quando o mundo se confronta com um arremedo de império romano, ditando suas leis e impondo a primazia dos seus interesses.

É possível que a realidade force a Casa Branca a rumos menos ambiciosos. O mundo está numa fase de transição e, apesar do poderio militar, os Estados Unidos enfrentam profunda crise econômica e social. Por outro lado, sua opinião pública e mesmo sua liderança política começam a questionar os investimentos que esse domínio militar mundial acarreta. E esse é um fato tranquilizador para as relações internacionais.

RIO DE JANEIRO 1992. A CAPITAL DO PLANETA TERRA.



BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

FUTOMA

GRITA BRASIL!



Em 92 o Rio de Janeiro vai mostrar a todo mundo porque foi escolhido
como Capital Mundial da Ecologia.

É o momento de nos unirmos ao resto da humanidade para atingir a paz,
a segurança e a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente.

Esta é a hora de abrirmos a boca pela natureza.

Pode gritar Brasil!

Da união de todos é que vai nascer o eco.

QUE NO RIO VAI TER ECO 9



Capital Mundial da Ecologia

RIOTUR

RIO Prefeitura
da Cidade